

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

ANA BEATRIZ DE ALMEIDA

**DITADURA CIVIL- MILITAR: MARCAS AINDA REGISTRADAS NA
MEMÓRIA DE IDOSOS**

MESTRADO EM GERONTOLOGIA

SÃO PAULO

2018

ANA BEATRIZ DE ALMEIDA

**DITADURA CIVIL- MILITAR: MARCAS AINDA REGISTRADAS NA
MEMÓRIA DE IDOSOS**

MESTRADO EM GERONTOLOGIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gerontologia, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Helena Villas Boas Concone.

SÃO PAULO

2018

BANCA EXAMINADORA

Ao meu pai, meu espelho, e à minha mãe, meu maior exemplo de força e superação; por todo amor incondicional e verdadeiro, carinho, conselhos, apoio e por sempre acreditarem em mim.

A todos os militantes, que deram suas vidas na luta pela democracia brasileira que temos hoje, e que compartilham suas histórias e memórias para que não caiam no esquecimento.

Gostaria, de forma especial, agradecer a CAPES, por ter me concedido uma bolsa integral, a qual foi imprescindível para total dedicação à minha pesquisa, produções científicas e que me trouxeram para a etapa final: a obtenção do título de Mestre em Gerontologia Social.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou eternamente grata a Deus, por ter olhado para mim de uma forma especial durante esses 2 anos de Mestrado. Aos meus pais, que sempre me incentivaram e acreditaram em meu potencial para a construção de minha vida acadêmica. Ao meu pai, por toda ajuda financeira, orientações e apoio necessários, mesmo estando tão longe fisicamente; e à minha mãe, por todo o afeto e carinho em meus momentos de ansiedade, pelas correções gramaticais e revisão de textos produzidos no decorrer desses anos e da minha tese.

Aos meus avós maternos, Maria Aparecida Filgueiras Ferreira (*in memorian*) e Jurandir Ferreira (*in memorian*), bisavô materno Paulino Filgueiras (*in memorian*) e avô paterno, Orlando José de Almeida (*in memorian*), por estarem tão presentes em minhas memórias da infância, mesmo se tratando de lembranças que duraram apenas o tempo de minhas férias escolares, e por ensinarem todos os valores necessários aos meus pais que, por sua vez, educaram-me a partir desses ensinamentos, os quais foram fundamentais para que um dia eu pudesse fazer a escolha de trabalhar com idosos.

À minha avó paterna Maria Tereza Machado de Almeida, por todas as orações, por sempre torcer por mim, mesmo sem compreender todo o meu trabalho e por ser minha maior inspiração de velhice.

Ao meu amor Marcelo Entz Silva, por estar ao meu lado em todos os momentos e, principalmente, por ter me proporcionado calma, tranquilidade, paz e conforto nos momentos em que mais precisei.

Aos pais do meu namorado, Bernadete Entz Silva e Edson Maldonado Silva, pela torcida, pelo incentivo, apoio e acolhimento de sempre.

À minha madrinha, Deise Lúcia Ferreira Menechelli, pela ajuda e atenção no decorrer da dissertação.

Aos melhores amigos e terapeutas ocupacionais que a UNESP me apresentou: ao Rodrigo Mota, por ter me apresentado o programa de Gerontologia Social, por todo o incentivo, auxílio e torcida, à Caroline Vieira e Flávia Rodrigues, mesmo com toda distância, obrigada por sempre acreditarem em meu potencial e torcerem pelo meu sucesso.

Ao secretário do programa de Gerontologia, Rafael, por todas as orientações, auxílios a escuta sempre atenta, que me foram fundamentais nesse tempo de mestrado.

À professora e orientadora Dra Maria Helena Villas Bôas Concone, por todo o conhecimento compartilhado, disponibilidade, escutas e amparo durante toda essa trajetória.

Aos professores do programa de Gerontologia, pela disponibilidade em me ajudar sempre que precisei e pelo empenho e dedicação ao programa. Aqui, em especial agradeço à professora Ruth Gelehrter da Costa, cuja disciplina foi imprescindível para minha vida profissional e, também, pessoal e pela sua participação em minha banca de qualificação; ao professor Luís Alberto, que me proporcionou um olhar sob minha dissertação, que talvez eu não tivesse desenvolvido sem sua ajuda e, também, ao professor Fábio Renovato, pelas parcerias de produções científicas e palestras.

À professora Leila Marrach Basto de Albuquerque, pelas orientações, atenção, acolhimento e dicas em minha banca de qualificação e principalmente pela disponibilidade de locomoção até o campus da PUC-SP.

Aos colegas da turma na qual ingressei, aos veteranos e aos calouros, por todas as discussões, contribuições de textos e materiais que puderam auxiliar em minha dissertação.

À Cibele Alonso, colega de mestrado e de projetos desenvolvidos, que sempre esteve disposta em me ajudar e me oferecer momentos de escuta.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que eu chegasse a viver e compartilhar esse momento tão importante na minha vida. Serei eternamente grata por toda a ajuda que obtive nessa trajetória.

“Sabemos que a memória é um componente fundamental para a construção da verdade. E que essa verdade se constitui em direito, não só do passado, mas direito à verdade presente. A maneira como foram tratadas as violações de Direitos Humanos no passado tem implicações e consequências nos dias atuais. Conhecer a verdade do passado é essencial para conhecer as violações no presente e prevenir a repetição no futuro”.

Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade

RESUMO

O aumento da população idosa, no país e em todo mundo, tem contribuído para que haja mudanças significativas no cenário econômico, cultural e político do Brasil. Essa constatação se deve às influências observadas não somente no presente e nosso cotidiano, mas também em relação as que ocorreram como um reflexo do passado, o qual interferiu e mudou a vida, a história e as memórias de inúmeros velhos que, quando jovens, lutaram, enfrentaram e defenderam aquilo que acreditavam ser o caminho para que chegássemos ao cenário político que temos hoje. Velhos que fizeram parte da construção democrática que rege nosso sistema político no presente, por meio da resistência contra um dos períodos históricos conhecido como os anos de chumbo, ou seja, a ditadura civil-militar. Dessa forma, por meio do resgate dessas histórias e memórias, a presente pesquisa traz como principal objetivo identificar a importância das memórias de idosos que outrora lutaram contra a ditadura civil-militar no Brasil, bem como mostrar a importância de um estudo que considere os indivíduos idosos como protagonistas de trabalhos com a temática “ditadura civil-militar” e suas respectivas memórias de um passado de intensas agitações políticas, econômicas e sociais que influenciou, de alguma forma, a vida desses militantes da época, que hoje são idosos. Além disso, também, apresenta a importância de resgatar essas memórias e dar voz a esses velhos que, muitas vezes, são excluídos e marginalizados por decorrência de uma cultura em que não se valoriza o idoso. Trata-se de uma pesquisa documental e revisão bibliográfica, em que a coleta de dados foi desenvolvida no período de agosto de 2017 a fevereiro de 2018, na qual foram identificadas produções científicas, bem como revistas, jornais, documentários, acervos públicos, como o Memorial da Resistência de São Paulo e a Comissão Nacional da Verdade sobre a temática de histórias de pessoas que lutaram contra a ditadura civil-militar, e que hoje são consideradas idosas. Finalmente, pode-se refletir sobre a importância de dar voz a esses velhos e registrar suas histórias e memórias, mostrando o quanto o período da ditadura civil-militar ainda interfere na vida desses idosos que procuram, de diferentes maneiras, lutar e encarar os traumas e as dores do passado.

Palavras-Chave: Memórias. Idosos. Ditadura civil-militar.

ABSTRACT

The increase of the elderly population, in the country and in the whole world, has contributed to significant changes in the economic, cultural and political scenario of Brazil. Changes that influence not only the present and our daily life, since many occurred as a reflection of the past, which interfered and changed the life, history and memories of countless old people who, as young people, fought, faced and defended that which they believed was the way to get to the political landscape we have today. Old people who were part of the democratic construction that governs our political system in the present, through resistance against one of the historical periods known as the lead years, the civil-military dictatorship. Thus, through the retrieval of these stories and memories, the main objective of this research is to identify the importance of the memories of old people who once struggled against the civil-military dictatorship in Brazil, as well as to show the importance of a study that considers individuals elderly people as protagonists of works on the theme of "civil-military dictatorship" and their respective memories of a past of intense political, economic and social upheavals that in some way influenced the life of these militants of the time, who are now elderly. , also, presents the importance of rescuing these memories and giving voice to those old people who are often excluded and marginalized due to a culture in which the elderly are not valued. It is a documentary research and bibliographic review, in which the data collection was developed in the period from August 2017 to February 2018, in which scientific productions were identified, as well as magazines, newspapers, documentaries, public collections, such as the Memorial of the Resistance of São Paulo and the National Commission of the Truth on the thematic of stories of people who fought against the civil-military dictatorship, and that today they are considered old. Finally, it is possible to reflect on the importance of hearing and recording stories and memories like these and to show how much the period of civil-military dictatorship still interferes in the lives of these elderly people who seek, in different ways, to fight and face the traumas and the pains of the past.

Keywords: Memories. Seniors. Civil-military dictatorship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Velhos e suas memórias.....	59
Figura 2 -	Ditadura Civil-Militar: Marcas ainda registradas nas memórias de Criméia Schmidt Almeida.....	60
Figura 3 -	Ditadura Civil-Militar: Marcas ainda registradas nas memórias de Eleonora Menicucci de Oliveira.....	72
Figura 4 -	Ditadura Civil-Militar: Marcas ainda registradas nas memórias de Ilda Martins da Silva.....	80
Figura 5 -	Ditadura Civil-Militar: Marcas ainda registradas nas memórias de Antônio Vieira de Barros- Toninho Três Oitavos.....	87
Figura 6 -	Ditadura Civil-Militar: Marcas ainda registradas nas memórias de Leonardo de Azeredo Carneiro.....	94
Figura 7 -	Ditadura Civil-Militar: Marcas ainda registradas nas memórias de Darci Toshiko Miyaki.....	106
Figura 8 -	Crimeia Almeida em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade.....	151
Figura 9 -	José Carlos Tórtima frente a frente com seu torturador Major Jacarandá.....	152
Figura 10 -	Darci Toshiko em seu depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade.....	153
Figura 11 -	Amélia Teles e Eleonora em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade.....	154
Figura 12 -	Elizabeth Teixeira, 88 anos, viúva de um dos líderes do movimento contra a ditadura.....	155
Figura 13 -	Danilo Carneiro, sobrevivente da Guerrilha do Araguaia.....	156
Figura 14 -	Luiz Bruno em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade.....	157

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	EXPLORANDO E CONCEITUANDO MEMÓRIA.....	29
2	MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA COMO RECURSO DE RESGATE DAS MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR....	37
3	A DITADURA CIVIL-MILITAR, O VELHO E SUAS MEMÓRIAS.....	40
4	MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO.....	49
5	MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	54
6	VELHOS QUE TIVERAM EM SUAS MEMÓRIAS MARCADAS NA DITADURA CIVIL- MILITAR.....	59
6.1	Quem é Criméia Alice Schmidt Almeida.....	60
6.1.1	As torturas.....	63
6.1.2	A maternidade.....	65
6.1.2.1	A história que o menino não queria ouvir a mãe contar (por João Carlos de Almeida Grabois).....	68
6.1.3	Crimeia, suas memórias e histórias no presente.....	70
6.2	Quem é Eleonora Menicucci de Oliveira.....	72
6.2.1	A prisão, as torturas, as dores e os sofrimentos.....	74
6.2.2	Enfim a Liberdade: A vida após a prisão.....	73
6.2.3	Da prisão e torturas ao feminismo.....	77
6.3	Quem é Ilda Martins da Silva.....	80
6.3.1	O peso e a dor do passado.....	81
6.3.2	Mãe, filhos e separação.....	83
6.3.3	A eterna gratidão a Cuba.....	84
6.3.4	O paradeiro de Virgílio.....	85
6.4	Quem é Antônio Vieira de Barros.....	87
6.4.1	A primeira Prisão: 1962.....	89
6.4.2	A segunda Prisão: 1968.....	90
6.4.3	Terceira e última prisão: 1978.....	91

6.4.4	Seu Antônio pós-período Ditadura Civil Militar.....	92
6.5	Quem é Leonardo de Azeredo Carneiro.....	94
6.5.1	O Quartel Rei.....	95
6.5.2	DOPS: “Do Inferno ao Paraíso”.....	96
6.5.3	Prisões, torturas e o período da Ditadura Civil-Militar.....	97
6.5.4	A terceira prisão.....	100
6.5.5	As relações familiares.....	103
6.5.6	Liberdade.....	104
6.6	Quem é Darci Toshiko Miyaki.....	106
6.6.1	A ida para Cuba.....	108
6.6.2	A ida para a Coreia do Norte.....	109
6.6.3	A prisão.....	110
6.6.4	A mentira e a lealdade.....	110
6.6.5	A saída da prisão.....	112
6.6.6	A busca por justiça.....	113
7	O QUE ESTÁ POR TRÁS DESSAS MEMÓRIAS.....	115
7.1	O perfil dos idosos selecionados.....	115
7.2	A influência da experiência da Ditadura Militar na construção social dos indivíduos.....	118
7.2.1	Influências políticas e sociais.....	118
7.2.2	O período ditatorial e o feminismo.....	118
7.2.3	A busca por justiça, a resistência pelo silêncio e o direito pela verdade: a luta ainda continua.....	122
7.3	Influências Biopsicossociais.....	126
7.3.1	As dores da maternidade.....	126
7.3.2	As dores que ainda machucam e marcaram a vida de cada um desses idosos.....	127
7.4	A importância do ato de ouvir.....	130
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141
	ANEXOS - HISTÓRIAS E MEMÓRIAS MARCADAS PELA DITADURA.....	150

ANEXO A - Crimeia Almeida em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade.....	142
ANEXO B - José Carlos Tórtima frente a frente com seu torturador Major Jacarandá.....	143
ANEXO C - Darci Toshiko em seu depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade.....	144
ANEXO D - Amélia Teles e Eleonora em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade.....	145
ANEXO E - Elizabeth Teixeira, 88 anos, viúva de um dos líderes do movimento contra a ditadura.....	146
ANEXO F - Danilo Carneiro, sobrevivente da Guerrilha do Araguaia.....	147
ANEXO G - Luiz Bruno em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade.....	148

INTRODUÇÃO

Lembro-me que quando ainda era pequena, cerca de uns 8 ou 9 anos de idade, viajava para a casa de meus avós paternos, em uma cidadezinha do sul de Minas Gerais, chamada Lavras. Moravam em uma rua tradicional e antiga da cidade na qual, praticamente, cem por cento de seus moradores eram velhos. Do outro lado da rua, em frente à casa dos meus avós, moravam duas irmãs, as quais denominarei de Dona C. e Dona B. A primeira tinha por volta de uns 60 anos e era viúva, já a segunda era mais velha, com aproximadamente uns 85 anos, nunca se casou e era acometida por um grave comprometimento auditivo. Eu passava quase todas as tardes de minhas férias na calçada conversando com Dona C., que de vez em quando me convidava para entrar em sua casa e tomar um café. Lembro-me até hoje do cheiro de casa fechada e um perfume forte que eu costumava chamar de “cheiro de casa de velho”. Havia ainda um baleiro em uma mesinha de centro da sala, sempre cheio de balas de banana, adorava aquelas balas.... Eu, em minha inocência de criança, sentia-me importante e pensava que ajudava Dona C. a cuidar de Dona B. Na maior parte do tempo era necessário gritar para que Dona B. compreendesse as coisas que falávamos e eu achava o máximo aquilo tudo. Quando Dona C. ficava irritada por Dona B. não compreender o que ela queria, eu me sentia apaziguadora da situação e fazia o possível para que ela conseguisse ouvir o que queríamos, pois eu adorava toda aquela nossa convivência: os cafés da tarde, as balas de banana, as situações com Dona B., e gostava ainda mais de conversar com Dona C. Confesso que não me recordo muito bem sobre o que falávamos e essa é uma dúvida que minha mãe tem até hoje. Ela conta que olhava pela janela e minha avó sempre a questionava: “O que será que essa menina conversa tanto com elas? ”. Conta-me também que desde os 3 anos eu adorava as duas. Ficava sempre as rodeando, porém dessa fase já não tenho tantas lembranças.

Passava metade das férias em Lavras e a outra metade em uma cidadezinha do interior de São Paulo, chamada Lucianópolis. Lá moravam meus avós maternos, que tinham uma vizinha que denominarei de Dona T. Sempre conversava muito com ela, e por eu lhe dar atenção, essa senhora me adorava e dizia que eu era uma

menina diferente e educada. Todos os natais ela me presenteava com uma lembrancinha. Dentre todos os netos, eu era a única que recebia, e continuo recebendo até hoje esse presente na mesma data, todos os anos. Além disso, também havia meu bisavô que morava no mesmo quintal que meus avós e ele sempre dizia que gostava de mim, pois eu era boazinha, educada e fazia tudo o que ele me pedia, sem reclamar, além de ser a única bisneta que tinha paciência de se sentar e ouvir suas histórias, que quase sempre eram repetidas várias e várias vezes. Minha mãe recorda que todas as vezes que ele tomava sopa fazia um barulho com a boca e minha prima, 2 anos e 4 meses mais nova que eu, sempre dava risadas e eu na mesa ficava brava e a repreendia, dizendo que ela deveria respeitar o “vovô”.

Essas são algumas de minhas memórias da infância junto aos idosos mais próximos desse período, e contar essas histórias me faz refletir sobre a importância delas para a minha vida e de minha família, já que, se um dia eu tiver filhos, quero que eles saibam o porquê de eu ter escolhido trabalhar com os velhos. Desejo que compreendam o porquê da minha profissão, o porquê das minhas escolhas e espero que essas memórias fiquem registradas e sejam passadas para cada geração de minha família, para que se lembrem da minha história e não somente do meu nome, ao término de minha jornada aqui na Terra. Dessa forma, considero relevante registrar nesse trabalho, cujo objetivo é estudar memórias de um período tão conturbado na história de nosso país, parte das minhas vivências e experiências, as quais contribuíram para a escolha do tema da presente pesquisa.

Quando comecei a pensar em uma temática para meu projeto de pesquisa, desejava algo diferente e que me encantasse, pois tinha consciência de que desenvolver uma dissertação de Mestrado constituía-se em uma jornada árdua, por isso eu deveria fazer a escolha certa do tema, afinal ele seria meu “fiel amigo” por 2 anos, ou quem sabe até por mais tempo, caso desse continuidade com o tema para o Doutorado. Deparei-me com muitas pesquisas de artigos: “Avós que cuidam de netos”, “A importância do desenvolvimento de políticas públicas no processo de envelhecimento”, “Terapia Ocupacional e Aposentadoria”..., entretanto, pareciam temas tão comuns e que não traziam “brilho” aos meus olhos durante as leituras.

Contudo, ocorreu-me que eu poderia escolher algum deles apenas para tentar o ingresso no programa e, posteriormente, mudaria, por que não? Um dia, porém, olhando minhas redes sociais, encontrei um vídeo sobre a história de uma senhora de 83 anos de idade, francesa, que viveu em um campo de concentração na Alemanha, por ser judia. O nome dessa senhora é Francine Christophe. Por meio do vídeo, ela relata que sua mãe guardou dois pedaços de chocolate para serem comidos apenas quando realmente precisassem. Enquanto Francine e sua mãe estavam no acampamento, havia uma mulher grávida que estava muito magra devido à fome. Dessa forma, a mãe de Francine explicou-lhe que a mulher precisava mais do chocolate do que ela, e que talvez o doce pudesse salvá-la da morte. E assim, Francine deu o último pedaço de chocolate à mulher grávida que deu a luz ao seu bebê ainda no campo de concentração e, passados 6 meses, todos os que ali sobreviveram foram libertos.

Com o passar dos anos, Francine começou a ministrar palestras, apresentando ao mundo o drama vivido por ela e por tantos judeus e a reflexão sobre como a vida dos sobreviventes poderia ter sido diferente se, após serem libertos, contassem com apoio e ajuda psicológica. Em uma dessas palestras, uma mulher subiu no palco, fez um discurso e, ao final, retirou do seu bolso um pedaço de chocolate, entregou a Francine e disse: “Eu sou o bebê”.

Esse vídeo encantou-me de tal maneira que imediatamente pensei: “está aí o meu tema para o Projeto. Com certeza existem muitos trabalhos sobre a Ditadura Civil- Militar, mas acredito que poucos apresentem o velho de hoje como protagonista que tenha lutado contra esse período”. E dessa forma, nascia meu tema para a dissertação, que, finalmente, trouxe-me o “brilho” pelo qual procurava e a vontade de fazer minha pesquisa acontecer.

No Brasil, para definir metas governamentais e de políticas públicas, considera-se idoso aquele maior de 60 anos de idade, de acordo com o Estatuto do Idoso, Lei n^o 10.742, de 1 de outubro de 2003, Título I, Art. 1o. O aumento da expectativa de vida passa a exigir a criação de leis e políticas públicas que garantam um maior envolvimento da família e do Estado em questões que fazem parte da vida

dos idosos. Tais medidas podem auxiliar não somente no estabelecimento dos direitos desses idosos nas áreas da saúde, lazer, cultura, meios de transportes coletivos, habitação e trabalho, mas também contribuir para a prevenção de fatores que possam interferir nesse processo natural de envelhecimento e, conseqüentemente, melhorar cada vez mais a qualidade de vida dessas pessoas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2014), nas próximas décadas, a população mundial, com mais de 60 anos, triplicará até 2050, tornando as doenças crônicas e o bem-estar da terceira idade um novo desafio de saúde pública global.

Segundo o IBGE (2017), as transformações ocorridas no padrão demográfico brasileiro são mudanças extremamente importantes e que merecem atenção. A partir de 1940, acentuando-se a partir da década de 60, houve um declínio significativo nos níveis de natalidade¹ e, portanto, uma redução na taxa de renovação da população nativa (isto é, excetuando-se as taxas de imigração), aliada a um aumento da longevidade, trazendo alterações na pirâmide etária, diminuindo, então, o número de crianças e adolescentes e aumentando o número de idosos.

A tendência é a de que surjam estudos, pesquisas e propostas que auxiliem no acolhimento desse segmento da população.

[...] Há duas categorias sociais opostas e em construção olhando para o país. A primeira é a juventude, essa etapa entre a adolescência e o mundo adulto que, pela força de expansão da expectativa de vida e das exigências escolares, cada vez tende a ampliar seu tempo e a criar uma identificação específica. A segunda é a velhice, que não pode ser nominada nem tratada como há 50 anos, quando a expectativa de vida era apenas de 43 anos. Portanto, este último e mais novo ator individual e coletivo está redefinindo as relações familiares; construindo a medida de sua participação social; influenciando os rumos da política e, em consequência, criando, a partir de si, uma nova imagem e delineando uma preciosa etapa da vida, portadora de uma ética e de uma estética própria. (MINAYO e COIMBRA, 2002, p. 21).

¹ Embora os informes falem em fecundidade, preferimos indicar natalidade, isto é, as estatísticas informam os índices de nascimentos.

O aumento do número de idosos no país foi concomitante às mudanças no cenário econômico, cultural e político brasileiro. Mudanças estas que influenciaram de forma significativa a história de vida de inúmeros idosos, que quando jovens tiveram suma importância nas transformações do cenário político, contribuindo para a abertura da democracia no país por meio da resistência contra um dos períodos históricos marcado pelo golpe de 1964, no qual o país foi governado pelo regime militar (1964-1984).

A Ditadura Civil- Militar impôs diversas restrições políticas e instaurou um regime de exceção marcado por repressão, censura, suspensão dos direitos individuais, proibição de manifestações populares e perseguição política. Durante os longos vinte anos da Ditadura civil- militar no Brasil, de 31 de março de 1964 a 1984, o cenário de lutas sociais foi intenso devido à repressão e controle social por meio da força do Estado autoritário. Esse movimento culminou nas lutas pelas “Diretas Já”, na década de 1980, que pedia o fim da repressão e a redemocratização do país. Dentro desse cenário, os temas “direitos humanos” e “cidadania” retornaram com muita força nas diversas manifestações por todos Estados brasileiros.

[...] No Brasil, assim como em outros países, a questão da repressão política é, quase sempre levantada, debatida e estudada a partir de denúncias dos atingidos ou relatos de entidades que voltam para a defesa dos Direitos Humanos. Apaixonados ou serenos, objetivos ou emocionais, tendenciosos ou equilibrados, são testemunhos que contribuem expressivamente para a revelação de uma história oculta. Causam impactos e concorrem para desenvolver nossa consciência acerca da necessidade de se construir sistemas políticos que efetivamente erijam a pessoa humana como valor intocável. Mas esbarram, quase sempre, na desconfiança daqueles que levantam sua suspeição como relatos não isentos. (PROJETO BRASIL NUNCA MAIS- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO 1985, p. 15).

Muitas demandas políticas, econômicas e sociais, no campo dos Direitos Humanos, surgiram intrínsecas a questões familiares. Segundo Martins (2003), foram elaborados diversos trabalhos sobre o período da ditadura militar, mas alguns realizados, especificamente, no contexto da luta pela reparação do Estado às famílias dos mortos e desaparecidos políticos. Nesse sentido torna-se necessário lembrar que em numa decisão inédita, o presidente Fernando Henrique Cardoso editou, em 4 de dezembro de 1995, a Lei dos Desaparecidos que reconheceu de

imediatamente, como mortos, 136 desaparecidos políticos e criou uma Comissão Especial, vinculada ao Ministério da Justiça, para analisar, caso a caso, as denúncias referentes a outras mortes (MARTINS FILHO, 2000). Na tradição de “Brasil Nunca Mais”, vieram à luz, nessa nova forma, trabalhos como o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, patrocinado pelo governo do Estado de Pernambuco, em 1994, e republicado, em 1995, pelo governo do Estado de São Paulo (*Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos et al*, 1995). Por sua vez, o deputado Nilmário Miranda (1999) e Carlos Tibúrcio, dirigente do grupo “*Tortura Nunca Mais*”, de São Paulo, organizaram um alentado volume de 650 páginas, “*Dos filhos deste solo*”, por meio do qual procuravam expor com riqueza de detalhes a situação das centenas de mortos e desaparecidos políticos durante o governo militar. Ainda nesse capítulo, Alípio Freire, Izaías Almada e Granville Ponce (1997) editaram “*Tiradentes, um presídio da ditadura*”, que contava a história dos militantes que passaram por aquela instituição penal e Janaína Teles (2000) trouxe à luz a coletânea “*Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*”.

Há uma vasta literatura sobre o período, porém quando o tema regime militar é tratado, os assuntos mais estudados são economia, as influências desse período na história do país, repressão que ocorreu contra políticos da oposição, cantores, artistas, mídia e até mesmo contra escolas e universidades. Há uma escassez, dentro da gerontologia, em relação ao tema que pretendo investigar, ou seja, o levantamento de dados que mostrem a importância do resgate das memórias da ditadura civil-militar, uma vez que há uma tendência de esquecimento, principalmente pelo Estado.

Dessa forma, pretende-se investigar como esse período influenciou nos aspectos psicológicos, emocionais, sentimentais, culturais e afetivos na vida das pessoas que possam ter sido vítimas não somente de torturas físicas, mas também psicológicas, as quais são capazes de deixar marcas muito mais profundas, ou que ainda tiveram pais, irmãos, amigos, retirados violentamente do convívio familiar e desaparecidos de suas vidas, enfim protagonistas desse período tão cruel de nossa história e que hoje fazem parte da população idosa brasileira. Ao mesmo tempo, pretende-se apresentar uma análise de como a ditadura civil- militar influenciou na

construção da identidade desses idosos e a importância de suas memórias ao resgatarem e considerarem o papel social desses indivíduos para a história do país.

Ao apresentar a proposta de meu trabalho, cujos objetivos são mostrar importância do resgate das memórias de idosos que lutaram contra a ditadura civil-militar, analisar como esse período pode ter influenciado na construção de suas identidades e resgatar o papel social desses sujeitos para a história do Brasil, pensei em como poderia incorporar o papel da Terapia Ocupacional nessa pesquisa.

Assim, o trabalho realizado para esta Dissertação, se mostrou também importante para o exercício de um Terapeuta Ocupacional, já que a escuta; a atenção a cada detalhe das histórias e memórias contadas por idosos são extremamente necessárias. Cada fala e conversas são as respostas que procuramos. Descobrimos que na história de vida apresentada por cada um existem os sinais, as marcas as quais precisamos estar atentos para interpretar e assim percebermos, por meio das conversas informais e, de forma indireta, as necessidades daquele sujeito. Muitas vezes um paciente que necessite somente de uma terapia de mão por conta de uma artrose, em determinados dias, queira apenas conversar sobre o bolinho de carne que ele não consegue mais fazer para o neto por conta da mão, e a partir disso ele traz uma série de outras demandas que também devem ser trabalhadas pelo terapeuta ocupacional, e apenas por escutar, conseguimos acolher esse indivíduo de uma forma mais abrangente em relação às suas reais necessidades.

Pode-se concluir, portanto, que por meio da atenção e da escuta, a terapia ocupacional abrange muito mais do que somente a saúde do idoso, traz habilidades, potenciais, autoestima, capacidade, dignidade, manutenção de seus direitos e também deveres e o prazer em viver.

Em outro momento da carreira acadêmica pretendemos voltar a este mesmo tema da memória dos tempos da repressão, mas entrevistando pessoas que se disponham a falar. Dessa forma, é relevante refletir sobre a possibilidade de se realizar, como recurso terapêutico, um diário autobiográfico, ou seja, a confecção e escrita de um caderno dos participantes que aceitem registrar todas as suas

memórias sobre o período da ditadura civil militar. Por meio dos registros no caderno autobiográfico atingiríamos ao objetivo principal citado anteriormente, mas ainda poderíamos obter resultados semelhantes ao de uma Oficina de Memória, que já foi apontada por estudos como um recurso que traz efeitos significativos quanto à estimulação da memória, e neste caso, uma autobiografia constitui-se em um recurso terapêutico capaz de ser fonte de expressões, por meio da linguística, do sentimento, da emoção, bem como estimular a atenção, concentração e memória desse idoso.

Trabalhando com um aporte mental, cognitivo, físico, biológico e social, o idoso vê restituídas, a partir de sua própria produção e de sua ação, funções que, devido ao processo natural do envelhecimento, foram se alterando com o tempo, ou que foram alteradas por algum processo patológico. Estimular o potencial do indivíduo, reabilitando-o globalmente, é uma crença na sua capacidade como ser integral, indissociado, tratando-o como ser biopsicossocial. (SOUZA, 2006, p. 1218, apud ROSSETO, 2008, p. 17).

Segundo Arruda (2010), uma das formas de proporcionar aos idosos um conhecimento mais amplo acerca do envelhecimento normal e da demência é a utilização de oficinas voltadas para esse segmento da população.

O uso da Oficina de Memória foi descrito por Cabral, Amaral, Brandão (2009), nas quais foram atendidos 113 idosos, entre 2003 e 2005 e utilizada a memória como método de resgate da história socioafetiva. E assim, por meio da oficina de memória autobiográfica, observou-se que a mesma proporcionou aos idosos o resgate, a dignidade e a autoestima, melhorando a qualidade de vida dos participantes.

O objetivo principal das oficinas é ressaltar a importância da memória autobiográfica como vetor de integração dos atores da cidade com suas raízes e a preservação do patrimônio humano. O trabalho possibilita uma reflexão sobre a trajetória de vida, reconstruída com a perspectiva da identidade atual, resignificando-a e inserindo-a na história coletiva no tempo e espaço das culturas de origem e destino, resgatando a memória social das cidades pelo olhar único de cada indivíduo. (CABRAL, AMARAL, BRANDÃO, 2009, p. 260).

Partindo dessas informações, a presente pesquisa pretende apresentar a importância de um estudo que não somente atinja os objetivos esperados no que concerne à questão dos relatos de memória desse período da história do país, mas que também contribua para uma reflexão sobre a importância dessas memórias e do resgate do papel social de cada idoso na história do Brasil, bem como o sentimento de orgulho em cada um deles ao lembrar-se de suas histórias, podendo trazer a ressignificação de sua identidade, a qual se constitui em um problema na população idosa não apenas em âmbito nacional, como também internacional.

[...] Pode-se dizer que o idoso possui mais passado do que futuro, tendo em vista a expectativa de vida nas idades mais avançadas, e geralmente este passado possui uma grande importância, uma vez que representa toda a vida já vivida e que constitui, portanto, a identidade deste sujeito. Enquanto o jovem planeja o futuro em busca de constituir-se como um ser único, um alguém, o idoso identifica-se como um ser único, alguém especial, a partir do seu passado, de suas lembranças, de sua memória resgatada no momento presente. (ROSSETO, 2008, p. 23).

São as memórias que influenciaram na identidade de cada um, entre tantas histórias contadas por meio dessa memória é que construímos e desconstruímos mitos, aprendizados e culturas.

A memória dos idosos torna-se, dessa forma, um mediador entre a geração atual e as testemunhas do passado; um instrumento precioso para se constituir a crônica do cotidiano, sem se basear unicamente em documentos oficiais. São as paixões, as intensidades e a maneira como cada idoso viveu o acontecimento narrado que impedem a unilateralidade de um fato e a riqueza de vários pontos de vistas contraditórios (BOSI, 2003).

Existe ainda um preconceito e estigma contra o velho que muitas vezes traz o esquecimento e o não reconhecimento da importância dessas memórias. Segundo Bosi, a sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência a sua obra. Perdendo a força do trabalho, ele já não é produtor nem reproduzidor. Se a posse, a propriedade constituem, segundo Sartre, uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa. O velho não participa da produção, não

faz nada: deve ser tutelado como um menor. Quando as pessoas absorvem tais ideias do seu universo sócio cultural sobre a desvalorização do “não produtivo” associam-se, igualmente, poder econômico e menor desvalorização.

Objetivos

Objetivo Geral

- ✓ Identificar a importância das memórias de idosos que outrora lutaram contra a ditadura civil-militar no Brasil.

Objetivos Específicos

- ✓ Identificar, por meio de uma revisão bibliográfica, estudos entre o período de 2000 a 2017, sobre a memória de indivíduos que lutaram contra a ditadura civil-militar;
- ✓ Identificar, por meio de uma pesquisa documental, informações sobre indivíduos que lutaram contra a ditadura civil- militar no Brasil;
- ✓ Mostrar a importância de um estudo que considera os indivíduos idosos como protagonistas de trabalhos com a temática “ditadura civil-militar” e suas respectivas memórias;
- ✓ Investigar se a memória de um passado de intensas agitações políticas, econômicas e sociais influenciou, de alguma forma, a vida dos militantes da época, que hoje são idosos;
- ✓ Mostrar a importância de resgatar essas memórias de um período conturbado, sendo um dos mais cruéis da história do Brasil, e que fez parte da construção política, econômica e social do nosso país, para que não caiam no esquecimento.

Metodologia

O método de pesquisa utilizado foi: Revisão Bibliográfica e Pesquisa Documental, sendo de caráter qualitativo.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122).

A pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2008).

Segundo May (2004), as fontes de uma pesquisa documental incluem documentos históricos, como leis, declarações estatutárias e também os relatos de pessoas sobre incidentes ou períodos, nos quais elas estiveram envolvidas de fato.

Ainda segundo o mesmo autor, as fontes de uma pesquisa documental nos falam das aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época na qual podíamos não ter nascido ainda ou simplesmente não estávamos presentes.

Uma pesquisa documental compreende-se, segundo Moreira (2005), da identificação, verificação e a apreciação de documentos para determinado fim. As fontes da análise documental são de origem secundária, ou seja, constituem

conhecimento, dados ou informações já reunidos ou organizados. São fontes secundárias: a mídia impressa (jornais, revistas, boletins, almanaques, catálogos) e a eletrônica (gravações magnéticas de som e vídeo, gravações digitais de áudio e imagem) e relatórios técnicos.

Coleta de dados

Para a revisão, seguiremos as seguintes etapas: seleção do tema, critérios de inclusão e exclusão da pesquisa, análise dos dados, interpretação dos resultados e apresentação da revisão.

A coleta de dados foi desenvolvida no período de agosto de 2017 a fevereiro de 2018, no qual foram identificadas produções científicas, bem como revistas, jornais, documentários, acervos públicos, Memorial da Resistência de São Paulo e a Comissão Nacional da Verdade sobre a temática de histórias de pessoas que lutaram contra a ditadura civil-militar e que hoje são consideradas idosas.

Os depoimentos selecionados foram escolhidos por meio de entrevistas encontradas em jornais, revistas, nos arquivos do Memorial da Resistência de São Paulo e no site da Comissão Nacional da verdade.

O “Memorial da Resistência de São Paulo”, segundo seu portal, trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo por meio de sua Secretaria da Cultura, para a criação de uma instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão política do Brasil republicano por meio da musealização de parte do edifício que foi sede, durante o período de 1940 a 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DOPS/SP.

Assim nesse portal, é possível encontrar pequenas entrevistas de pessoas que tiveram diferentes experiências durante a ditadura civil- militar no Brasil.

Já a Comissão Nacional da Verdade, segundo dados encontrados no site, foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, cujo principal objetivo é apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Segundo dados do site, a criação dessa lei foi sancionada em novembro de 2011, pela então presidente Dilma Rouseff. O objetivo sempre foi o de apurar casos de desaparecidos políticos, a fim de esclarecer o paradeiro dos corpos das vítimas.

O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia. É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la" (Dilma Rouseff-Comissão Nacional da Verdade)

A coleta dos dados de produções científicas foi realizada por meio dos seguintes bancos de dados: indexadores Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Portal CAPES. Os descritores utilizados foram: ditadura militar, Brasil, memórias, torturas, idosos, histórias.

O levantamento de documentários foi realizado por meio de indicação de professores e pessoas envolvidas com a temática e que contribuiriam para a pesquisa com esse material.

Crerérios de inclusão dos estudos

Foi utilizado como critério de inclusão todos os documentários, entrevistas, notícias de jornais e depoimentos da Comissão Nacional da Verdade e do Memorial

da Resistência de São Paulo, que tratam as histórias de pessoas, hoje consideradas idosas e que foram necessariamente perseguidas e vítimas da ditadura civil- militar, publicados entre o período do ano de 2000 a 2017.

Foram encontrados 237 depoimentos no portal da Comissão Nacional da Verdade, realizados entre os anos de 2012 e 2014, e 98 depoimentos de presos políticos no Memorial da Resistência de São Paulo.

Para a seleção dos depoimentos, foram escolhidos apenas aqueles os quais os entrevistados discutiram as interferências das torturas e do período da ditadura em suas vidas nos dias de hoje, ou seja, foram excluídos depoimentos de relatos apenas de acontecimentos do passado, não trazendo os mesmos para o presente e que não respondiam as perguntas da pesquisa.

Os idosos participantes dos materiais coletados foram necessariamente presos, perseguidos e torturados pela ditadura.

Ainda foi realizada uma pesquisa acerca da idade desses sujeitos, uma vez que foram selecionados artigos e documentos os quais os participantes tinham necessariamente mais de 60 anos de idade, sendo considerados idosos atualmente, no ano de 2018.

Critérios de exclusão dos estudos

Como critérios de exclusão foram descartados os artigos que não apresentavam o conteúdo na íntegra. Artigos, notícias de revistas e jornais voltados somente para questões econômicas e políticas do período, não considerando os indivíduos que lutaram contra a ditadura civil-militar, e hoje, considerados idosos, como protagonistas da pesquisa também foram descartados, além de materiais nos quais os participantes tenham apenas vivido o período da Ditadura civil-militar, não atuando diretamente, ou que não sejam considerados idosos atualmente.

Análise de Discurso

A análise minuciosa dos discursos encontrados foi realizada de forma descritiva, de caráter qualitativo, considerando os resultados obtidos por meio da revisão bibliográfica e da pesquisa documental, além disso, para a discussão, trago alguns trechos encontrados em depoimentos de idosos que não selecionei para a pesquisa, porém que em alguns momentos de suas entrevistas, trouxeram algumas falas que auxiliaram a discussão do trabalho.

1 EXPLORANDO E CONCEITUANDO MEMÓRIA

O conceito memória é utilizado e estudado praticamente dentro de todas as áreas de conhecimento das ciências sociais, humanas e biológicas, entretanto as abordagens e classificações em relação aos tipos de memórias são diferentes.

Le Goff (2003) apresenta, em seu livro “História e Memória”, a ideia de Meudlers Brion e Lieury (1971); Flores (1972), que defende que os estudos envolvendo como tema “memória” englobam a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e quando se trata das perturbações que trazem as memórias, das quais a amnésia é a principal, entra o trabalho da psiquiatria.

De acordo com os estudos das áreas biológicas, temos a classificação de memória de curto prazo e de memória de longo prazo, desde o século XIX. No entanto, algumas classificações mais recentes levam em consideração outras características, além do tempo de retenção da informação (MOURAO JÚNIOR e FARIA, 2015).

Grieve (2006) utiliza e explica em seu livro voltado a Terapeutas Ocupacionais, algumas classificações de memória, utilizadas por profissionais da saúde, sendo elas:

Memória Sensorial: É a memória que armazena e processa rapidamente as informações que recebemos pelos nossos sentidos (tato, olfato, visão, audição, paladar e propriocepção). Essa memória tem uma duração rápida antes de passar para a memória de curto prazo.

Memória de Curto Prazo: Armazena durante alguns segundos a informação proveniente da memória sensorial, antes de ser transferida para a memória de longo prazo ou, então, se perde em virtude da interferência das novas informações que vêm chegando. A descrição antiga de armazenamento de curto prazo tem sido

transformada em um sistema de memória de trabalho em que há a reverberação de itens e certo grau de processamento ativo para dar significado à memória.

Memória de Longo prazo: Retém as informações durante o período que vai de alguns minutos a muitos anos. O esquecimento do conteúdo da memória pode ser devido ao declínio ao longo dos anos, mas é possível também que a memória continue guardada sem poder ser recuperada.

A memória é o que nos permite lembrar as histórias vividas no passado, os nomes de nossos familiares, amigos, professores, a lembrar de datas especiais. Memória é não esquecermos como se dirige um automóvel, depois que aprendemos a conduzi-lo, ou melhor, memória é traduzida bem com a antiga frase: “é como andar de bicicleta, a gente nunca mais esquece”. Enfim, todos esses exemplos são o que nos permitem viver e sermos quem nós somos.

A memória, então, não é nem sensação nem julgamento, mas é um estado ou qualidade (afeição, afeto) de um deles, quando o tempo já passou. ...Toda memória, então, implica a passagem do tempo. Portanto, só as criaturas vivas que são conscientes do tempo podem lembrar, e elas fazem isso com aquela parte que é consciente do tempo. (ARISTÓTELES, 1986, p. 291).

A recordação de eventos pessoais vividos constitui a memória autobiográfica, a síntese e a referência de nossas histórias de vida (GAUER, 2008).

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (POLLAK, 1992, p. 04).

Para Pollak (1992), portanto, a organização da memória gira em torno das preocupações pessoais e políticas do momento, o que nos leva a concluir que a memória é um fenômeno construído.

De acordo com o estudo desse autor, pode-se afirmar que a memória dos idosos, os quais se pretende estudar nessa pesquisa e que viveram o período da ditadura civil militar e lutaram contra ela, refere-se a uma memória que vai além de suas memórias pessoais. Elas remetem a um contexto social e político vivido no Brasil.

Segundo Izquierdo (1989) memória é a aquisição, conservação e evocação das informações, dos fatos vividos por cada indivíduo.

Memórias são as ruínas de Roma e as ruínas de nosso passado; memória tem o sistema imunológico, uma mola e um computador. Memória é nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal (sou quem sou porque me lembro quem sou). Há algo em comum entre todas essas memórias: a conservação do passado através de imagens ou representações que podem ser evocadas. (1989, p. 89).

Segundo Gauer (2008), memórias de eventos marcantes constituem marcos determinantes na organização da história de vida do indivíduo. Elas permitem ao sujeito definir-se a si mesmo, reconhecer-se na sua própria experiência e se expressar a respeito da sua trajetória singular (BLAGOV & SINGER, 2004). Essas memórias refletem padrões de expectativas culturais, permitindo ao indivíduo verificar a maior ou menor adequação da sua própria trajetória individual às convenções sociais de quais são os eventos que tipicamente fazem parte de uma história de vida (BERNTSEN & RUBIN, 2004).

A recordação de eventos pessoais vividos no passado constitui a memória autobiográfica, a síntese e a referência de nossas histórias de vida (GAUER 2008).

Segundo Schmidt (1993), memória individual pode ser entendida como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular

de articulação das mesmas, já a memória coletiva trata-se de um trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado desse trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são os conteúdos da memória coletiva.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (LE GOFF, 2003, p. 469).

Dentro da sociologia, um importante nome, citado na maioria dos estudos voltados a questões da memória, é o de Maurice Halbwachs, sociólogo francês, autor do livro “A memória coletiva”, no ano de 1950. Memória coletiva e memória individual são as classificações que serão muito utilizadas ao longo desse trabalho para explorar e analisar os objetos de estudos da pesquisa, portanto, imprescindíveis para uma melhor e maior compreensão.

De acordo com Halbwachs (2006 apud RIOS, 2014), a memória pode ser entendida como uma reconstrução do passado realizada com o auxílio de dados do presente. Isso ocorre por meio de um processo de seleção, pois é impossível registrar tudo o que ocorreu num dado momento, não só no plano individual, mas também no plano coletivo. Assim, as visões construídas sobre o passado revelam mais sobre o momento presente do que sobre o passado que se pretende restituir. Nossas visões sobre o passado são incompletas, parciais e cambiáveis. Elas podem variar de acordo com a posição que ocupamos num determinado grupo e de acordo com as mudanças nas relações desse grupo com outros meios. A participação dos indivíduos em variados grupos faz com que suas memórias se formem de modo fragmentário, como um mosaico.

Maurice Halbwachs foi influenciado pelas ideias de Durkheim sobre representações coletivas. Em seu livro, “Memória Coletiva”, Halbwachs (1990) define que a memória coletiva é como um fenômeno social que pode ser compreendido como um processo social de reconstrução do passado e não como resultado de processos individuais ou subjetivos. No mesmo livro, Halbwachs (1990) estabelece

uma relação entre memória e sociedade, na qual enfatiza as estruturas coletivas das lembranças e aponta a existência de uma dificuldade em se falar da memória de um grupo, ou seja, é comum relacionarmos sempre a memória como se fosse apenas algo individual, entretanto, o autor defende que toda memória individual está apoiada na memória de outras pessoas, o que a define como memória social.

Halbwachs (1990), ao distinguir e relacionar memória individual e memória coletiva, enfatiza o que Duvignaud (1990, p. 9-10) traduz nos seguintes termos:

É impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomamos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos memória.

Halbwachs (1990) aborda ainda que muitas de nossas memórias são na verdade de um grupo, e que, muitas vezes, confundimos as memórias individuais, que nos pertencem, com as memórias coletivas, que envolvem a participação de outros indivíduos.

Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo[...]Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que possa ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas é uma memória emprestada, que não é minha (1990, p. 55).

De acordo com o autor, ao mesmo tempo, em que possuímos essas memórias coletivas, também existem algumas que pertencem a nós mesmos, as quais ele define como memória pessoal, mas ressalta que uma está ligada a outra.

Por uma parte de minha personalidade, estou engajado no grupo, de modo que nada do que nele ocorre, enquanto dele faço parte, nada daquilo que o preocupou e transformou antes de que nele entrasse-me é completamente estranho. Mas se eu quiser reconstituir em sua integridade a lembrança de um tal acontecimento, seria necessário que eu juntasse todas as reproduções deformadas e parciais de que é o objeto entre todos os membros do grupo. Pelo contrário, minhas lembranças pessoais são inteiramente minhas, estão inteiramente em mim. Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que

chamaríamos, se o quisermos, a um interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: a memória autobiográfica e memória histórica. (1990, p. 54).

Para ampliar essa discussão acerca do conceito de memória coletiva e individual, analisemos essa abordagem dentro do período que se situam nossos estudos investigativos, ou seja, o da ditadura civil-militar. Por meio das leituras dos depoimentos percebemos que grande parte dos entrevistados traz, em muitos momentos, nomes de torturadores, companheiros de cela, familiares, ou seja, apresentam memórias pessoais, mas que estão conectadas a todo o momento com grupos de pessoas. Essa constatação confirma aquilo que Halbwachs (1990) defende ao afirmar que a memória individual se apoia à memória coletiva, uma vez que tudo aquilo que vivemos ao longo de nossas vidas faz parte de uma história geral. Ainda, segundo o sociólogo, a memória social é muito mais ampla do que as memórias pessoais, mas por outro lado ela não representa o passado de forma detalhada, mas sim sob uma ótica resumida e esquemática, ao contrário das memórias autobiográficas, que apresentam lembranças mais contínuas, detalhadas e densas.

A sociologia da memória de Halbwachs (1990) é um estudo complexo e amplo, mas imprescindível para um pesquisador de memórias. Dessa forma, o objetivo da apresentação do autor nesse trabalho não é o de abordar ou aprofundar todos os seus estudos, mas sim o de apresentar a sua contribuição para as diferentes áreas de conhecimento, perpassando pela psicologia, história, filosofia, antropologia e sociologia. Sendo assim, trata-se de um estudo que não poderia ser deixado de lado em um trabalho cujo objetivo é o de analisar as memórias políticas de idosos, os quais apresentam, de forma marcante e significativa, suas memórias pessoais, mas também sociais.

Le Goff (2003) defende em seu livro, “História e Memória”, que memória coletiva pode ser considerada uma conquista e também um elemento de poder, que faz parte de grandes acontecimentos e conquistas que auxiliam não apenas o desenvolvimento das sociedades, mas também das classes dominantes e das

classes dominadas, lutando todas pela vida, pelo poder, pela sobrevivência e pela promoção.

Dessa forma, percebe-se que a memória individual nos remete a histórias mais pessoais, interiores, já a memória coletiva a fatos históricos e sociais. Ainda podemos afirmar que uma se relaciona com a outra, uma vez que todas as histórias e lembranças que temos em nossa vida nos proporcionam sentimentos de individualidade, mas também momentos que nos remetem ao coletivo. Remetem, portanto, a um sentimento de pertença.

Quando pensamos em histórias da vida de velhos, conseguimos informações e registros de experiências únicas e individuais. No caso deste trabalho pretendo refletir sobre as memórias de velhos que lutaram contra a ditadura civil-militar, em um contexto histórico no qual os valores, a política e cultura eram totalmente diferentes, o que também nos possibilita, por meio de suas autobiografias (memória individual), a compreensão das mudanças conquistadas por esses velhos no campo político, cultural, social e econômico nos dias atuais.

Para Brewer (1986) e Rubin (1998, apud GAUER, 2006, p. 05), memória autobiográfica envolve várias capacidades cognitivas, desde aquela que permite lembrar um fato pessoal como o caminho de casa ao trabalho, até a de escrever o livro da história da minha vida, mas a recordação de eventos pessoais é o seu objeto de estudo.

Para Huffman e Weaver 1996 (apud ALENCASTRO, 2009, p. 11), com a ausência da memória autobiográfica, o homem não consegue saber o funcionamento do mundo, o que esperar da vida e quem são as pessoas que fazem parte de seu convívio. Além disso, não seria capaz de saber inclusive quem ele é.

Singer & Salovey, (1993), Blagov e Singer (2004, apud GAUER, 2006, p. 06) acreditam que a memória autobiográfica traz uma definição ao sujeito de quem ele é, de reconhecer sua própria história e de se expressar a respeito da sua trajetória singular.

Assim, de acordo com esses autores, o termo memória autobiográfica nos remete a recordações de experiências de cada indivíduo, vividas no passado, as quais nos permitem não apenas nos lembrar, mas também registrá-las em uma folha de papel.

Infelizmente, vivemos em uma sociedade onde o velho é discriminado ou mais comumente, esquecido. Usar o termo “velho” torna-se pejorativo, uma vez que nos remete a visão de que tudo o que é velho é jogado fora e essa referência atinge nossos idosos que são vistos como descartados, como seres improdutivos em uma sociedade capitalista na qual damos valor ao “ter” e não ao “ser”. Tal afirmação pode ser comprovada em muitas famílias, nas quais os idosos são a fonte de renda e aqueles que não têm o que oferecer, muitas vezes, são colocados e esquecidos em Instituições de longa permanência (ILPI). Percebe-se, portanto, que em ambos os casos, o mais importante não é percebido: “Quem é esse indivíduo? ”, “Quais são suas histórias? ” “Quais foram as contribuições desse sujeito para a sociedade e para sua família? ” “Quais são suas memórias? ”. Essas são as perguntas que, infelizmente, são esquecidas e roubadas dessa parte da população.

Segundo Bosi (2002, apud VALENÇA e REIS, 2015, p. 266), um dos papéis sociais atribuídos à pessoa idosa é o de ser a memória coletiva dos grupos sociais a que pertence, narrando suas histórias e transmitindo seu legado cultural. Por meio de suas recordações e histórias de vida, o idoso é um construtor social e, por meio do seu legado, podemos ter acesso a um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos e que nos são reveladas por meio de suas lembranças narradas no presente.

2 MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA COMO RECURSO DE RESGATE DAS MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Segundo Bluck (1988 apud LOPES e AFONSO, 2013) e Conway (2005), a memória autobiográfica (MA) pode ser definida como um sistema que codifica, armazena e recupera a informação relacionada às experiências pessoais. O conhecimento autobiográfico, intimamente relacionado com a MA, define o que fomos, somos e seremos.

Neri (2005 apud ROSSETO, 2008) aponta que as autobiografias envolvem planejamento e estruturação e podem conter períodos longos ou breves, geralmente focalizando grandes temas do ciclo vital do indivíduo. Nem sempre são organizadas cronologicamente, mas sim por temas. As autobiografias podem incluir avaliação, mas este não é o seu foco. Geralmente, ajudam a tornar a vida mais significativa, sendo fonte de confirmação social para os idosos e, quando feitas em grupo, podem ajudar os integrantes a compreenderem, integrarem e aceitarem eventos desafiantes ou conflituosos do ciclo vital.

Amaral e Brandão desenvolveram uma pesquisa de Oficina de Memórias Autobiográficas com um grupo de idosos, inicialmente, no Pateo do Collegio, que, segundo as autoras, marca, com exatidão, o local de fundação da cidade de São Paulo, e posteriormente, a pesquisa se desdobrou para o Município de Embu das Artes. O objetivo do trabalho, segundo as autoras, foi o de “ressaltar a importância da memória autobiográfica como vetor de integração dos atores da cidade com suas raízes e a preservação do patrimônio humano. O trabalho possibilita uma reflexão sobre a trajetória de vida, reconstruída com a perspectiva da identidade atual, ressignificando-a e inserindo-a na história coletiva no tempo e espaço das culturas de origem e destino, resgatando a memória social das cidades pelo olhar único de cada indivíduo”. Por fim, as autoras concluíram que as oficinas proporcionaram aos idosos narradores o desejo de se alfabetizarem, a percepção de conseguirem enxergar seus potenciais, o resgate da dignidade e autoestima, promovendo uma melhoria da sua qualidade de vida e a sensação de inclusão nas cidades.

Em muitas conversas, principalmente em contextos familiares, ouvimos: “ah o vovô sempre conta as mesmas histórias de quando era jovem”, “lá vem aquela senhora contar sobre sua infância”, falas que sempre apontam e afirmam sobre a repetição de histórias e memórias dos idosos, e que são vistas como algo negativo. Ao contrário, podemos encontrar nessas memórias informações e conhecimentos importantes, não somente para os idosos, mas para qualquer um que se disponha a ouvi-los. Quantas vezes temos conversas entre amigos e, até mesmo com nossos pais, nas quais relembremos acontecimentos relacionados a nossa infância ou momentos vividos na faculdade? A pergunta é: por que o idoso não tem direito a essas memórias? É preciso saber ouvi-las e essa escuta requer paciência, requer empatia e enxergar o velho como um ser humano e não como um estranho.

A noção que temos de velhice decorre mais da luta de classes que do conflito de gerações. É preciso mudar a vida, recriar tudo, refazer as relações humanas doentes para que os velhos trabalhadores não sejam uma espécie estrangeira. Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da humanidade [...] (BOSI, 1994, p. 31).

Segundo Domingues (2014) afirmar a velhice como uma experiência narrativa não se justifica pelo fato do idoso encontrar-se em um momento em que várias histórias se acumularam ao longo de sua vida, mas porque são essas histórias que afirmam o seu modo de ser, de ver a vida e de se relacionar com os outros. São o que o tornam testemunha e guardião das memórias de nossa sociedade. Pode-se então enxergar o lugar do idoso como narrador privilegiado em uma comunidade repleta de memórias, palavras e práticas que podem ser socializadas e compartilhadas por todos.

Ao compartilhar lembranças, os tempos individuais se cruzam, formando um outro tempo coletivo, tempo presente no grupo. Este compartilhar dá lugar a uma nova solidariedade que propicia a cada um e ao grupo como um todo a segurança necessária para os relatos em um espaço de valorização e compreensão. Assim, a indiferença, marca das grandes cidades, desaparece dando lugar a uma nova trama de relações.... Assim os grupos, formados aleatoriamente, tecem uma nova trama de (re) significados (BRANDÃO, 2005, p. 161).

Segundo a autora, como “toda a memória é adquirida num certo estado emocional” (IZQUIERDO, 2005, p. 36), quando trabalhamos na perspectiva da evocação de memórias autobiográficas, a continência e respeito pelas falas, e até mesmo os silêncios e esquecimentos dos participantes, se faz fundamental.

Dessa forma, pensando nos principais protagonistas deste trabalho, idosos que lutaram contra a ditadura civil militar, podemos afirmar que trabalhar com o registro de memórias autobiográficas desse período é trabalhar com a reconstrução do passado. É permitir a lembranças daquilo que foi vivido e conquistado, mas também permitir e respeitar o silêncio e o esquecimento.

De acordo com Rovai (2013) a intensificação das pesquisas com a história de vida de pessoas que foram presas, torturadas ou de alguma forma perseguidas no período da ditadura civil militar, implica entender dois processos distintos e complementares: o direito e o dever de lembrar os traumas psicológicos e físicos e de sobre eles falarem, e o direito ao registro, à interpretação e à análise histórica desse período traumático no Brasil.

O livro de Fernando Gabeira “O que é isso companheiro? ” trata-se de um exemplo de uma obra autobiográfica, na qual o autor relata suas experiências dos anos em que morou no Brasil durante o período da Ditadura Civil-Militar, contando sobre a militância numa organização clandestina, sua prisão, as torturas das quais foi vítima e o exílio no Chile. O foco do livro, segundo Lima (2012) é o ano de 1968, quando ingressou na luta armada, e em seguida sobre sua ligação com o sequestro do embaixador americano no ano seguinte. Dividido em dezesseis capítulos e em pouco mais de duzentas páginas, Gabeira reserva metade do livro para falar sobre os quatro dias do sequestro, sua fuga, após a libertação de Elbrick, os momentos em que viveu na ‘geladeira’ e sua prisão e extradição para Argélia, após o sequestro do embaixador americano.

3 A DITADURA CIVIL-MILITAR, O VELHO E SUAS MEMÓRIAS

O período ditatorial no Brasil durou 25 anos, entre o período de 1964 a 1985, e ocorreu com as mudanças políticas e sociais realizadas, principalmente, no Governo de João Goulart, na época acusado pelos grupos mais conservadores, de comunista.

Dessa forma, de acordo com o Portal Memórias da Ditadura, quando o presidente João Goulart anunciou que colocaria em prática as Reformas de Base, sendo a principal a Reforma Agrária, com objetivo de reduzir a concentração da renda e da terra no país, ocorreram diversas manifestações pelo país inteiro, nas quais as pessoas saíram às ruas em prol das medidas tomadas pelo presidente. Contudo, apesar do forte apoio popular às mudanças anunciadas, os setores da sociedade ligados ao pensamento conservador, protestaram contra o governo, considerado por eles, uma porta de entrada para o comunismo no Brasil. Isso animou os golpistas que perceberam uma importante disposição de setores das classes médias para sustentar a derrubada do presidente por quaisquer meios.

A ditadura militar no Brasil passou por três fases diferentes ao longo de seus 21 anos de duração. A primeira foi de legalização do regime autoritário, por meio de decretos-lei e de uma nova constituição. A segunda, de recrudescimento da repressão e da violência estatal contra os opositores da ditadura. E a terceira, de reabertura política, com a Lei da Anistia e o movimento pelas eleições diretas para presidente (PORTAL MEMÓRIAS DA DITADURA, s\d).

Assim sendo, a ditadura civil-militar no Brasil teve início no dia 31 de março de 1964, com o golpe no qual João Goulart foi afastado do cargo de presidente da República, que por sua vez foi assumido por uma junta militar. Após vários governos passarem pelo poder (Humberto Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo), esse período durou até a eleição de Tancredo Neves, em 1985, morto antes de tomar posse na presidência que foi

assumida pelo seu vice, José Sarney, retomando, então, o período de redemocratização do país.

O golpe de 1964 alterou a função política dos militares no Brasil.

Os militares no poder procuraram sempre atuar a partir de uma “legalidade autoritária”. Mas para combater qualquer um que contestasse o regime mais diretamente, os chamados “subversivos”, não deveria haver limite jurídico, ético ou moral. Assim, principalmente a partir de 1968, o Estado brasileiro patrocinou uma repressão ao mesmo tempo legal e ilegal, baseada em censura, vigilância, tortura sistemática, prisões ilegais e desaparecimentos. (PORTAL MEMÓRIAS DA DITADURA, s\d).

Uma das instituições legais e um dos maiores símbolos de repressão durante o regime militar foi o chamado AI-5 (**Ato Institucional nº 5**), promulgado em 13 de dezembro de 1968. Esse período também ficou marcado na história do Brasil como os “anos de chumbo”, uma vez que houve um grande crescimento dos movimentos de oposição à ditadura. Por meio do AI-5, os direitos individuais foram suspensos e o número de perseguições e torturas à oposição aumentou drasticamente.

Assim, a tortura – que, ao longo de todo século XX, foi cotidianamente utilizada contra os “desclassificados” e “perigosos” sociais - continua sendo, hoje, prática comum em delegacias policiais, presídios, hospícios e muitos outros estabelecimentos que tratam dos chamados “infratores” e “delinqüentes”-mirins. Principalmente a partir do Ato Institucional no 5 (AI-5), de dezembro de 1968 a tortura passou a ser também aplicada, sistematicamente, aos opositores políticos da ditadura militar. Desde os anos 20 – com o incremento do movimento anarquista – esta prática vinha recrudescendo: muitos militantes políticos foram presos e torturados. Da mesma forma, durante a ditadura de Getúlio Vargas, conhecida como Estado Novo (1937-1945), muitos opositores sofreram suplícios nas polícias políticas de diferentes estados. Naquele período, esta prática ainda não havia tomado o caráter de política sistemática do Estado brasileiro. Isto ocorreu a partir dos anos 60, assim como em muitos países latino-americanos, africanos e asiáticos que passaram – e ainda hoje alguns passam – por regimes ditatoriais. No nosso caso, apesar da implantação, em 1964, de um governo de força, somente a partir do AI-5 é que a tortura se tornou uma política sistemática do Estado (COIMBRA, 2001, p. 13).

A partir do AI-5, o Brasil entrou em um período, no qual as torturas, as perseguições, as prisões e a censura tomaram conta de todo o país. E nesse

contexto, diversos políticos, artistas, estudantes, jornalistas e intelectuais foram perseguidos, alguns exilados, presos, torturados e até mesmo mortos; muitos outros foram aposentados compulsoriamente. A censura buscava controlar as universidades, meios de comunicação, mas mesmo com a proibição de manifestações em locais públicos, havia resistências e, a partir de meados da década de 1980, milhares de brasileiros

[...] foram às ruas em 1984, num movimento de massas sem precedentes, pedir a volta das eleições diretas para presidente e o fim do regime militar. O povo brasileiro já deixara patente seu repúdio à ditadura nas eleições de 1974, quando impôs uma espetacular derrota ao partido oficial, a Arena, votando, maciçamente no único partido de oposição permitido, o MDB. Já forçara a “abertura lenta, gradual e segura” com a campanha da anistia, que resultou na lei de 1979. Em 1982, nas primeiras eleições diretas para governador, a oposição ganhara em dez Estados- e nos mais populosos. Com as grandes manifestações de 1984, na maior campanha cívica já ocorrida no país, as Diretas-Já, o povo brasileiro cobrou o imediato fim do regime militar e o direito de escolher logo seu maior governante. (MEMORIAL DA DEMOCRACIA)

Nesse período turbulento ficaram registradas as memórias de todos os envolvidos e vítimas da ditadura, memórias essas que não podem ser esquecidas e muito menos apagadas da história do nosso país.

É possível dizer que a memória atual sobre a ditadura é uma visão crítica desse passado autoritário realizada pelos tempos de hoje, marcados pela consolidação democrática. Nesse caso, essas memórias não são construídas de forma aleatória, ou autoevidente, a partir de uma construção verificável da História do país, mas sim são construções parciais a partir de narrativas específicas sobre eventos que já ocorreram. Como explicou Portelli (1996), os discursos sobre eventos traumáticos do passado são marcados não apenas por dor e luto, mas também por ideologias (GOULART, 2016, p. 3).

Segundo Bosi (1994), a memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nova geração e as testemunhas do passado. A autora ressalta ainda que essa memória é um intermediário informal da cultura, diferenciando dos mediadores formalizados constituídos pelas instituições, que seriam as Escolas, Igreja, Partidos Políticos e a história “oficial”.

Para Bezerra e Lebedeff (2012), o resgate de memórias silenciadas dos idosos é um verdadeiro desafio, além de ter um papel que pode promover a saúde mental e social do velho, uma vez que a atualização de tais memórias pode contribuir para o fortalecimento da identidade individual e coletiva de grupos marginalizados socialmente.

Pode-se notar, portanto, que assim como as memórias autobiográficas citadas no capítulo anterior, saber ouvir memórias pode trazer muito mais que simples histórias e escuta, mas também um resgate da identidade desse grupo, de sua importância para a sociedade, proporcionando-lhe qualidade de vida, e principalmente, autoestima, fazendo-o sentir-se pertencente a essa sociedade.

As memórias de idosos podem ser comparadas a pequenas caixas de estampa antiga, com publicidades de época, enfeitadas com fitas em petit pois, cheiro de papel amarelado e armazenadas com cuidado, em lugares de afeto nada empoeirados. Pois, revisitadas no presente como muita intensidade estes relicários de tempos idos são não apenas uma forma de resistência ao presente, simbolicamente nulo, mas também uma esperança de futuro que burla a ideia de morte anunciada pelo envelhecimento. Uma morte que se dá em vida quando do aniquilamento da identidade do sujeito envelhecido por uma sociedade altamente mecanicista, quantitativa e materialista que configura a cultura contemporânea do descartável (BEZERRA e LEBEDEFF, 2012, p. 1297).

Segundo Correa e Justo (2010), trabalhar com memória de idosos pode parecer, à primeira vista, algo comum, já que um dos papéis que são atribuídos aos mais velhos é o da arte de contar histórias de um passado considerado longínquo, seja da família, da cidade ou de acontecimentos que marcaram uma determinada geração. Além disso, quando se fala em idoso e memória, muitos associam o segundo termo com a perda dos aspectos cognitivos da velhice, associando o idoso, imediatamente, com um sujeito que tem suas memórias perdidas.

Em seu livro “Memória e sociedade - lembranças de velhos”, Ecléa Bosi, dialogando com as ideias de Halbwachs (1990), descreve a diferença das memórias de um adulto e das memórias de um velho. O adulto, dificilmente, traz memórias de infância, e para Halbwachs (1990) isso ocorre como se fosse uma espécie de fuga,

algo que o idoso não tem, por isso as lembranças do passado ocorrem com mais frequência com velhos.

O velho não se contenta, em geral, de aguardar passivamente que as lembranças despertem, ele procura precisá-las, ele interroga outros velhos, percorre seus velhos papéis, suas antigas cartas e, sobretudo, ele conta aquilo de que se lembra quando pese não ter fixado por escrito. Em suma, o velho se interessa pelo passado bem mais que o adulto, mas daí não se segue que esteja em condição de evocar mais lembranças desse passado do que quando era adulto, nem sobretudo, que imagens antigas, sepultadas no inconsciente desde sua infância, “recobrem a força de transpor o limiar da consciência” só então. ” HALBWACHS, 1990, apud BOSI, 1979, p. 60).

Levando em consideração que o presente trabalho refere-se a memórias de um período histórico, que envolveu todo um contexto político, é necessário pensar a forma e o significado dessas memórias na vida dos idosos protagonistas da pesquisa.

Segundo Bosi (1994), na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência quando comparados a outros tipos de memórias, como, por exemplo, memórias da infância, uma vez que o sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado que estava naquela altura da história e reafirmando sua posição ou matizando-a.

Pensando no assunto: “Idosos e Sociedade”, poderíamos abrir um leque de discussões sobre o tema, e um deles é acerca do preconceito que esses indivíduos sofrem atualmente dentro dessa sociedade.

No livro, “Memória e Sociedade- Lembranças de Velhos”, Bosi (1994) afirma que ser velho, em nossa sociedade, é lutar para continuar sendo homem. E é a partir dessa afirmação que podemos confirmar que, de fato, há um grande preconceito em relação ao idoso, já que ao chegar nessa fase, a grande maioria é ignorada nos almoços de família, afinal ouvir as mesmas histórias não é fácil. Ou senão é até posto na cadeira em uma das pontas da mesa, conhecida como o “lugar do pai de família”, afinal se mantém a questão de identidade e respeito, porém ainda

assim esse muitas vezes são excluídos e ignorados em seus conselhos e opiniões. É muito difícil encontrarmos uma família na qual a vontade do velho é ouvida. Muitas vezes as famílias tomam as decisões por eles, uma vez que em suas concepções equivocadas, esses são incompetentes ou já não conseguem mais fazer escolhas.

Como se realiza a opressão da velhice? De múltiplas maneiras, algumas explicitamente brutais, outras tacitamente permitidas. Oprime-se o velho por intermédio de mecanismos institucionais visíveis (a burocracia da aposentadoria e dos asilos), por mecanismos psicológicos sutis e quase invisíveis (a tutela, a recusa do diálogo e da reciprocidade que forçam o velho a comportamentos repetitivos e monótonos, a tolerância de má-fé que, na realidade, é banimento e discriminação), por mecanismos técnicos (as próteses e a precariedade existencial daqueles que não podem adquiri-las), por mecanismos científicos (as “pesquisas” que demonstram a incapacidade e a incompetência sociais do velho). (BOSI, 1994, p. 18).

“Viver é envelhecer e nada mais”, já dizia Simone de Beauvoir. Essa frase nos remete ao pensamento de que seria simples encarar a velhice. Afinal envelhecer faz parte da vida, faz parte do ser, do existir, e é assim que deveríamos olhar o processo de envelhecimento.

Segundo Almeida, 2017, em muitos estudos encontramos o termo gerontofobia que é utilizado por uma considerável parte dos especialistas e pesquisadores quando querem tratar do medo e rejeição que muitas pessoas têm em relação ao envelhecimento. Esse processo, que para muitos se trata de algo natural da vida, pode trazer para outros uma angústia, ansiedade, infelicidade e, principalmente, medo das mudanças que a velhice acarreta em nossas vidas.

Almeida,2017, aponta que a pergunta-chave para essa questão é: “Por que as pessoas têm medo de ficar velhas? ” E a resposta mais simples seria: “porque elas têm medo de morrer”. Entretanto, há algo que vai além do medo da morte. Existe por trás desse anseio, uma sociedade que acredita que ser velho é algo ruim; que a velhice incapacita, que é algo a ser temida, uma sociedade cuja visão é que o velho é um problema, improdutivo, doente, onde a bruxa má das histórias infantis é uma velhinha feia e maldosa, estigmas estes instalados, sobretudo, na cultura ocidental.

Além desses preconceitos, somos influenciados, fortemente, por uma mídia que estipula padrões de beleza, nos quais a mulher deve ser magra, quadris largos e cintura fina, com um rosto impecável, sem acne e, com toda certeza, sem rugas! E de repente chega a velhice, trazendo consigo a flacidez da pele, algumas expressões faciais mais marcantes, a pele enrugada. Isso rompe drasticamente com o padrão de beleza ideal para sermos aceitos na sociedade.

Portanto, não é somente o medo de morrer, é o medo de ser rejeitado. O medo de ser abandonado, de ser esquecido, de viver sozinho ou não ser aceito pela sociedade porque envelheceu, porque está passando por um momento único e natural da vida. E, infelizmente, é por meio desses pensamentos e conceitos equivocados que muitos mostram dificuldades em compreender, em aceitar e em encarar o processo de envelhecimento, que certamente acontecerá. (ALMEIDA, 2017, Portal do Envelhecimento)

Também devemos levar em consideração as alterações biológicas que o ser humano sofre com o decorrer dos anos. Nessa fase do ciclo vital, segundo Valença e Reis (2015), o ser humano fica mais susceptível às perdas consideradas normais dentro do processo evolutivo. Entretanto, a velhice não pode ser sinônimo de doenças, incapacidade e inutilidade, mas o fato é que vivemos em uma cultura onde existem esses estereótipos. O indivíduo com 60 anos ou mais, é visto como um ser humano fraco, incapaz, doente e inútil, já que passa a ser considerado velho pelo direito à aposentadoria e pelo Estatuto do Idoso no Brasil, e ser velho, infelizmente é visto como algo ruim dentro da nossa sociedade.

Segundo Bezerra e Lebedeff (2012), ao negar a velhice, a sociedade contemporânea acaba por negar muitas memórias, identidades, conhecimentos, entre outros elementos, que forjaram o que somos hoje.

Ao pensarmos no registro dessas memórias e nos indivíduos, que hoje são considerados idosos, mas que na época do militarismo no Brasil eram jovens, podemos pensar nas memórias orais, e, em nosso caso, as do período do regime militar cujas memórias dos indivíduos que foram torturados, presos e vítimas, podem ser consideradas uma memória testemunhal.

Segundo Oliveira (2013), a memória testemunhal ganha cada vez mais importância, não como lamento e vitimização de quem se propõe a contar a própria história, mas como possibilidade de digerir uma experiência dolorosa que marcou toda a sociedade entre 1964 e 1984. A campanha pela abertura dos arquivos e a intensificação das pesquisas com a história de vida de pessoas que foram presas, torturadas, exiladas ou de alguma forma perseguidas pela repressão, implica entender dois processos distintos e complementares: o direito e o dever de lembrar os traumas psicológicos e físicos e de sobre ele falar, e o direito ao registro, à interpretação e à análise histórica desse período traumático no Brasil.

De acordo com Goulart (2016), um caminho possível para se olhar o passado através das lentes da Sociologia é pelo estudo das memórias coletivas, já citado no capítulo “Conceituando Memórias”. Dessa forma, ainda segundo a autora, podemos fazer a seguinte pergunta chave: “Como as memórias coletivas sobre a ditadura civil-militar são construídas?” Goulart (2016) afirma que é importante lembrar que os trabalhos sobre memória não têm como objetivo analisar o passado em si, mas sim as imagens construídas socialmente no mundo de hoje, a partir de diversas lembranças anteriores.

Halbwachs (1990, p. 67, apud GOULART, 2016, p. 71), analisando o papel da memória coletiva na História, chegou à seguinte conclusão:

(...) ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. (...) A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.

Portanto, podemos perceber que ouvir todas essas memórias é um ato que revela a verdade, reconstrói o passado e explica o presente. Por isso, dar voz a todos os envolvidos é fundamental para o país e para toda a sociedade, já que muitos estudos, como o de Cerqueira e Motta (2015, apud GOULART, 2016) que apontam que quando se fala em memórias da ditadura civil-militar, uma grande parte

da população brasileira não tem conhecimento do que ocorreu no país nessa época e não tem memórias sobre o período.

4 MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO

O autor Paul Ricœur aborda, em um de seus capítulos, um tópico denominado “O esquecimento comandado: a anistia”, no qual afirma que a anistia coloca um fim em graves desordens políticas que afetam a paz civil, este é o caso, por exemplo, da ditadura civil-militar no Brasil. O autor aponta que a anistia, presumidamente, é uma forma de interromper toda e qualquer violência gerada por essas desordens.

A anistia é uma reivindicação antiga, mobilizada por expoentes do meio político e intelectual pouco após o golpe militar de 1964. Essas reivindicações têm uma trajetória ascendente na sociedade civil organizada até o período de promulgação da Lei 6.683, a Lei de Anistia, num movimento que envolveu entidades - como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, as Comunidades Eclesiais de Base, a Comissão de Justiça e Paz, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, a Anistia Internacional -, organizações criadas especificamente em torno do problema da anistia brasileira - como o Movimento Feminino pela Anistia, os diversos Comitês Brasileiros pela Anistia - e a realização de Encontros Nacionais dos Movimentos de Anistia. Apesar de toda esta movimentação pelos direitos de anistia, a autora considera que esta lei foi estabelecida basicamente nos termos almejados pelo governo, que pretendia estabelecer a pacificação e o esquecimento favorável aos integrantes do aparato repressivo. Mais do que promover justiça e esclarecimento da verdade a suas vítimas - numa tentativa de anistia que a autora classifica como "conciliação pragmática". Glenda considera que este limite deveu-se, em parte, ao enorme poder de pressão que os militares ainda possuíam e ao fato de que o regime autoritário não tinha sido extinto. (GLENDA, 2008, apud KOERNER e ASUMPÇÃO, 2009, p.194).

A Lei da Anistia, promulgada pelo presidente Figueiredo, em 28 de agosto de 1979, decretou no Art. 1º:

É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militantes e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamentos em

Atos Institucionais e Complementares” (Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979).

Segundo Lima (2012), pode-se entender que a vontade de esquecimento e conciliação se configura numa sociedade que ‘flertou’ e legitimou a ditadura. Após a conquista da democracia, houve uma reconstrução da história e um deslocamento de sentido, no qual o passado conflituoso ficou para trás. Setores da sociedade e da política preferiram agir como se nunca houvesse existido qualquer tipo de apoio ao novo regime, tal como a “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”.

Para Reis (2004, p. 131), “a nação foi se metamorfoseando”, a partir de lentos e pequenos avanços e recuos, transações e transições. Aos poucos, a ideia de democracia ia se naturalizando, enquanto as pessoas se perguntavam como poderia ter existido naquele país uma ditadura tão perversa. O caso brasileiro configura bem o pensamento de Ernest Renan que, no século XIX, dizia sobre a reedificação do passado “para a boa coesão e harmonia sociais, mais vale construir o esquecimento do que exercitar a memória” (REIS, 2000, p. 71). No entanto, uma parcela da sociedade defende o exercício da memória e exige do Estado o reconhecimento das barbaridades cometidas no período militar.

Ainda, segundo Lima (2012), devido à demanda de familiares e parentes de militantes mortos e desaparecidos, foi criada, em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a Lei Nº 9.140, que prevê o reconhecimento da responsabilidade estatal por mortos e desaparecidos por motivação política, entre setembro de 1961 e agosto de 1979, e instala a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Podemos analisar, portanto, que é mais viável para o Estado esquecer o período da ditadura civil-militar que tomar medidas para acolher os indivíduos que sofreram torturas físicas e psicológicas desse período. Indivíduos esses que, em sua grande maioria, fazem parte, atualmente, da população idosa, e que, por sua vez, foram os protagonistas dos movimentos de luta contra a Ditadura e por essa razão foram presos e torturados, situações que podem até hoje interferir e influenciar em seus aspectos biopsicossociais.

“Viver um tempo presente acelerado que deseja, o tempo todo, esquecer-se do passado, e mais que isso, romper com o passado, nos dá a medida certa da importância do estudo da memória, e principalmente, a do idoso” (MERCADANTE, 1997, p. 39).

Assim como há várias verdades, o silêncio pode ter vários significados e nem todos silenciam pelas mesmas razões. Há aqueles que, simplesmente, não querem que a verdade venha à tona. Mas há outros que já resolveram suas questões com o passado e não querem remexer em episódios dolorosos que a muito custo conseguiram processar. Somente assim é possível entender como personagens que estavam em campos opostos durante a ditadura hoje relutam em romper o silêncio. Não são poucos os exemplos em que a opinião das vítimas de tortura coincide com a de seus algozes, e o que uns consideram como desnecessária, outros chamam de revanchismo. O que parecem esquecer, contudo, é que a estratégia do silêncio deixa muitas perguntas sem resposta, e que estas acabam inevitavelmente por se tornarem necessárias (COMPARATO, 2014, p. 146).

Do ponto de vista jurídico, é garantido por lei não apagar a memória e o passado de uma população.

A não apuração de crimes pretéritos, a omissão em relação à tortura, à corrupção e aos mais variados desvios, consolida no imaginário social uma ideia de ausência de Estado de Direito que inviabiliza a estabilização de uma democracia constitucional plena. É assim que surge uma memória social que orienta as percepções individuais num sentido de desconfiar ou da democracia enquanto forma de governo em si, ou da democracia enquanto forma de governo viável, fomentando um senso comum antidemocrático que, justamente por ser senso comum, consolida-se sem que os próprios agentes percebam suas origens arcaicas na cultura e práticas autoritárias. Ainda mais grave para os processos de democratização é o efeito da negação da memória e da imposição do esquecimento. (REPRESSÃO E MEMÓRIA POLÍTICA NO CONTEXTO IBERO-BRASILEIRO).

O Ministério da Justiça apoiou um material, intitulado “Repressão e memória política no contexto Ibero-Brasileiro” e que apresenta diversos estudos sobre o regime militar. Nessa obra, um dos capítulos aponta que quando a negação do passado ocorre por meios oficiais explícitos – caso da imposição do esquecimento por meio de leis, como se tentou fazer no Brasil, Argentina e Espanha, entre tantos

outros, o resultado torna-se ainda mais grave, pois o próprio Estado passa a ser, politicamente, o fiador da injustiça, mantendo em seu cerne a própria negação. O exemplo mais recente é uma lei promulgada na Polônia, não só negando seu envolvimento no holocausto, como atribuindo três anos de prisão a quem afirmar o contrário.

Ainda, segundo o material, a memória e o esquecimento, operando dialeticamente, possibilitam o estabelecimento de confluências e dissidências narrativas que, além de permitirem a constituição de uma “versão histórica” sobre determinados acontecimentos, influenciam fortemente percepções individuais e sociais de mundo. Seguindo com Ricœur (2007, p. 96):

[...] as anotações sobre o esquecimento constituem, em grande parte, um simples anverso daquelas que dizem respeito à memória; lembrar-se é, em grande parte, não esquecer. De outro lado, as manifestações individuais do esquecimento estão inextricavelmente misturadas em suas formas coletivas, a ponto de as experiências mais perturbadoras do esquecimento, como a obsessão, somente desenvolverem seus efeitos mais maléficos na escala das memórias coletivas [...].

Infelizmente, não é possível modificarmos o passado, porém as famílias e vítimas necessitam de um apoio estatal para que as marcas ainda registradas nas memórias de cada uma dessas pessoas pelo regime ditatorial, sejam esclarecidas e, se preciso, relembradas. Permitir as lembranças é muito mais do que uma remissão do passado é uma atitude que respeita não apenas a legislação, mas também a bioética, além de proporcionar a dignidade humana, perdida nesse momento histórico.

Devemos considerar também a importância de não nos esquecermos dessas memórias, que fazem parte da história do nosso país e que interferiram nas mudanças socioeconômicas nas quais vivemos atualmente.

Em seu livro, “História e Memória”, Le Goff (2003) comenta acerca da exaltação e da busca de memórias, o que nos faz refletir sobre o porquê de existirem trabalhos como estes. São formas que nós seres humanos encontramos

de não permitir que tais memórias, como as da ditadura civil-militar, sejam esquecidas ou se percam ao longo do tempo. Por isso, nos importamos tanto com o registro e com a busca de pessoas, principalmente, dos mais velhos, pois por meio delas, as histórias e memórias, que envolvem cada período do tempo, não são esquecidas ou levadas por aqueles que as viveram intensamente.

Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na moda retrô, explorada sem vergonha pelos mercadores de memória desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se vende bem (LE GOFF, 2003, p. 466).

5 MEMÓRIA E IDENTIDADE

Em algum momento de nossas vidas, todos nós nos deparamos com situações em que um cheiro, uma música ou até mesmo um lugar nos faz lembrar de algo que já vivemos, lembranças essas que fazem parte do nosso dia a dia, de nossas histórias de vida, sejam elas registradas em nossas memórias ou contadas por familiares.

Segundo Correa e Justo (2010), essas histórias que vivenciamos e guardamos são normalmente de momentos intensos e que armazenamos como relíquias de nosso passado. Ainda, de acordo com os autores, todo esse material constitui-se, juntamente com outros elementos, em matéria-prima para a subjetividade. Lapidada pela ação do tempo e do espaço, essa matéria toma corpo na memória, tanto dos sujeitos quanto de seus grupos sociais.

Muitas vezes fui questionada por amigos e familiares se “é normal” os idosos narrarem as mesmas histórias, sempre relacionadas ao passado. E muitas vezes achei interessante quererem saber apenas se “era normal”, e nunca me perguntarem o porquê dessas repetições, ou seja, o que leva os idosos a contarem suas histórias? Qual a importância disso para eles? Em muitos momentos, desejei ser questionada sobre isso, para que eu pudesse explicar que mais importante ainda era ouvir essas memórias.

Segundo Goulart (2016), é comum dizer que o idoso é um ser saudosista; vive das memórias de anos dourados de sua juventude e sempre as evoca para confrontar o passado com os contornos do contemporâneo, muitas vezes valorizando o pretérito em detrimento do presente. É comum se ouvir dizer que o idoso é alguém que vive de lembranças, remoendo e degustando os anos que já se foram. Há até um ditado popular que diz: “quem vive de passado é museu”, como se os idosos fossem meramente museus ambulantes extemporâneos, situados em um tempo que não o atual.

Todas as histórias e memórias que armazenamos, ao longo dos anos, interferem significativamente em nossa identidade, ou seja, a forma que reagimos diante de algumas situações pessoais e profissionais, a forma que nos posicionamos frente a uma religião, a uma formação política e ideológica é determinada por essas histórias.

Segundo Goulart, a memória é um dos pilares que funda a identidade, visto que todo ato memorial dispõe de intenções identitárias, ao passo que conferir um sentido atual ao passado, pautado pelas preocupações do presente, é necessariamente um trabalho de revisão crítica do passado e de si mesmo, ou seja, “não existe um verdadeiro ato de memória que não esteja ancorado nos desafios identitários presentes (CANDAU, 2012, p. 150, apud DOS REIS, et al, 2016, p.245)

Para Pollak (1992), há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade que diz respeito à imagem de si que o indivíduo constrói ou adquire ao longo da vida referente a ele próprio, à imagem que mostra para os outros e que precisa acreditar como sendo sua para convencer o outro. Pode-se afirmar que a memória é constituída sempre de um sentimento de identidade. Seja no coletivo, seja no individual, a pessoa lembra-se apenas das coisas com as quais se identifica, sejam boas ou ruins

Para Gandau (2012, apud REIS, 2016), não há identidade sem memória, tampouco, memória sem identidade. As duas estão diretamente ligadas e entrelaçadas. “Memória e identidade se conjugam, nutrem-se mutuamente e apoiam-se uma na outra para produzirem uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa”.

Dessa forma, podemos perceber que quando nos fazem a pergunta “Conte-me um pouco sobre quem é você”, parece simples ao ser feita, mas ao tentarmos respondê-la, torna-se difícil, pois necessita de recordações, reflexões, buscas de histórias contadas por nossos pais e memórias das quais nos lembramos, para que então possamos responder quem somos nós.

Para a qualificação da minha tese, necessitei fazer um memorial, no qual deveria relatar um pouco sobre minha trajetória e esclarecer de onde surgiu a minha vontade de trabalhar e estudar o tema envelhecimento. Em um primeiro momento, parecia algo tão simples e pensava estar tão claro para mim. Porém, quando fui registrar essas informações no papel, tornou-se uma tarefa difícil, pois exigiu-me uma série de memórias, recordações da infância e reflexões para que eu pudesse escrever um pouco sobre minha identidade e o porquê de estudar a velhice.

Segundo Correa e Justo (2010), dar a voz às pessoas idosas é uma forma de proporcionar e trazer a volta do sentimento de pertença a uma história ou mesmo à própria sociedade, sentimento este que, muitas vezes, é expropriado dos mais velhos, justamente aqueles que, cada qual à sua maneira, tiveram participação significativa no processo de construção de uma sociedade.

Ainda, segundo autores, essa narrativa da memória e histórias de vida das pessoas idosas é fundamental para a construção de sua própria identidade, e para que outras gerações possam aprender com suas experiências de vida. De acordo com Paiva (2011), dar voz aos idosos, em atividades coletivas, possibilita o resgate da identidade individual e fortalece a produção dessa identidade conjunta.

Nos estudos de Reis (2016), com o grupo de idosos selecionados para a pesquisa, ao final, as autoras concluíram que, a partir das memórias dos mesmos, percebeu-se como as identidades de cada um foram sendo construídas e se metamorfoseando no processo do envelhecimento. No caso do trabalho, a memória familiar foi imprescindível para a reconstrução do passado e construção de suas identidades. Portanto, as memórias desses velhos auxiliaram sobre a compreensão da construção da identidade de cada um deles, demonstrando que são indivíduos com identidades sociais únicas e diferenciadas, reconstruídas pela memória cuja trajetória de vida no passado é parte integrante da identidade no presente.

Para Brandão e Mercadante (2009 apud PAIVA, 2011), dar voz ao idoso significa ouvir o que ele tem a dizer, o que fortalece a sua autoestima. Traz-lhe sentido de pertencimento, coloca-o como senhor de suas vontades e favorece a

ressignificação das suas experiências de vida, além de trazer uma perspectiva interna à discussão do tema, fortalecendo-o teoricamente.

A partir dessa discussão, podemos pensar nos idosos estudados na presente pesquisa, uma vez que as memórias e histórias contadas por eles, acerca desse período, devem ser não só registradas, como ouvidas e lidas sob um olhar sensível, cauteloso e atencioso. Todos nós estudamos na escola que no período da ditadura civil-militar ocorreu repressão, violência, tortura, porém não nos foi apresentado quem foi repreendido, quem foi violentado e torturado. Não ouvimos esses indivíduos, não tivemos a oportunidade de aprender com suas lutas e experiências do período da ditadura.

As memórias coletivas sobre a ditadura devem ser repetidas e difundidas para que não sejam esquecidas. Enquanto a memória do indivíduo permanece ao longo de sua vida, podendo ser recobrada a qualquer momento, a memória coletiva é muito mais fluida e vulnerável. Ela precisa ser lembrada não apenas pelo indivíduo que a viveu, mas por toda a comunidade da qual ele faz parte. Os livros autobiográficos e os eventos públicos organizados em memória das vítimas servem para isso. No processo histórico-social aqui analisado, a memória de uma vítima da ditadura passa a ter valor não apenas para a própria vítima em questão, mas se torna parte de toda a memória coletiva do país sobre aquele período. Assim, eles são representantes do que foi vivido não apenas por eles, mas pelo próprio Brasil, por isso suas memórias passam a ser de interesse nacional (GOULART, 2016, p. 06).

É importante afirmar que, ao mencionarmos sobre o estudo das memórias desse período de ditadura civil-militar, não estamos nos referindo à maioria da população, mas sim a um grupo muito pequeno da sociedade, com escolaridade e poder aquisitivo considerável, como poderá ser visto nos depoimentos escolhidos para a presente pesquisa.

Os estudos de Cerqueira e Motta (2015, apud GOULART, 2016) apontam que grande parte da sociedade brasileira não tem conhecimento de tudo o que aconteceu no país no período da ditadura civil-militar, além de não ter memórias sobre os acontecimentos políticos que ocorreram no país entre os anos de 1964 e 1985. Essa constatação nos leva a afirmar, mais uma vez, sobre a importância de trabalhos como esses para colaborar com esses grupos que desconhecem essas

páginas da história do país, contribuindo para uma formação política e ideológica mais abrangente.

6 VELHOS QUE TIVERAM EM SUAS MEMÓRIAS MARCADAS NA DITADURA CIVIL- MILITAR

Figura 1 – Velhos e suas memórias



Fonte: Imagens de domínio público retirada da internet e montadas pela autora.

6.1 Quem é Criméia Alice Schmidt Almeida

Figura 2 - Ditadura Civil-Militar: Marcas ainda registradas nas memórias de Criméia Schmidt Almeida



Fonte: Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/crimeia-de-almeida/index.html>. Acesso em: 06 jul. 2018.

Em entrevista dada ao Projeto Ford, um acervo Audiovisual, que contém memórias sobre a ditadura civil- militar no Brasil de presos políticos do período entre 1964 e 1985, com objetivo de recuperar os testemunhos do período ditatorial no Brasil, no ano de 2008, Criméia, com 62 anos na época, relata que nasceu na cidade de Santos-SP, no dia 17/04/1946, filha de pai ferroviário e militante do Partido Comunista, desde a década de 1940, com nível de escolaridade primário e mãe, descendente de Alemães, com escolaridade de nível secundário. Criméia relata na mesma entrevista que sempre estudou em escola pública.

Ainda, de acordo com o Portal, Criméia era militante e ex-guerrilheira no Araguaia e iniciou sua militância na Faculdade de Enfermagem. Foi presa no Congresso de Ibiúna, após o AI-5, e entrou para a clandestinidade. Militante do

Partido Comunista do Brasil, (PCdoB), foi para a região onde, posteriormente, teve início a Guerrilha do Araguaia.

Segundo dados do Portal Memórias da Ditadura, Criméia Alice Schmidt de Almeida é enfermeira, graduada na Faculdade Ana Nery, no Rio de Janeiro, e foi presidente do diretório estudantil na instituição, em 1968. Teve seu primeiro e único filho, André Grabois, no dia 13 de fevereiro de 1973, quando ainda estava presa, no Hospital da Guarnição do Exército. Mesmo grávida, Criméia continuou sendo torturada até dar à luz a André, sofrendo constantes ameaças dos militares de que o filho não sobreviveria. Após o parto, foi impedida de vê-lo e só pode recuperá-lo 53 dias depois de seu nascimento, desnutrido e dopado.

Dados do portal, ainda revelam que Criméia ficou responsável pela comunicação entre os guerrilheiros e o partido, por meio de viagens periódicas quando estava grávida. Em uma delas, foi presa em São Paulo pela Operação Bandeirante (Oban) e levada ao DOI-Codi, junto com sua irmã, Amélia Teles, seu cunhado e seus dois sobrinhos. Foi torturada mesmo estando grávida de sete meses. Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”, na Assembleia Legislativa de São Paulo, Criméia relatou que um suposto médico acompanhava suas torturas e revela que ele dizia: “ela aguenta a tortura nos pés e nas mãos, só não pode espancar a região da barriga”.

Em 2005, Criméia e seus familiares moveram uma ação declaratória contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, naquela época chefe do DOI-Codi, responsabilizando-o pelas torturas sofridas. Três anos depois, a Justiça de São Paulo acatou a ação e Ustra se tornou o primeiro agente da ditadura a ser declarado torturador. Em 2012, ele teve seu recurso negado. Criméia mantém sua atuação política por meio da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em depoimento dado para a Comissão Nacional da Verdade, no dia 12/08/2014, Criméia explica um pouco sobre sua vida no período da Ditadura da seguinte forma:

“Eu anotei alguns pontos para eu não me perder, pelo menos nos pontos mais importantes. A minha saída do Araguaia foi 20 de agosto de 1972, ou seja, a Guerrilha tinha começado em abril, já há alguns meses a Guerrilha. Antes eu fiquei lá durante quatro anos, eu cheguei em janeiro de 1969. A minha saída teve como motivo principal restabelecer o contato dos dirigentes do partido na Guerrilha e do Comitê Central do partido. Tanto que, depois de chegar em São Paulo, ainda voltei mais duas vezes à Guerrilha do Araguaia, quando finalmente, em dezembro de 1972, eu fui presa. O outro motivo também que eu vim é que eu estava grávida, início de uma gravidez, então tanto que eu vinha fazer os contatos, mas voltava para São Paulo, para aqueles que ficam em São Paulo. No dia 28 de dezembro de 1972, minha irmã, meu cunhado e um dirigente do partido, Carlos Nicolau Danielli, foram presos pela operação DOI-CODI ou Bandeirantes. No dia seguinte, eu fui presa com meus dois sobrinhos de quase cinco anos. Nesse momento eu me identifiquei com um nome falso que eu usava, que era Alice Pereira, e como empregada, como babá de meus dois sobrinhos. E como tal não fui torturada, eu fiquei num alojamento que tinha lá no OBAN que era um alojamento de soldados. Mas quando teve, e nesse meio tempo eles interrogavam minha irmã e meu cunhado para saber onde estava a Criméia. E, quando descobriram a minha identidade verdadeira, aí começou a tortura, porque na verdade isso teria sido meu disfarce, eu acho que foi muita incompetência deles, porque eu havia sido presa em 1968, no Congresso de Ibúna, então eles tinham fotos, fichas, tudo bem que a gente trocava os presos uns com os outros, os presos, mas tinha fotos. E aí quando eles me identificaram que começam as torturas e os interrogatórios sobre a militância política, que até então eles queriam saber de mim onde estava Criméia e quem era o Carlos Nicolau Danielli. E eu não reconhecia nenhum dos dois pelas fotos, e então eles me levaram a ver o Carlos Nicolau Danielli já moribundo na sala de tortura que ficava no andar térreo, debaixo da escada do DOI-CODI. Quando eu fui vê-lo, ele estava consciente e saía uma espuma sanguinolenta pelo nariz, pela boca, e logo em seguida, uma outra presa me disse que havia saído morto. Eu creio que esse dia foi no dia 30 por aí, eu ainda não havia sido identificada. Quando eles me identificaram como Criméia, aí eu passei a ser isolada mesmo dos presos, e nesse período em que eu ainda era empregada doméstica eu ficava em cela separada da minha irmã, mas na delegacia. Quando eles me identificaram, eu passei a ficar nesse alojamento, só, nunca mais fiquei com ninguém na cela...[...].”

“Eu fui liberada em 2 de abril de 1973. Em dezembro de 1973, eu estava em Belo Horizonte e um dos militares que me levou para Belo Horizonte em abril, foi lá, disse que queria me ver, foi à casa da minha tia onde eu estava, queria me ver, e trouxe novamente esse álbum. E esse álbum estava mais completo, tinha mais fotos. Em dezembro de 1973, já haviam

matado outros que não naquela época. Quando eu fui liberada, eu na verdade eu nunca fui presa, eu nunca fui apresentada como presa a justiça, fui sequestrada esse tempo todo, e quando eu fui liberada o general Bandeira fez uma série de ameaças de que eu iria morrer, então ele falou: “pode ser suicídio, pode ser atropelamento, pode ser assalto, enfim, pode cair na linha do metrô, pode ser acidente”. Ele fez várias alternativas de morte para mim, e para minha tia ele disse que não deixasse eu sair de casa, porque os comunistas queriam me matar. Então quando eu consegui informações sobre a minha irmã, acabei tendo informações sobre a minha irmã através do Danilo que estava preso e foi solto, e passou por Minas e me avisou onde minha irmã estava, etc. e tal. E quando eu consegui ter contato com o advogado que era o Virgílio Eney, advogado da minha irmã, e a Rosa, mas foi com o Virgílio. Eu escrevi uma carta para o Dom Paulo denunciando o general Bandeira, disse que eu podia morrer. Eu dizia: “eu não tenho intenções de me suicidar, se isso acontecer é obra deles”. Segundo o Hugo Stuart, esse militar que me levou o álbum e me levou para Belo Horizonte é um tal de Joaquim Arthur Lopes de Souza, eu não sei o nome dessa gente. Fiz a carta. Bem, é mais ou menos isso, estou à disposição para as perguntas, mas é o seguinte, a perseguição que começou antes, que aliás, eu já fui para Araguaia, já tinha sido presa, já tinha respondido IPM que era de 1964, continuou. Então eu até, eu... se os senhores quiserem cópia, eu trouxe o meu habeas data, de 1991, que não fala da minha prisão, não fala da minha estada na Guerrilha do Araguaia. Como eu não consegui um único documento que fale que eu estive presa no DOI-CODI, no Vale do Araguaia, eu escrevi novamente para a Subsecretaria de Inteligência e pedi uma retificação do meu habeas data. E o agente lá, Davi, disse que lamentavelmente tinha esquecido de citar minha prisão de 1972, tinha duas linhas. E depois eu consegui esse negócio entrou do INFOSEG de 2001, que fala e, inclusive diz o seguinte, o lugar que fala a última informação. A última informação que foi anexada a esse documento, a última alteração na Unidade Federal da Bahia em 22 de setembro de 1997, quase 20 anos depois da anistia, ainda estavam anotando na minha ficha”.

6.1.1 As torturas

Ainda em entrevista dada para a Comissão Nacional da Verdade Criméia aborda as seguintes memórias referentes às torturas que sofreu durante sua prisão:

“... o primeiro que me espancou foi o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, no dia que eu fui identificada. E a partir daí todos os policiais, todos os militares, inclusive o carcereiro me torturava. Um espancamento com murro, com qualquer coisa, sem interrogar, interrogando. O que é que aconteceu quando eu percebi que tinha sido identificada, um militar chamado Grancieri, qualquer coisa assim que identificou depois, a gente chamava ele de marujo, qualquer coisa, porque ele tinha uma âncora tatuada no braço, ele me perguntou o que eu sabia do ME, no Movimento Estudantil de Ibúna. E aí de madrugada minha irmã foi torturada e eles só me espancaram um pouco, mas quando amanheceu e o Ustra chegou, ele já veio xingando no portão e ele entrou onde eu estava e agarrou-me pelos cabelos e começou a me espancar até a salinha de baixo da tortura, no andar térreo. Pouco depois eu perdi a consciência.... Quando eu cheguei nessa sala de tortura, que eu acordei nessa sala de tortura, eu estava urinada, evacuada, e tinha um militar do meu lado se fazendo papel de bonzinho, se chamava Albernaz, dizendo que se eu falasse tudo, tudo bem, porque o comandante estava com muita raiva de mim. Esse Albernaz também me torturou depois, ele era bonzinho naquele dia, mas depois era o diabo”.

“... Nunca me penduraram num pau de arara, porque, acho que a barriga não permitia. Depois desses interrogatórios consecutivos, disseram que eu ia morrer num acidente na Serra das Araras, num acidente com um carro do meu cunhado, que ele teria sido apreendido, e que ele pegaria fogo. Então todas as noites eu era levada para esse carro e desligava os motores, e de manhã dizia que tinha tido um imprevisto, não pode provocar acidente, no entanto que eu fosse para a serra e aguardasse que seria na noite seguinte, e assim era [...] dentro do pátio da OBAN, dentro do carro, passava a noite aguardando o carro sair para eu sofrer o acidente. Nesse alojamento, que eu acho que era um alojamento para soldados, não tinha banheiro individual, então três vezes ao dia eu era levada para o banheiro, e óbvio que grávida eu tinha necessidades de ir mais vezes ao banheiro, e então eu fazia no próprio alojamento, até que eu consegui duas latas de conserva, uma que era o meu depósito de água e outra que era o meu biombo. Então nessas três vezes que eu podia sair, eu só vomitava. Esse alojamento era fechado com carpetes, com uns furinhos e eu pude ver o pátio da OBAN, eu vi o pátio da OBAN”.

Em outro momento da entrevista relembra:

“... Eu sempre ficava reivindicando alguma coisa, então pedi para tomar banho de sol, aí me puseram para tomar banho de sol por volta de meio dia num pátio de cimento muito quente,

descalça, meus pés, fez bolhas nos pés. E bem, aí o segundo banho de sol eu já levei umas toalhas para ficar em cima da toalha, na cabeça e etc., mas esse era o banho de sol, os dois banhos de sol que eu tomei”.

“... fui uma vez levada para, o que eu acho que é, o Ministério do Exército para ser interrogada. Eu digo que é Ministério do Exército porque eu fui encapuzada, e aí eu vi pelo capuz e tinha cheiro de gasolina, ele era encharcado na gasolina e depois colocado na gente. E eu comecei a sentir mal dentro do carro, e como eu achava que ia morrer mesmo, mais cedo ou mais tarde, tudo bem, aí eu falei assim, não vou mais ficar com esse capuz e arranquei o capuz. E eu estava em frente ao Ministério da Justiça, e o policial me abaixou no banco, e logo em seguida eu entrei num daqueles Ministérios, por isso que eu acho que foi Ministério do Exército na época, porque todas as pessoas, que eu só via as pernas, porque com o capuz as pessoas tinham as fardas e as botas... tinha uma chamada sessão de cinema, o que é que era a sessão de cinema, eles passavam os slides que era indício de slide, com os corpos dos guerrilheiros e as cabeças cortadas. Aparecia a foto de um militar da cintura para baixo segurando pelos cabelos uma cabeça cortada com o sangue coagulado no pescoço. Então essas cenas da cabeça cortadas vieram mostrar todos dias, e esse rolo ficava, eu acho que eram as mesmas, mas eles ficavam mostrando, mostrando. Ficava um projetando os slides e outro na minha frente olhando as minhas reações. Porque os que morreram eu não reconheci ninguém, porque os que morreram na primeira campanha não eram do meu destacamento, eram do destacamento C, então não conhecia. O único que eu identifiquei que não era do meu destacamento, mas que eu conhecia, foi João Carlos Haas, não era cabeça cortada, era o corpo inteiro, e tinha uma fratura, uma fratura completa na coxa direita, esse foi o único que eu identifiquei pelos slides”.

6.1.2 A maternidade

Em depoimentos mostrados em um vídeo para a novela “Amor e Revolução”, transmitida pelo SBT no ano de 2011, Criméia reforça que o médico aconselhava não espancar a sua barriga e nem lhe dar choques em órgãos mais internos, como região dos órgãos sexuais, ouvido e boca, e que poderia realizar qualquer outro tipo de tortura, exceto essas, por isso ela não foi pendurada no pau de arara, e lembra que utilizaram muito a tortura psicológica. Na mesma entrevista Criméia relata:

“Meu filho tinha soluços na minha barriga, meu filho tem soluços até hoje, com 37 anos, qualquer tensão, ela se manifesta com soluços. Meu filho nasceu na prisão, mas precisamente no Hospital da Guarnição do Exército, em Brasília.... Eu fiquei muito tempo em trabalho de parto, porque o obstetra, militar, não quis fazer o parto na hora. Então eu falei: “mas meu filho vai morrer, ele não vai aguentar” e então ele disse “Não tem importância, um comunista a menos”. Vários militares ameaçaram adotá-lo se ele fosse homem, branco e saudável, refletindo bem o preconceito desses homens, desses torturadores, meu filho nasceu homem, e além de branco com olhos azuis, o que me deixou angustiada e saudável toda mãe quer que seja né, depois fiquei um período no hospital, onde eles faziam isso, não deixavam eu amamentar, diziam que tinham mandado pra, naquela época chamava FEBEM, o juizado de menores, depois devolviam, quando devolviam meu filho estava com diarreia, vômito, até que eles entregaram meu filho para a minha família”.

Em depoimento dado para a Comissão Nacional da Verdade Criméia relembra o dia 11 de fevereiro de 1973 quando rompeu sua bolsa:

“... no dia 11 de fevereiro, eu... quando estava no PIC, e rompeu a bolsa, eu comecei a entrar em trabalho de parto, pedi ajuda aos carcereiros e etc., e essa ajuda só veio por volta das 5h da manhã, e me levaram para o Hospital de Base de Brasília. No Hospital de Base de Brasília quem me atendeu é o médico que se diz, professor de obstetrícia da Universidade Nacional de Brasília, dizia que não era militar, mas que ele não ia ficar comigo porque preso dava muito trabalho. Então, que o Exército podia me levar de volta e me deixasse na enfermaria. Eu voltei e os militares não me puseram na enfermaria, eu voltei para a cela, é importante dizer que essa cela, ela não tem ventilação para fora, ventilação é só para um corredor interno, elas são todas fechadas e com muita barata, então eu dormia todas as noites com baratas no corpo, e quando rompeu a bolsa amniótica então esse número de baratas aumentou bastante. Aí eu fiquei até tarde e os presos resolveram, que os meus vizinhos de cela eram militares, presos comuns, traficantes, não eram presos políticos. E eles resolveram que eu não iria ficar aquela coisa, que eles iam gritar bastante, e me ajudou bastante. Ou seja, esses bandidos de dentro das grades eram mais humanos do que os bandidos que estavam do lado de fora. Bem, aí eu fui para o hospital da guarnição, o Hospital do Exército e fui internada. E quem me atendeu lá foi um psiquiatra, chamada “Dr. Túlio”. Não me maltratou, mas como ele era psiquiatra, ele disse que ia chamar o obstetra, o obstetra é um médico oficial do Exército, disse que eu estava em trabalho de parto, mas que

ele não ia fazer o parto porque ele não estava de plantão. E, na noite seguinte, ele estaria de plantão e faria o parto. Eu reclamei que a criança não ia aguentar, que ia morrer, ele disse: “não tem importância, é um comunista a menos”. E eu fiquei lá na porta do quarto da enfermaria com a Polícia do Exército com a metralhadora na porta, todo o tempo que eu permaneci ali, inclusive na sala de parto tinha uma metralhadora apontada para mim. Bem, na madrugada do dia 13 meu filho nasceu, esse obstetra veio fazer o parto, houve ruptura de períneo e ele fez a sutura com fio que não é indicado, que o fio da sutura do períneo é o fio reabsorvível que com alguns dias o corpo que absorve, e ele usou um fio, aí é uma questão bem técnica, mas eu domino, eu sou enfermeira, ele usou um fio catgut cromado, provavelmente nº 2, pela grossura. E então esses pontos não caíram, esses pontos secaram, pareciam arames dentro da minha vagina, e por muito tempo isso ficou, e eu consegui ajuda de uma pessoa muito simples que fazia faxina no hospital, e que escondido me trouxe um espelho e uma gilete, eu tirei esses pontos. Nem todos eu consegui. Bem, como essa sutura foi feita sem anestesia e sem nada, eu entrei num processo de choque, com dor. Então esse psiquiatra mandou que me fizesse uma medicação que é morfina sintética, e eu não queria tomar isso porque eu sabia que ia ficar chumbada, e briguei muito, você sair da mesa da sintética e o cara com a metralhadora em cima de mim para me segurar... eles me pegaram e fizeram cromatina e me chumbaram. Bem, o meu filho ficou comigo no hospital por cerca de 50 dias até o dia 1º de abril. Em todo esse período, mesmo na OBAN, os militares diziam que, se fosse homem, branco e saudável, eles iam ficar com ele, iam ajudar. Meu filho nasceu homem, branco e saudável. Aqui também em Brasília a mesma coisa, eles também diziam isso, inclusive o tenente Moraes, que era responsável pela PE, ele havia acabado de ter a segunda filha. A primeira nasceu quando nasceu o filho de uma outra presa política, que é o Paulo Fontelles Filho. A segunda filha dele nasceu quando nasceu o meu, e ele me falou: “comunista que não faz distinção entre homem e mulher, só tem filho homem, e eu que queria ter um filho homem para seguir a carreira militar”. Ele disse assim: “mas tudo bem, eu vou trocar minha filha com o seu filho”. E eu achava aquilo chocante, é uma coisa que é o seguinte, é uma coisa muito grotesca”.

Na mesma entrevista, Maria Rita Kehl, uma das responsáveis pela escuta dos depoimentos dados para a Comissão Nacional da Verdade, pergunta:

“Criméia, vou fazer uma pergunta diretamente a você. O seu filho deve se lembrar desse começo de vida terrível. ”

Criméia então responde:

“Olha, efeitos físicos, desnutrido, meu filho parecia, naquela época era de África, o país da fome, ele parecia com aqueles menininhos da África. Psíquica, é claro que todos nós tivemos, teve uma mãe neurótica, porque não dá para ser outra coisa, certo, depois de tudo isso, você tem medo, e é claro, por exemplo, meu filho detesta tudo que é governamental, desde a escola, tudo. Falou que é governo, então, ele detesta. Não sei, mas a gente vive sob esse estado”.

6.1.2.1 A história que o menino não queria ouvir a mãe contar (por João Carlos de Almeida Grabois)²

“O meu nome é João. Minha mãe estava presa quando eu nasci. Ela estava sequestrada e eu nasci em Brasília, no Hospital da Guarnição do Exército. Mas isso eu não lembro. Comecei a ter lembranças quando a gente já estava morando no Rio de Janeiro, com o Edson e a Jana [Edson Teles e Janaína de Almeida Teles, primos de João Carlos], eu já devia ter meus 4 anos, em 1977, 1978”.

“Quando eu era pequeno, minha mãe contou que meu pai tinha morrido na Guerrilha do Araguaia. Ela dizia: “Olha, se perguntarem, você vai dar outro nome. Não vai falar o nome verdadeiro do seu pai, nem contar essa história de que ele era guerrilheiro. Você fala que ele teve um acidente e morreu. Que você era muito bebê e teve um acidente de carro, morreu e pronto”.

“Mas eu já tinha consciência. Minha mãe contava a história do Araguaia na hora de dormir e eu não gostava porque achava que ela ia morrer no final da história. Então, eu pedia: “Não conta, não”. Os meus primos, Janaína e Edson, já eram mais velhos e gostavam dessa história. E eu, não. Mesmo sendo histórias de bichinhos, da cachorra, eu não tinha vontade de ouvir. Não era uma história que, para mim, tinha sido boa. Aí depois eu fui conhecer o Igor [Igor Grabois, outro primo de João Carlos], mais tarde, já quase nos anos 1980, eu já

² Depoimento de João Carlos de Almeida Grabois, nascido em 13 de fevereiro de 1973, em Brasília, filho de Criméia Alice Schmidt de Almeida e André Grabois coletado no livro "Infância Roubada"

estava na escola. Nessa época conheci mais gente da família. Antes, a família era reduzida à Jana, o Edson, o Cesar, a Amelinha e a minha mãe. Eram poucas pessoas e aí, de repente, mais que dobra o número de familiares. Os Grabois têm um monte de primos”.

“Eu lembro que minha mãe tinha a preocupação de sermos sequestrados. A gente não podia chegar atrasado. Por exemplo, se eu saísse da escola e fosse para a casa de um colega e não tivesse sido planejado, se não tivesse avisado a minha mãe, ela ficava desesperada. E explicava “Olha, eu fico pensando que aconteceu alguma coisa com você, porque eles ameaçavam me sequestrar. Então tem que avisar, tem que ser mais responsável, não pode sair da escola e ir brincar, e tal. Tem que voltar para casa”.

“Tinha essa tensão, até depois de mais velho ela ainda carregava essa preocupação. Eu ia para as baladas e ela ficava em casa esperando: “Aconteceu alguma coisa? ”, ela perguntava. E isso já era nos anos 1990, mas mesmo assim ficou essa preocupação. Aí, quando eu estava com 17 anos, mais ou menos, a gente abriu um processo contra a minha avó... olha que engraçado. Na verdade, era contra o meu pai e contra a minha avó para reconhecimento de paternidade”.

“Tinha o curador de ausente que estava defendendo o meu pai. Ele ficava questionando se minha mãe não tinha tido outros casos, se eu era realmente filho do meu pai, sei lá o que. Uma coisa assim meio surreal. A minha avó era ré, tinha este cara que estava lá para defender os interesses do meu pai, mas questionando a paternidade. Aí, uma hora o juiz perguntou se eu tinha uma pergunta para fazer. Eu disse: “Tenho, sim. Por que essa pessoa que está representando o meu pai não está querendo reconhecer o filho dele? Eu acho que se meu pai estivesse aqui ele ia querer, sim. E eu não entendo essa coisa aí”. Ele falou: “Não, a figura dele é essa, e alguém tem que questionar”. Aí eu falei, “Mas não tem sentido, ele não está aqui não é por que ele não quer reconhecer a paternidade. Ele não está aqui porque é desaparecido”.

“Nós ganhamos esse processo e a partir dos 17 anos eu passei a ter no RG a filiação, pai: André Grabois. Porque antes, só tinha assim: mãe, Criméia Alice. E ganhei uma certidão que tinha os avós paternos”.

“Havia um caderninho que ganhei da minha mãe em que ela contava toda a sua história. Era tipo um diário que ela fez durante todo o tempo em que esteve presa. Todo dia ela escrevia um pouquinho porque achava que não ia me conhecer”.

“Eu demorei muito tempo para ler esse caderninho. Minha mãe o colocou na minha fralda quando me entregou para minha tia, minha madrinha. Quando eu estava com três meses e saí da cadeia ela entregou para essa minha tia. E aí depois a minha tia entregou esse diário para minha mãe e depois a minha mãe entregou para mim. Só fui lê-lo quando estava com 21 anos. É triste”.

“Mas essa parte de ficar ouvindo histórias assim eu não gosto muito. O diário do Maurício Grabois eu também não li, não. A única história que eu li foi a que a minha mãe escreveu”.

6.1.3 Criméia, suas memórias e histórias no presente

No ano de 2014 a Comissão Nacional da Verdade juntamente com a Assembleia legislativa do Estado de São Paulo, publicou um material com o tema “Infância Roubada: Crianças atingidas pela ditadura militar”, onde há diversos relatos de adultos, que eram crianças na época do regime militar, juntamente com seus familiares. Entre eles há uma participação de Criméia, que relata sua atual participação como militante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e da União de Mulheres do Município de São Paulo.

Em uma entrevista dada à professora Socorro Abreu, em 24 de agosto de 2008, e transcrita por Daniely Fernandes Marinho, Criméia afirma que já participava, em 2008, da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Ainda em entrevista revela:

“Considero que o povo brasileiro tem direito de conhecer a sua história, por isso acho importante a campanha “Pelo direito à Memória e à Justiça”. E, juntamente com minha irmã, meu cunhado, meus sobrinhos e meu filho, entrei na Justiça com uma ação declaratória, que implica no reconhecimento e na declaração de que, com base no nosso caso, o coronel Brillante Ustra foi torturador. Esta ação não implica em prisão ou qualquer tipo de indenização. O objetivo é levar a público o reconhecimento de que houve tortura no Brasil, e que os torturadores têm nome. Em outros países da América Latina os torturadores

sentaram-se no banco dos réus. A tortura é um crime reconhecido internacionalmente como imprescritível. No Brasil, porém, parece que as coisas andam muito devagar, não há vontade política para tanto”. “Quem já luta há mais de 30 anos sem esmorece, não vai desistir agora. A gente insiste”.

6.2 Quem é Eleonora Menicucci de Oliveira

Figura 3 - Ditadura Civil-Militar: Marcas ainda registradas nas memórias de Eleonora Menicucci de Oliveira



Fonte: Revista Fórum. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/eleonora-menicucci-nosso-maior-erro-foi-nao-ter-feito-o-marco-regulatorio-da-midia/>. Acesso em: 06 jul. 2018.

Em entrevista dada, em 2004, para a Universidade Estadual de Cáceres- MS, por Eleonora Menicucci, a então ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci de Oliveira, entrevistada por Joana Borges e publicada no site do Jornal de todos os Brasis (GGN), Eleonora conta que nasceu em Lavras, Minas Gerais, em 21 de agosto de 1944 e que já atuou em grupo clandestino durante a ditadura civil-militar. Graduiu-se em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), fez mestrado em Sociologia, pela Universidade Federal da Paraíba (1983), doutorado em Ciência Política, pela Universidade de São Paulo (1990) realizou Livre Docência em Saúde Coletiva pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas:

direitos humanos, direitos reprodutivos e sexuais, autonomia, aborto-escolha, violência doméstica e sexual, defensora do movimento feminista.

Na mesma entrevista revela que se formou, em 1963, como professora primária e imediatamente foi para Belo Horizonte lecionar em um colégio de primeiro grau particular e foi nesse período que entrou para o partido comunista, no ano de 1964, ano em que entrou no curso de Pedagogia. Um mês depois, o partido comunista achou que deveria pedir transferência para o curso de Ciências Sociais. Nesse mesmo ano, 1964, prestou um novo vestibular e ingressou nesse curso. Relatou que, no ano de 1965, também por decisões partidárias, fez vestibular para Medicina, passou e realizou 4 anos do curso junto com Ciências Sociais.

Eleonora, em entrevista no ano de 2004, afirma ser separada, mãe de dois filhos, uma moça com 35 anos, que reside em Nova York e um rapaz, de 29 anos, que é cineasta. A entrevistadora, Joana, pergunta a Eleonora quando é que ela se identificou com o movimento feminista, obtendo como resposta:

“Pois é Joana, eu me descobri feminista na cadeia em 1971, em São Paulo no DOI-CODI porque...só para fazer um gancho entrei pro Partido Comunista, depois rachei com o Partido Comunista, fui pra luta armada e fiz parte da dissidência do Partido Comunista, depois da POLOP, e depois do POC, Partido Operário Comunista. E em 67 eu, já clandestina em Belo Horizonte, me casei com um companheiro, de organização, quando eu digo, e casei porque eu precisava...eu queria mudar de nome porque eu já estava muito queimada. Então eu passei a me chamar Eleonora de Oliveira Soares, né? E neste momento em 67 até 68, final de 67 início de 68, ainda estava em Belo Horizonte, quando foi julho eu entrei pra clandestinidade em 68 fui pra cidade industrial, e no final de 68 nós, quando a situação da luta contra a ditadura apertou muito, nós fomos para São Paulo já clandestinos, e eu fui grávida... e eu fiquei 69 inteira...inteiro clandestina grávida fazendo ações... Minha filha nasceu em 27 de setembro de 69, próximo ao sequestro do embaixador americano e do homem ter ido à Lua. Eu tive clandestinamente essa filha na maternidade de São Paulo, ou seja, tive ela com outro nome e o meu companheiro, que era o meu ex-marido, ele só pode vê-la depois que eu sai da maternidade... estávamos sendo procurados por três processos. Já morávamos na cidade...no ABC com nome falso, com tudo falso. E ela nasce de Cesária em 69. E nós ainda ficamos, ai era no POC, nós ficamos clandestinos

até julho de 71. Sendo que em maio de 71 quando o POC, começou a queda do POC na OBAN em São Paulo, a organização decidiu é...que a gente deveria, eu era da direção e eu também participei dessa decisão, que deveríamos sair do país. Eu saí até o Chile e ele ficou em São Paulo e eu voltei com a menina um mês depois [...]. E um detalhe importante nessa trajetória é que seis meses depois dessa minha filha ter nascido eu fiquei grávida outra vez. Ai junto com a organização nós decidimos, a organização, nós, que eu deveria fazer aborto porque não era possível na situação ter mais de uma criança, né? E eu não segurava também. Aí foi o segundo aborto que eu fiz”.

“Tinha um cara, Isac Abramovicht, um ano depois ele vai ter..ele vai ser uma figura de destaque na minha vida, foi o médico que me fez a primeira consulta de pré-natal na clandestinidade, indicado por uma companheira”.

6.2.1 A prisão, as torturas, as dores e os sofrimentos

. Eleonora revela em mesma entrevista que foi presa no dia 11 de julho de 1971, na casa de uns tios de seu ex-marido, que havia ido para Uberaba, clandestinamente, para o velório de sua mãe. Eleonora iria deixar sua filha na casa desses tios, mas quando chegou à residência, a Operação Bandeirante, OBAN, já estava no local, esperando-a para prendê-la.

Relembra que era uma hora da tarde e havia dezessete homens armados. Às dezoito horas, foi para a OBAN, separando-se de sua filha, dizendo-lhe que ia para uma consulta ao dentista, e então ficou três anos e oito meses na prisão.

Conta que diante dessa situação foi todo mundo preso, inclusive o ex-marido, no enterro de sua mãe. Revela que o processo de tortura durou 72 dias na OBAN, e que sua filha, com apenas um ano e dez meses de vida, foi torturada na sua frente, tomando choques e que o torturador era o mesmo médico que dava injeção ao voltarem da tortura e o mesmo que fizera o seu pré-natal. Afirmou também que, no ano de 2004, data da entrevista, ele tinha ainda uma clínica de aborto na cidade de São Paulo.

“Então é esta figura hoje que o CRM está sempre...tá caçando, o CRM e eu tenho ido no CRM várias vezes e na Justiça depor contra ele na Comissão dos Mortos e Desaparecidos. É aí eu fiquei, minha filha foi morar pra com a minha mãe, e eles não torturaram a minha filha na frente do meu ex-marido... era só na minha frente. E isso foi o momento decisivo pra eu descobrir a importância que a maternidade tinha pra mulher e a importância que qualquer instância social de poder...fazia uso do corpo da mulher e da maternidade, né? Isso me fez a pensar... me colocou a pensar e refletir muito no sentido de que qual era a relação do centralismo democrático, da esquerda com a questão da mulher. Por que eu fui me descobrir feminista na tortura? Eu percebi absolutamente a diferença, e não só a diferença na tortura, porque a tortura de homens e mulheres ela foi completamente diferente, tinha o uso do corpo da mulher o que não tinha o uso do corpo do homem... Tinha o uso da suposta fragilidade materna”.

“Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira (codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta) e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega. Até que eu cumprisse a minha pena, eu não tinha segurança de que a Maria estava salva. Hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade. Fui presa e levada para a Oban. Sofri torturas no pau de arara, na cadeira do dragão, levei muito soco inglês, fui pisoteada por botas, tive três dentes quebrados. Éramos torturadas completamente nuas. Com o choque, você evacua, urina, menstrua. Todos os seus excrementos saem. A tortura era feita sob xingamentos como ‘vaca’, ‘puta’, ‘galinha’, ‘mãe puta’, ‘você dá para todo mundo’... Algumas mulheres sofreram violência sexual, foram estupradas. Mas apertar o peito, passar a mão também é tortura sexual. E isso eles fizeram comigo. Eles também colocaram na minha vagina um cabo de vassoura com um fio aberto enrolado. E deram choque. O objetivo deles era destruir a sexualidade, o desejo, a autoestima, o corpo”.³

³ Eleonora Menicucci (2012) em relato encontrado no blog do PCB.

6.2.2 Enfim a Liberdade: A vida após a prisão

Eleonora conta que ao ser presa tinha entre 24 e 25 anos, e quando foi solta, já estava com quase 30 anos. Logo após sua saída, quis ficar grávida novamente:

“Imediatamente eu quis ter outro filho... e muito no sentido de... pra provar para os torturadores, mesmo que fosse simbolicamente, que o que eles tinham feito comigo não tinha me tirado a possibilidade de reproduzir e de ter uma escolha sobre meu próprio corpo... então eu tive mais um filho e logo que ele nasceu também de cesárea eu me laqueei”.

Após a prisão, Eleonora relata que também voltou a estudar e afirma que foi uma das melhores escolhas que fez em sua vida:

“...Me senti muito bem. E então eu recuperando...é....no processo de recuperação minha pós-cadeia... eu voltei a estudar! Eu parei de estudar em 68. Fui, aí eu voltei pra concluir na UFMG, e optei por acabar Sociologia. Porque a Medicina estava um caos...um horror...eu estava questionando muito e o que eu havia passado na cadeia, me afastou muito da medicina, do cuidado, etc. Porque durante a cadeia, eu pós-tortura eu fui...eu fiquei sem andar muitos... uns dois anos, andava de cadeira de roda e de muleta, fui fazer uma operação, eu tratava no Hospital das Clínicas, e o Hospital das Clínicas de São Paulo estava sob intervenção e eles decidiram que eu seria operada da coluna. E aí um ex-companheiro de cadeia que tinha saído, que era médico, descobriu que eu ia ser operada e impediu a cirurgia. Eu já estava anestesiada... eu não tinha hérnia de disco e eles diziam que eu tinha. Eles iam me aleijar...então isso mexeu muito comigo... do ponto de vista de profissão... O quê que eu vou fazer com a Medicina? Ai que terminei Sociologia, e quando eu fui terminar Sociologia os meus calouros de Ciências Sociais eram os meus professores. Então foi muito legal, muito bacana... primeiro que eles tinham o maior orgulho de serem os meus professores e eu de estar lá terminando. E aí fiquei em Belo Horizonte, terminei, tive meu segundo filho e não quis imediatamente me integrar a nenhum grupo de esquerda que tinha como eu não quis até agora, mas me integrei no grupo de mulheres”.

6.2.3 Da prisão e torturas ao feminismo

Eleonora é vinculada ao movimento feminista. Em entrevista, deixa claro que a prisão e torturas sofridas pela ditadura contribuíram significativamente para que se tornasse feminista. A entrevistadora Joana questiona se dentro da cadeia Eleonora havia tido algum contato com o movimento feminista, e ela responde que não, porém que participou de várias reflexões acerca do tema com suas colegas de cela.

“Ao longo da cadeia eu tive muitas reflexões com as minhas companheiras de cadeia uma delas é a Dilma Rousseff, que é Ministra das Minas e Energia (no ano da entrevista, 2004) , e hoje outras que são do PSDB, mas todas feministas, se tornaram feministas dentro da cadeia, porque nós começamos com um grupo de reflexão lá dentro...”.

Eleonora afirma que nunca havia feito parte de grupo com o tema ou qualquer tipo de assunto que abordasse essa questão, antes da prisão.

“Eu saí em 74, no dia 12 de outubro, dia da Criança, eu saí já bem claro que eu era feminista, e logo que eu saí da cadeia, eu em Belo Horizonte eu fui procurar um grupo de mulheres. Só que era um grupo de lésbicas e eu não sabia. Era um grupo de pessoas amigas minhas e que era...era o único grupo feminista que tinha lá. E eu de cara fui maravilhosamente bem acolhida, e eu me senti muito bem. Me senti muito bem. E então eu recuperando...é...no processo de recuperação minha pós-cadeia..., foi então que voltei a estudar! ”

“Eu não quis imediatamente me integrar a nenhum grupo de esquerda que tinha como eu não quis até agora..., mas me interessou o grupo de mulheres, aí começa a minha trajetória feminista”.

Eleonora revela, durante a entrevista, que teve contato com muitas leituras, após sua prisão. E foi nesse contexto que se radicalizou seu lado feminista e iniciou sua militância.

“Em Belo Horizonte eu comecei a militar, nós discutíamos o corpo, discutíamos a sexualidade... Eu deixei de militar em organizações de esquerda e fui militar no feminismo, em grupos de reflexão, ali junto com esse grupo de mulheres feministas lésbicas, que foi se ampliando e se desdobrando em grupos de reflexão, em grupos de criar um jornal, mesmo que fosse um jornal de divulgação mão-a-mão, né? Hoje eu sou professora livre docente, do Departamento de Medicina Preventiva com uma tese que se transformou em livro, eu fiz meu pós-doutorado em Milão, na Itália, na Faculdade de Medicina na área de Saúde, Trabalho e Gênero. Hoje eu coordeno um diretório de pesquisa que é Saúde e Relações de Gênero no CNPq. Eu sou pesquisadora 1B do CNPq, e toda a minha atividade de pesquisa é na área de Saúde e Relações de Gênero, e Saúde da Mulher, com um olhar feminista. Tem um impacto disso na construção do conhecimento da saúde. E no ativismo eu faço parte da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivo, uma das fundadoras, e até novembro eu ocupo lugar de relatora das Nações Unidas do Direito a Saúde no Brasil”.

“E toda a minha produção, tanto acadêmica como o meu pé na militância, no ativismo feminista, ele se dá via duas grandes linhas de pesquisa que é Feminismo, e Saúde e Relações de Gênero. Dentro da Saúde e Relações de Gênero tudo o que diz respeito a Direitos Reprodutivos e Sexuais, Saúde e Trabalho e Violência. Hoje eu faço parte da coordenação de um dos serviços de violência que atende mulheres vítimas de violência sexual, que é o da UNIFESP, o da Casa de Saúde, atendemos mulheres que foram vítimas de violência sexual e fazemos o aborto nesses casos, além de fazer parte das Jornadas Brasileiras pela Legalização do Aborto, no grupo de coordenadoras. Essa é minha militância atual”.

Ao final da entrevista, Eleonora revela que:

“Pra mim, uma questão que eu acho que é importante, é dizer que hoje eu tenho 60 anos e sou avó. E eu digo que a questão feminista é tão dentro de mim, e a questão dos Direitos Reprodutivos também, que eu sou avó de uma criança que foi gerada por inseminação artificial na mãe lésbica. Então eu digo que sou avó da inseminação artificial... E eu diria...eu fiz dois abortos, e também digo que sou avó do aborto, também porque por mim já passou.

Também já passou nesse sentido. E diria que eu sou uma mulher muito feliz e muito realizada, e eu pauto em duas questões: na minha militância política e no feminismo, que é a minha história de vida eu acredito que os sujeitos são construídos a partir de sua própria história”.

6.3 Quem é Ilda Martins da Silva

Figura 4 - Ditadura Civil-Militar: Marcas ainda registradas nas memórias de Ilda Martins da Silva



Fonte: UOL NOTÍCIAS. Disponível em:

<https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/12/15/deu-no-el-pais-por-34-anos-eu-nao-soube-se-meu-marido-estava-vivo-ou-morto/>. Acesso em: 06 jul. 2018.

Uma surpresa, a senhora que mais me tocou e comoveu com sua história, dentre todos os depoimentos, Ilda Martins da Silva, nasceu em uma pequena cidade chamada Lucianópolis, aquela mesma cidadezinha que citei no início do trabalho, cidade na qual vivenciei e construí muitas recordações.

Segundo dados do site do Memorial da Resistência de São Paulo, Ilda Martins da Silva nasceu no dia 30 de maio de 1931, em Lucianópolis, interior de São Paulo. Mudou-se para São Paulo e ingressou profissionalmente como operária da fábrica Nitro Química, localizada na Zona Leste, integrando-se ao movimento da causa operária, na década de 1950.

Foi dentro desse contexto, que ela conheceu Virgílio, na época membro do quadro político do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com que se casou no ano de 1960 e tiveram quatro filhos. Ainda segundo dados do Memorial, a fim de dedicar-se à casa e à família, Ilda pediu demissão da fábrica e permaneceu prestando apoio à militância de seu marido e seus companheiros. Em 1968, Virgílio aderiu à luta armada por meio da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Em 29 de setembro de 1969, Virgílio foi preso e Ilda foi sequestrada em São Sebastião, no litoral de São Paulo, junto com três de seus quatro filhos: Vlademir, Virgílio e Maria Isabel, um bebê de quatro meses. Gregório, então com dois anos, não foi levado por não estar em casa.

Ilda permaneceu presa por nove meses, ficando incomunicável sem qualquer notícia dos filhos por quatro meses. Na Operação Bandeirante foi torturada. Depois, foi transferida para o DOPS e, por último, esteve no Presídio Tiradentes. As crianças foram enviadas ao Juizado de Menores e ameaçadas por agentes da ditadura de serem entregues para adoção. Perseguida após sair do Presídio Tiradentes, seguiu um ano depois para o exílio. Inicialmente, foi para o Chile, onde viveu por um ano, e depois, para Cuba, de onde retornou, após a formatura dos quatro filhos, em Havana.

6.3.1 O peso e a dor do passado

Ilda foi brutalmente torturada, com choques, pontapés no peito, tapas e socos, conta ela, hoje uma senhora de 83 anos e profundos olhos azuis, que ainda se enchem de lágrimas quando ela relembra o doloroso passado. É dessa forma que o jornal *“El País - Brasil”* define Ilda Martins em uma de suas reportagens, e foi exatamente assim, que realizei minha análise sobre essa senhora, principalmente, por meio de seus depoimentos gravados, nos quais Ilda demonstra, em todos, muita emoção ao contar as histórias que viveu. Um deles foi em uma entrevista dada à TVT, encontrada na íntegra no canal do youtube, na qual a jornalista pergunta sobre

as torturas físicas que ela sofreu. Ilda apenas balança a cabeça, começa a chorar e responde “Melhor não falar”.

Em um dos depoimentos, fornecidos durante a exibição da novela do SBT, “Amor e Revolução”, afirma que uma das maiores torturas que sofreu foi a psicológica, sobretudo, as ameaças constantes de que nunca mais veria seus filhos. Em umas das falas, relata:

“Depois que fui para o DOPS começaram os interrogatórios e as torturas (chora nesse momento) ... Punham as minhas mãos para cima, pegavam as palmatórias e falavam: “Essas mãos aqui nunca mais vai pegar seus filhos”. Isso daí pra mim era a morte, ver que não podia ver eles, não podia abraçar eles, não podia beijar eles”.

Em depoimento para o material “Infância Roubada: Crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil”, Ilda relata:

“Acho que a minha história todo mundo já conhece bem, então só vou reforçar. Fui presa em São Sebastião, com três dos meus quatro filhos. O Gregório não foi preso porque estava com a minha sogra. Foram presos o Virgílio, com 6 anos, o Vlademir, com quase 8 e a Isabel, com quatro meses. No caminho de São Sebastião para São Paulo houve um acidente sobre o qual eu nunca falei. O carro capotou, eu desmaiei, os meus filhos estavam junto comigo e viram o acidente também. Fui levada ao hospital para ver se tinha me machucado. Depois viemos para São Paulo e fomos diretamente para a Operação Bandeirante, onde começaram a me interrogar, fazer perguntas sobre o Virgílio. Eu falei para eles que tinha as crianças pequenas, que a Isabel precisava se alimentar e eu precisava de alimentação para eles. Então deram uma mamadeira para a Isa e depois fui separada dos meus filhos. Sei que eles sofreram. E eu sofri ainda mais, porque não sabia nada e aquela situação era dura para mim, sozinha na Operação Bandeirante, sem ter notícias de ninguém e perder o que era mais querido para mim, os meus filhos. Fiquei incomunicável por quatro meses no presídio. Todo mundo tinha visita, mas eu não. Diziam que eu era muito perigosa e não podia ter visita”.

Em diversos depoimentos e entrevistas gravadas, Ilda afirma que quando a prenderam só faziam perguntas sobre o marido, que era o que interessava aos militares. Em depoimento dado à novela “Amor e Revolução”, ela afirma:

“Eu pra mim minha prisão foi um sequestro, eu não era da militância, eu não era nada, eles só queriam saber do meu marido”.

6.3.2 Mãe, filhos e separação

“Meus filhos iam todo domingo me visitar, mas não deixavam eles entrarem. Até que um dia, depois de quatro meses, embora eu ainda estivesse incomunicável, deixaram a Isa entrar no presídio. Ela era bebê, tinha uns oito meses, ainda não andava. Eu fiquei louca com a minha filha. Passeava com ela, mostrava para uma, para outra. Até que caí na escada. Havia uma escada da torre para outras celas e torci o pé e caí. Chamaram a polícia, que veio, me algemou, me colocou numa maca e levou para o hospital. Na saída, entreguei a Isa para a minha irmã que estava lá esperando. Meus filhos estavam lá também, mas acho que eles não me viram deitada na maca. Tem também a história do álbum de fotografias. Quando me entregaram as fotografias no presídio para ver os meninos, as carcereiras vieram na hora que terminou a visita e queriam que eu entregasse as fotografias porque eu estava incomunicável. Então as companheiras todas se revoltaram, falaram: “Como que iam pegar as fotografias? Disseram que fotografia não transmitia nada, que eram apenas os meus filhos. Uma das carcereiras falou que não, que eu não podia ficar com as fotos deles porque estava incomunicável. Mas as companheiras todas se revoltaram e eu consegui ficar com as fotos. São coisas que vão marcando, a gente vai lembrando aos poucos e aí cada coisa é uma mais dura que a outra, mais triste, e cada coisa que a gente vai lembrando é como se desse uma punhalada. Eu peço desculpas. A gente chora é porque é duro mesmo, quem passou por isso sabe que é difícil a gente relembrar do passado sem chorar.” Depoimento de Ilda dado ao material “Infância roubada”.

O filho de Ilda, Virgílio Gomes da Silva Filho, relembra em mesmo depoimento:

“Eu ainda não tinha noção da morte do meu pai. E minha mãe ficou mais nove meses presa. Até nossa saída do Juizado, não tínhamos visto a minha mãe, não sabíamos dela. Tenho meio que um bloqueio mental com relação a isso, não sei em que momento foi,

se transcorreu muito tempo para começarmos a ter contato com a minha mãe. Nós éramos levados até uma esquina próxima do presídio Tiradentes, de onde minha mãe conseguia nos ver desde uma torre do presídio. Ela tirava a mão por uma frestinha, uma janelinha bem estreita e abanava um jornal. E minha avó ficava ali com a gente naquela esquina. E quando aparecia o jornal a minha avó falava: “Dá tchau que a sua mãe está vendo vocês agora”. A gente dava tchau para a minha mãe, mas nós não a víamos. Nessa época, minha mãe estava incomunicável”.

6.3.3 A eterna gratidão a Cuba

Após sair da prisão, Ilda foi perseguida e não conseguia arrumar um emprego. Então se viu obrigada, juntamente com seus filhos, a deixarem o Brasil e irem para o Chile, onde permaneceram por um ano, e posteriormente, para Cuba, até formar os seus quatro filhos, retornando então para o Brasil.

“Fui para Cuba, consegui criar meus filhos bem, com tranquilidade. Tenho hoje quatro filhos, dos quatro, os quatro são engenheiros, que Cuba me educou eles, formou eles”.⁴

“O governo colocou eles na escola, me deram uma pensão, depois me deram um trabalho, foi a ajuda do governo mesmo”.⁵

Em ambos os depoimentos, Ilda reforça todo o acolhimento e apoio do governo Cubano durante os anos que viveram no país, e principalmente, o reconhecimento pela oportunidade de oferecer a seus quatro filhos uma formação, apresentando o olhar de gratidão de uma mãe que saiu de seu país, perseguida e sem perspectiva alguma de proporcionar a vida que gostaria de oferecer a seus filhos, e que encontrou no regime de Cuba a chance de garantir um futuro de qualidade a sua família.

⁴ Ilda Martins em entrevista dada a novela “Amor e Revolução” televisionada pelo SBT.

⁵ Ilda Martins em entrevista dada para o jornal da TVT.

6.3.4 O paradeiro de Virgílio

Segundo depoimento dado por Ilda a diversos canais das redes sociais, um deles ao Memorial da ditadura Militar, quando chegou à prisão ela era a única que não sabia que o esposo havia morrido. Os militares diziam que ele havia fugido, porém todos os seus familiares e outras presas já haviam tomado conhecimento sobre a morte de Virgílio, até que uma das companheiras revelou a verdade. Entretanto, segundo Ilda, em 1994, por meio da pesquisa independente, realizada pelo escritor Mário Magalhães, para elaboração de sua obra “Marighella: O Guerrilheiro que incendiou o Mundo” foi localizado o primeiro e único documento sobre o paradeiro de Virgílio, que atesta uma morte presumida e um suposto enterro no Cemitério Vila Formosa, sem identificação. Porém, Ilda relata que até o ano de 2004, quando recebeu um laudo, confirmando o falecimento do marido, encontrado pelo jornalista Mário Magalhães no arquivo público do Estado de São Paulo, pensava muitas vezes que ele podia estar vivo, mas não havia voltado, pois saiu louco, após as torturas da prisão.

De acordo com relatos de presos, Virgílio havia apanhado durante o dia anterior da prisão de Ilda. Campeão de resistência ao aguentar por 72 horas as torturas, ele sucumbiu às violentas agressões dos militares e morreu aos gritos “estão matando um bom brasileiro”. (*El País- Brasil*, 2014).

Devido a toda essa angústia vivida por Ilda, não apenas com sua prisão, mas também pelo suposto desaparecimento do esposo durante todos esses anos, ela, juntamente com seus filhos, segue lutando por memória, verdade e justiça, principalmente, por aqueles que têm familiares e pessoas queridas ainda desaparecidas. O filho mais velho do casal, Virgílio Gomes da Silva, em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade, no ano de 2013, declara:

“O que fica é o sentimento de dor, de perda, de medo e humilhação, mesmo depois de tantos anos da morte de meu pai”.

Em um dos depoimentos para o Memorial da ditadura, Ilda desabafa:

“Quando eu falo que o estado tem que achar os restos do corpo do Virgilio, tem que procurar todos os desaparecidos, pois todos deram a vida pelo Brasil, todos deram a vida pelo Brasil que temos hoje”.

6.4 Quem é Antônio Vieira de Barros

Figura 5 - Ditadura Civil-Militar: Marcas ainda registradas nas memórias de Antônio Vieira de Barros- Toninho Três Oitavos



Fonte: GOOGLE. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=DITADURA+MILITAR&og=DITADURA+MILITAR&ags=chrome..69i57j0i5.583j0i8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 06 jul. 2018.

Segundo dados de depoimento dado à Comissão Nacional da verdade e ao blog Memórias Operárias, Antônio Vieira de Barros, também conhecido como Toninho Três Oitavos, nasceu em Alagoas, na cidade de São Miguel dos Campos, no ano de 1942. Saiu de sua terra natal com destino à cidade de São Paulo em 1959.

A justificativa do apelido Toninho Três Oitavos foi apresentada por ele em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade em que explica:

“É que eu trabalhava na mecânica e na mecânica tinha as medidas de... das ferramentas. Tem um oitavo, três oitavos, cinco oitavos. Então, as medidas menorzinhas, porque eu era sempre o menor do setor. Daí botaram de Três Oitavos porque era as medidas menores. Eu fiquei com o Três Oitavos”.

Seu primeiro emprego foi em uma fábrica de óleo de soja e margarina, chamada Sambra. Nesse contexto, começou a fazer parte da militância da juventude operária (JOC), e a partir disso desenvolveu sua formação e participação política. Foi nessa mesma fábrica que Antônio se envolveu em uma greve no ano de 1960.

Em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade, Antônio explica sua participação política da seguinte forma:

“A nossa militância, a nossa luta se deu no chão de fábrica, onde a gente viveu, trabalhou e brigou e lutou por melhores condições de vida, por melhores condições de salários. E contra a ditadura e a repressão e a opressão que se tinha em cima dos trabalhadores. Naquela época quem fazia mais greves eram os peões de fábrica. Eram as pessoas que eram mais oprimidas e que tinha menos valor, vamos dizer assim, aqui no nosso país. Então, a gente era muito agredido dentro das empresas. A gente já vinha de uma luta já há muito tempo por dignidade, por respeito e por melhores salários. Foi quando aconteceu o golpe que piorou muito mais ainda a situação dos trabalhadores dentro de fábrica, porque a gente já era perseguido antes pelos patrões aliados ao sistema e depois veio a questão militar, do governo militar. Aonde eles implantou uma política de espionagem dentro das empresas e a gente começamos a mudar um pouco o sistema que a gente trabalhava. A gente passou a se esconder mais um pouco. Fazer a chamada dos companheiros pra greve, pra parar, pra reduzir a produção através de gesto de mosquitinho que tinham o que a gente falava. Fazia um panfletinho bem pequenininho que a gente colocava na mão, ninguém nem via. Chegava na mesa, colocava na mesa do companheiro no setor onde ele estava. E, muitas vezes, a gente pra conversar com o companheiro a gente ia lá atrás de pegar uma ferramenta qualquer coisa: “Minha broca quebrou, eu preciso de outra”. Naquela conversa a gente passava mensagem que a gente tinha que reduzir a produção até a gente ter condições de construir uma greve. E nesse tipo de trabalho eram poucos que tinha, não eram muitos que faziam esse tipo de trabalho, e a gente era muito vigiado, teve casos que até policial, investigador foi trabalhar junto com a gente. Para vigiar os passos, pra ver pra onde a gente andava, pra onde é que a gente ia”.

“Era infiltrado. E a gente, às vezes, descobria quem era. É uma história assim que a gente não documentava porque não tinha como documentar. A gente não tinha equipamento, a gente não tinha nem uma máquina de fazer, de fotografar. Naquela época não tinha celular, não tinha essas coisas, não tinha celular. E uma máquina fotográfica era muito cara e a gente não tinha essas coisas. A gente fazia as coisas no ouvido, a nossa propaganda e a nossa arma era falar no ouvido dos companheiros, que a gente estava sendo explorado, que a empresa estava ganhando muito e a gente não ganhava nada. E nesse tipo de trabalho a gente trocou muito de emprego. Só para vocês terem uma ideia, hoje eu estou completando 50 lugares que eu trabalhei. Cinquenta. Trinta e cinco carteiras registradas e o resto assim por conta, porque.... Quando eu entrei na lista negra do DOPS e junto com os empresários, eu tinha pouca chance de ficar nos empregos. Então, eu me aperfeiçoei muito, muito, fiz oito cursos no Senai, pra poder me aperfeiçoar pra poder trabalhar. Que mesmo a gente sendo ruim, o empresário quando precisava pegava a gente pra trabalhar pra fazer alguma coisa. Eu fiz isso. E hoje eu tenho seis carteiras profissionais, porque era uma tática que eu e muitos outros companheiros fazia, que era uma carteira nova e ia naquelas empresas que a gente era menos complicado, mandava registrar e aquelas que estavam complicadas ficava de fora com essa carteira a gente conseguia novos empregos. Ia sujando as carteiras. Esse trabalho nosso a gente não se envolveu com luta armada. A gente não se envolveu com sequestro. Não tinha como. A gente não tinha espaço pra isso. Economicamente a gente era muito, muito frágil. Economicamente. Mas com uma vontade danada de sede de justiça. De resolver um pouco, vamos dizer assim, a exploração e o desmando que a gente tinha aqui dentro do nosso país. Quando se deu o golpe, a grande maioria não pensava que podiam vir outras forças de fora da América Latina, da América no Norte pra nos combater. A gente não sabia disso. Hoje a gente sabe realmente que, se acontecesse, vinha e massacrava mesmo. Hoje a gente sabe, mas na época a gente não sabia. Poucos sabiam”.

Seu Antonio foi preso em três momentos, uma vez no ano de 1962, outra vez no ano de 1968 e, a terceira prisão, em 1978.

6.4.1 A primeira Prisão: 1962

“... Eu tive algumas prisões. A minha primeira fábrica e a minha primeira prisão.... Eu entrei em 1960 nessa fábrica e fiz uma greve em 1961. Era a luta pelo 13º salário e ali tinha que parar as fábricas e a gente parou meia noite e saímos parando outras fábricas. Fomos cercados pela polícia. Nós estávamos em cinco. Fomos cercados pela polícia. Três conseguiram fugir. E eu e outro companheiro nos pegaram e arrebentaram com a gente. Isso em 1962. De 1960 para 1962. Arrebentaram com a gente...”.⁶

“O DOPS pegou a gente, bateu muito. Eu fiquei em um bar, fazendo que estava tomando um café, eles chegaram, o que você está fazendo aqui? Estou tomando café [respondeu]. Não está trabalhando? Não, estou esperando, para ver se a turma deixa a gente entrar... Ai já me deram umas bordoadas lá... Já me mandaram para o camburão deles. Me prenderam...”.⁷

6.4.2 A segunda Prisão: 1968

A segunda prisão de seu Antônio foi em 1968 em uma greve na cidade de Osasco. Conta em depoimento à Comissão da verdade que o interesse era o de descobrir onde estava um estudante conhecido como Barreto.

“...O interesse deles era para pegar o Barreto. O Barreto era um estudante, ele já tinha estudado. O Barreto falava até inglês, né, naquela época. E era um cara muito, assim, mais esclarecido, mas avoado nas coisas. Eles queriam pegar o Barreto a qualquer custo. Mas o Barreto já era mais liso, por causa do movimento estudantil que ele tinha. Ele conseguiu sair fora. Pulou o muro e foi embora. O outro pessoal, que nem Pedro Quintino e outros, pularam o muro e foram embora. E a gente ficou lá querendo fazer as coisas normal e fomos agarrados na saída. O João Cândido foi agarrado na saída. O José Grofe, falecido, foi agarrado na saída. O Natanael foi pego na saída. O Natanael era do grupo dos jovens.... Então, eu fui muito espancado na delegacia. É que ele queria, realmente, que eu descobrisse onde estava o Barreto porque era companheiro da gente. Era no grupo nosso. E a gente não sabia. Então, até me queimar com o cigarro, me queimaram, eu tenho marca até hoje das queimaduras. Eu tenho marca de algema nas mãos, porque eles me

⁶ Antônio em depoimento dado a Comissão Nacional da Verdade no ano de 2014.

⁷ Dados segundo o blog Memórias Operárias.

amarraram na grade assim. Me amarraram os pés. Colocaram o cigarro no pênis assim e deixaram queimar. Eu fiquei muito tempo com essa cicatriz e tenho ela até hoje. Mas ela me atrapalhou a vida inteira. Fora o solavanco e os tapas na cara e o chutão. Muita coisa. Muita coisa que até hoje eu tenho algumas dores na costela, quebraram a clavícula”.

6.4.3 Terceira e última prisão: 1978

“... Era em 78. Foi na greve de. A gente fizemos uns panfletos para distribuir na rua lá para o pessoal manter a greve. Porque a greve foi marcada pro dia, não lembro se foi 18, não lembro o dia. Então, nós chegamos cedo lá: eu, Arsênio e Mercedes. Nós chegamos com um fusca cheio de panfleto. Mas em cada porta de fábrica tinha um monte de policial. Não deixava a gente distribuir panfleto. E o camburão aberto: “Quem não entrar na fábrica, vai entrar aqui.” E as meninas já entravam na fábrica, porque o medo era grande. E nós “E vai, vai, nós vamos ter que manter essa greve.” Saímos, demos uma volta lá pelo fundo da rua com o carro e saímos pela rua distribuindo panfleto. Então, cinco minutos depois já tinha uma fila de viaturas atrás da gente. Mas a gente continuou distribuindo. “Joga, joga, joga...” E eles cercavam na frente vai e eu consegui desviar umas duas vezes dele. E aí, me seguiram. Eu fui na frente, andei na contramão e foi um risco danado. Foi uma loucura aquilo lá. Andei em contramão, passei num cruzamento, a gente subindo numa contramão, eles.... Quando eu olhei que dava pra passar, eu passei. Eles viram que eu ia passar... O outro carro que vinha quase bateu nele e ficaram mais danados ainda. Eu fugi. Mas nessa passagem tinha uma valeta, assim, eu passei com Fusca e estourou o cârter lá e vazou o óleo. Eu tive que parar lá na frente. Larguei lá e saí andando a pé. Ele chegou.... Chegaram com a viatura, pareceu comigo e deu dois tiros, assim, à queima roupa. Na calçada, assim. Me deu dois tiros. Mas as balas eu não sei pra onde foram. Daí, mais na frente me pegaram. Daí pra frente foi só espancamento. Daí pra frente foi só espancamento. Me levaram para a delegacia da Lapa. Chegou lá e avisou que ia levar a gente pro DOPS. E eles ameaçavam lá. Se... Porque eu fugi deles, né? Se ia ficar de graça, se ia ficar barato, se ia levar não sei pra onde... Tinha muita ameaça. Eu já tinha apanhado muito... A hora que eles me pegaram lá e trouxe onde tava o comandante dele, que era um tenente, não recordo o nome do tenente. Ali eu apanhei muito. E já saí da viatura dele no ar. De tanto chute de tanto tapa. Eu tenho os dois ouvidos ruins.... Perdi praticamente os dois ouvidos, por causa do espancamento de tapa.... Depois disso tudo eu fui levado pro DOPS. Cheguei lá, caí na mão

do Sigilo. Fiquei lá e o pior é que eu estava numa sala que tinha mais gente. Tiraram todo mundo e deixaram só eu lá. Tinha um painel de vidro com uma cortina por trás onde eles viam a gente. E eu sabia que aquilo lá era pra ver a cara da gente. Quem era. Vinha um, vinha outro lá pra ver se conhecia ou deixava de conhecer. E eu virava o rosto de vez em quando, ele vinha: “Não, olha pra lá” Isso foi no início quando eu cheguei, antes de conversar com o delegado. Isso antes de conversar com o delegado. Porque quando saiu todo mundo só ficou eu. Eu falei: “É, eu sou o mais pior que tem”. Na minha cabeça era essa, eu sou o mais pior. Eu sou o mais encrocado e eu não sei se vou sair daqui com vida. Fora as ameaças que tinha. Fiquei dois dias no DOPS e depois fui preso”.

6.4.4 Seu Antônio pós-período Ditadura Civil Militar

Em entrevista dada à Comissão Nacional da Verdade, Antônio Viera de Barros relata que moveu dois processos de anistia, um na Comissão Nacional de Anistia, na qual recebeu o valor de R\$ 2.700,00 e foi anistiado, e outro no fórum de São Paulo, cujo valor recebido foi a quantia de R\$ 20.000,00.

Quando questionado, em mesma entrevista, sobre o que acredita que o Estado brasileiro poderia fazer hoje em relação a todo esse passado de violação dos direitos humanos, Antônio Vieira de Barros responde:

“Eu acho que o Estado tem um compromisso com os seus guerreiros e, no mínimo, lhe dar um tratamento digno de saúde. Porque a maioria tem um trauma. Eu, por exemplo, tenho um trauma muito grande. Vamos dizer assim, podia estar morto e sai com vida ainda. Eu praticamente... Quantas vezes eu achei que eu tinha morrido. Quantas vezes eu achei que eu não voltava mais com vida. Quantas vezes? E esse trauma me afeta até hoje, a gente fica muito sensível muito... Um pouco sensível nas coisas, entende? Qualquer coisa não tem.... Como é que eu falo? É um negócio meio estranho que a gente sente, entendeu? É um negócio estranho... Sabe o que é até hoje ter medo? Sabe o que é ter medo? A gente tem medo de determinadas coisas, a gente faz determinadas coisas porque a gente é guerreiro. Mas todo guerreiro tem medo. Ninguém quer morrer. Ninguém quer morrer. Esse tipo de coisa até hoje ainda não saiu da cabeça...”.

“Só para você ter uma ideia, eu não tenho nenhum documento de nada. A gente vivia assim um.... Quase na clandestinidade, pra ninguém saber que a gente existia. Por exemplo, tem gente que até hoje tem um documento que foi na polícia pegou..., mas a gente não tinha isso, não. O que eu ia fazer numa delegacia? Eu vou confessar um crime pro meu inimigo lá? Se eu for lá, eu não volto. Eles vão me agarrar lá.... Deixa eu te falar, a gente tinha.... Não podia nem dizer que foi preso, porque não ajudava em nada. Primeiro porque tinha a questão de segurança até de trabalho. O cara que foi preso por causa de uma greve, se ele chegar numa empresa e alguém falar que ele foi preso por causa da greve ele já perdeu o emprego dele. Entendeu? Era um tipo de opressão tão grande você não tinha possibilidades... Na época, a gente era tratado como lixo. A gente era tratado como lixo, coisa que não valia nada. Por exemplo, a gente sabia que alguns companheiros que estava preso lá era torturado e dizia assim: “Vocês não valem nada, eu mato aqui que nem eu mato uma formiga.” Podia matar porque era que nem matar uma formiga. Acabou. Qual era... que defesa a pessoa ia ter na mão do pessoal? Nenhuma. Você dentro de um quartel com 300 homens e você ali. Que defesa tinha? Nenhuma. Nenhuma. Nenhuma. Esse tipo de coisa também afligia. A gente também tinha medo de cair naquele mesmo sistema do pessoal. Que tem muita gente que perdeu a vida sem dever nada. A morte era muito fácil pra qualquer um”.

6.5 Quem é Leonardo de Azeredo Carneiro

Figura 6 - Ditadura Civil-Militar: Marcas ainda registradas nas memórias de Leonardo de Azeredo Carneiro



Fonte: GOOGLE. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=DITADURA+MILITAR&og=DITADURA+MILITAR&ags=chrome..69i57j0i5.583j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 06 jul. 2018.

Segundo dados coletados em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade, no dia 19/07/2013, Leonardo de Azeredo Carneiro relata que nasceu no dia 17/07/1944, na cidade do Rio de Janeiro. Iniciou o curso de Filosofia na década de 70, na UFRJ e posteriormente, passou também em Sociologia, na Universidade Estadual de Guanabara, optando por realizar o segundo curso devido à facilidade em conseguir trabalhar e estudar ao mesmo tempo, porém não conseguiu completar nenhum dos dois. Trabalhou sempre como fotógrafo, e na época da entrevista, 2013, estava trabalhando como marceneiro em uma cidade do Rio de Janeiro, chamada Visconde de Mauá. Na mesma entrevista relata que foi preso três vezes no período da ditadura civil- militar, no qual viveu de forma clandestina. A primeira

prisão ocorreu no dia 22 de abril de 1970, quando ainda era estudante e permaneceu preso por quase dois anos.

“Olha, assim, eu fui preso, a primeira vez foi no dia 22 de abril de 1970. Mas, eu fui preso nessa década, eu fiquei quase dois anos preso, faltaram algumas semanas para completar dois anos, eu fui solto, fui colocado em liberdade vigiada, que eles chamavam, e eu fui a julgamento. Depois de um ano eu fui a julgamento, eu estava solto. Eu acreditava que eu fosse ser condenado a dois anos, porque todos que estavam tinham o mesmo nível de envolvimento que eu, haviam sido condenados. Eu fui ao julgamento tranquilo, mas fui condenado a três. Aí, fui para Ilha Grande, fiquei mais sete meses na Ilha Grande. Aí, eu tive.... Aí, essa foi a segunda prisão, porque eu fui a julgamento, fui condenado, e aí fui solto. Aí, depois, eu não me lembro quando eu fui preso uma terceira vez, a data é que eu não me lembro, eu não consigo recordar... Foi antes de 77, não, foi depois de 77, talvez... Eu fui preso na Barão de Mesquita.... Eu fui preso, fiquei na PE, na fase de tortura, e fui para o DOPS, para prestar depoimento. Do DOPS, a gente voltou para a PE, e da PE foi para a vila militar. Aí, eu fico na vila militar até dezembro de 71, eu me lembro que eu fui transferido, não sei porque, em um dia de natal de 71, fui para a Ilha das Flores. Fui porque eu insisti com o advogado para pedir para o meu processo corria na Auditoria de Marinha, aí eu pedi para ir para um presídio, porque a vila militar era aquilo, não tinha banho de sol, a comida era muito ruim. Lá era um presídio, em Ilhas das Flores, aí fui para lá, aí depois fui solto, fui colocado em liberdade vigiada. Aí, eu tentei retomar a minha vida normal, voltar a estudar, trabalhar”.

6.5.1 O Quartel Rei

“E, bom, o quartel que eu fiquei, nossa, era o pior, era o REI. O REI era o maior quartel da América Latina, era um quartel enorme, 5.000 soldados. E, o tenente coronel que cuidava da gente, ele tinha um apelido, ele chamava bacalhau, eu não me lembro o nome dele. Mas... Ele estabeleceu o pior para a gente, sabe? Era uma coisa de louco. Ele perturbava, na verdade, acho que a vida dele no quartel era criar caso conosco. Assim, aí então, as coisas foram piorando porque, primeiro, ele deixava entrar papel para desenho. Então, eu era mais.... Eu tinha mais habilidade com desenho, eu logo fiz um baralho, com um papel.

Aí, eles descobriram o baralho e cortaram o papel de desenho. Aí, eu consegui fazer um baralho, desenhando com maço de cigarro, cortando com maço de cigarro. E aí, descobriram.... Aí, o cigarro só entrava sem maço. Então, ele ia, assim, infernizando a vida da gente. Era.... Realmente, foi um... E, era uma coisa curiosa, porque apesar de no REI ser o pior regime carcerário, vamos dizer assim, nós éramos o melhor coletivo, sabe? Era uma coisa muito curiosa. Esse regime carcerário duro nos obrigou a sermos mais organizados, a gente tinha discussão ideológica toda semana, sabe? Nossa, a gente fazia coisas do arco da velha. Inclusive, eu estava lembrando uma coisa que a gente fez, quando, se eu não engano, eu não me lembro de foi um ano da morte do Bacuri, ou se foi quando ele morreu. Eu realmente não.... Agora eu não me lembro isso. Mas, nós resolvemos fazer uma marcha em homenagem a ele, nós andamos em volta, a gente pegou, a cela era um quadrado, nós pegamos as camas e botamos todas no centro da cela, e fizemos uma marcha de 12 horas, das 9 horas da manhã às 21 horas. E foi incrível isso, porque, eu acho isso muito legal. Eu estava vendo, assim, o Herzog.... Aquele cineasta alemão, peraí, é Herzog? Não. Vivendas... Não, Vivendas... Meu Deus, aquele que fez o.... não me lembro..., Mas então, tem uma história curiosa dele, ele tinha uma amiga francesa, alemã, mas ela estava em Paris, ele estava... Ele descobriu que ela estava morrendo de câncer, que ela estava mal, que ela ia falecer e ele estava em uma cidade longe de Paris, e ele resolveu ir caminhando até lá. Sei lá, é uma maneira daquela.... Sei lá, dele conviver com aquela situação. Mas, essa história dessa marcha que a gente fez, foi uma coisa muito legal, sabe? Assim, para você ter uma ideia como o nosso coletivo era assim, organizado, unido, a gente se dava bem, a gente se comparava com os outros, esse era o primeiro período, primeiro coletivo do REI, nós fizemos essa marcha, andamos das 9 horas da manhã às 21 horas, em volta da cela”.

6.5.2 DOPS: “Do Inferno ao Paraíso”

No mesmo depoimento, fornecido à Comissão Nacional da Verdade, o senhor Leonardo deixa claro que de todas as prisões, o melhor momento foi o que esteve preso no DOPS, onde, segundo ele, o sistema prisional era menos rígido e sofrido comparado aos outros.

“A gente saiu da PE e foi para o DOPS, para prestar depoimento. Aí, o DOPS, a prisão do DOPS também nessa época, era uma felicidade aquilo, porque entrava revista, entrava jornal, a família visitava quase todos os dias, tinha televisão. Então, era uma festa, sobretudo, porque a gente tinha saído da PE. E, então, aí no DOPS também, a gente não... Ainda estava em clima de festa, de ter saído... Aí, quando nos colocaram na vila militar, quer dizer, aí a gente ia começar a cumprir pena, vamos dizer assim, que eu passei um período de depressão bem terrível, porque essas coisas então, de repente, fluem, e vem à tona, e você, nossa... Foi um... O primeiro período na vila militar foi bem difícil, porque aí a gente começou, cada um, com os seus dramas pessoais, e... E, isso, assim... O período, eu estava me lembrando disso também, eu era muito curioso, o período da prisão na vila, na vila militar, quer dizer, eu fiquei quase um ano, mais de um ano e meio preso na vila militar, é diferente, por exemplo, do período... De quem estava na penitenciária, estava na Ilha Grande”.

“No DOPS, era uma festa, como eu falei. Era um período... Era um regime bem liberal, tinha acesso a televisão... era um período, assim, “estamos todos felizes. ” Sobretudo porque tínhamos saído da PE. E, na vila militar acontece o seguinte, há uma diferença grande entre regime de prisão e de penitenciária, porque os regimes de penitenciárias obedecem às leis que vigem no país. A constituição estabelece que o preso tem direito a banho de sol e tal, então, várias regras. E, na penitenciária, eles cumprem à risca essa regra, não é? Quando você vai para o quartel, é uma coisa curiosa, nos quartéis, quem cuida das prisões, dos quartéis, é um oficial especial, assim, eu digo que é especial, é um oficial que, ao fazer o curso de Escola Superior de Guerra, quando você chega a major, você tem que fazer um curso da Escola Superior de Guerra. Quando... Alguns não passam nesse curso. Os que não passam, eles vão ficar... Todo o período em que eles estão no Exército, eles vão ficar com a patente de tenente coronel e vão se aposentar como coronel. Então, é meio como que um militar meio frustrado, vamos dizer assim, sabe? Eu interpretava isso, porque era eles, de regra, de praxe do Exército, esse tenente coronel cuidar do regime de... Da prisão. Então, aí depende da sorte. Se você pegar um bom tenente... Tinham quartéis do Exército, a gente sabia, que eram mais liberais, permitiam a entrada de jornal, davam comida de oficial para o preso, porque o quartel tem comida de soldado, de sargento e de oficial. Aí, a de oficial... E a comida de oficial é boa e tal”.

6.5.3 Prisões, torturas e o período da Ditadura Civil-Militar

“Eu considero que a minha experiência de tortura em relação aos meus companheiros da época, foi relativamente pequena. Eu caí, eu fui preso em uma leva, caíram cinco quando eu caí, quatro da organização, aquela coisa.... Você cai disposto a não abrir nada. Mas, de repente, quando abre, abre tudo. Vamos dizer assim, abre a porteira. Então, ele abriu os cinco pontos que ele tinha. E, eu fui o último a cair, vamos dizer assim, dessa leva. E, quando você é o primeiro a cair, a repressão vai destroçando você com uma gana.... Você vai ter que abrir porta, você vai sofrer bastante. Eu acho que quando você já é o último de uma leva, eles meio que já estão meio saciados, vamos dizer assim. E, eu vivia nessa época, uma situação peculiar na organização, porque o meu organismo, ele havia caído todo um mês antes, em uma ação. Eles, nós tínhamos planejado fazer uma ação de panfletagem em uma fábrica em Jacarezinho. Uma das figuras que furou um ponto comigo, eu acabei não indo a essa ação, e essa ação, eles caíram, caíram todos. Aí, eu passei esse período em que esse grupo.... Aí, eu fiquei descontactado pela organização, foi um período bastante difícil, porque eu estava clandestino, eu já tinha a prisão preventiva decretada e eu estava clandestino, morava no subúrbio, em um quarto de subúrbio e você ficar sem contato com a organização é um problema enorme. Mas, graças a Deus eu recuperei o contato, mas a organização resolveu me transferir para a Bahia, porque era um peso muito grande naquela época você manter um quadro clandestino, você... Só realmente os grandes quadros, quadro de direção e tal, talvez valesse a pena manter, então, foi uma dificuldade muito grande. Então, resolveram me transferir para a Bahia, e eu estava esperando um ponto para ir para a Bahia. Então, até esse último período, eu tinha pontos semanais com o rapaz da direção, para ver se o ponto na Bahia tinha chegado. Então, praticamente, eu não estava fazendo nada”.

Durante todo o seu depoimento, Leonardo demonstra um enorme trauma, medo e pavor em relação às torturas recebidas, principalmente, as relacionadas aos choques elétricos que recebeu. Essa afirmação pode ser comprovada pelas seguintes falas de seu depoimento:

“...O choque é realmente uma coisa.... Eu tive o azar, quer dizer, isso foi um azar, de quando eu caí, a maquininha que dá choque, que é chamado de magneto, que o telefone acompanha, estava quebrado. Então, eles me deram choque de tomada. Eles amarraram um fio no meu dedão do pé, um fio no dedão da mão e ficavam na tomada, eles enfiavam o fio na tomada, um outro tirava o outro fio, tirava e colocava. E ficava nisso. “Conta do

aparelho...” O primeiro choque eu voei de um ponto a outro, assim... E o choque é uma coisa que realmente me traumatizou, assim, eu fiquei realmente, olha, mesmo depois, dois anos depois que eu saí da cadeia eu tinha medo de enfiar um pino na tomada. Eu tinha.... Eu realmente fiquei bastante traumatizado. Eu acho que, assim, então, aquela coisa, eu me orgulho de não ter caído ninguém por minha causa. Depois do processo, eles te dão um papel e mandam você escrever a tua história, vamos dizer assim, e eu acho que nessa hora eu me.... Eu escrevi o que não devia, vamos dizer assim, sabe, eu fui muito detalhista. Às vezes, eu penso, “poxa, mas essas...” Passei informações para eles, que eu não... Por medo mesmo, por trauma, por estar me sentindo derrotado. Eu passei a.... Realmente eu entrei em pânico com o choque elétrico. Realmente, eu acho uma coisa assustadora, é algo que não dá para você comunicar ao outro, só quem viveu essa experiência pode saber. Você não tem palavras para descrever isso, o grito do choque elétrico é um grito único, é uma coisa que sai de.... É um grito diferente, sabe? É um grito.... Quando a gente ficava na PE e começava a ter grito de choque, nossa, a gente estava na cela, as pessoas conversando, todo mudo parava de conversar, era um silêncio geral, ia cada um para a sua cama e ficava lá quieto. É uma coisa realmente assustadora, não é? Então, é isso. Assim, eu fui torturado com choque elétrico, basicamente, com pau de arara. Basicamente, nessa primeira prisão foi choque elétrico, pau de arara e espancamento. Isso, eu me senti muito, assim, me senti arrasado, você constrói uma imagem de você mesmo, principalmente você atuando e, principalmente, nós éramos muito jovens, estávamos nos 20 e poucos anos e isso rui como um castelo de cartas. O torturador é um cara que se apossa de você, ele entra e.... E, realmente, eu passei um período, assim, no período da PE, nem tanto, a gente nem pensava, ficava aquela... Os quadros, os torturadores todos, aquele mundo de horrores que era aquilo”.

“.... Há gente que consegue resistir ao choque elétrico, eu realmente não tenho essa capacidade, eu realmente me sinto.... É uma coisa, inclusive, interessante, eu acho que devia se fazer uma reflexão sobre isso, porque eu acho que é uma coisa que depende de uma condição neurológica, porque muito tempo depois, quando eu fui para a Ilha das Flores, lá estavam quadros, aqueles quadros antigos do partido, eu me lembro do Macena, o nome.... Dos outros, eu não lembro. Além do Macena tinham alguns outros, e eles tinham tido um comportamento exemplar, eles.... Na tortura, a gente não aceitava a autoridade do torturador. A gente ficava: “Pô, como é capaz...” Eles nem eram muito jovens, eles tinham 50 e poucos anos naquela época. Eles foram, assim, eu gostei de entender melhor isso, porque ao mesmo tempo, por exemplo, o Lungaretti, o Lungaretti era um companheiro que ficou preso comigo no Rio, ele foi, ele caiu e foi chamado várias vezes, ele, uma vez entrou

na cela, eu estava conversando... “O Lungaretti está totalmente regredido, sabe? ” Ele, a simples dimensão de choque elétrico, ele começava a chorar, parecia uma criancinha, entende? Então, hoje, isso é uma questão que eu acho que devia ser pensada. O psiquismo dele foi destruído”.

“... na PE, tinha a sala de tortura, aí tinha.... Tinha um pequeno corredor e ficavam algumas solitárias. Isso lá em baixo, no primeiro andar. E, quando eu fui preso, as celas estavam todas ocupadas e aí me jogaram no corredor, tinham mais uns dois no corredor também. E, em frente à cela, tinha uma mulher, da VPR, que eu não sei o nome, eu fiquei impressionado com a altivez dela, sabe? Eu fiquei: “Nossa, como que essa mulher consegue? ” Sabe? Porque eu não conseguia imaginar, ela... A capacidade de resistência. E, eu reparei que muitas mulheres, às vezes. Resistiam mais que os homens, ficavam, assim... Meu Deus, se eu fosse torturado 13 dias, eu teria enlouquecido, tomando choque 13 dias. E, elas resistiram 13 dias, não é? Eu acho que as mulheres tiveram, sei lá, eu me lembro que na época eu fazia essa observação, muitas mulheres resistiram mais que os homens, por incrível que pareça”.

6.5.4 A terceira prisão

“A terceira prisão, que foi uma coisa, assim, mais louca possível, porque eu não estava atuando, eu morava em Santa Tereza, no Rio, tinha um apartamento lá e um belo dia toca a campainha, eu vou abrir, e eu tinha um companheiro, eu abri a portinhola, assim, para ver quem era, e..., Mas, eu não vi a expressão deles. Era o Zé Maria.... Aí, eu: “O que é, Zé Maria? ” Aí, eu senti que tinha alguma coisa de estranho, logo apareceram dois policiais atrás dele, “abre, abre...” Eu falei que eu não ia abrir se eles não se identificassem, o cara se identificou, eu não tive outra coisa, a não ser abrir a porta, eles invadiram a minha casa e, assim, aí teve um... Aí, invadiram, aí começaram a revistar tudo. Eu não estava mais atuando, não tinha mais envolvimento com nada ... Bom, para resumir, eu vim descobrir, eu tinha permitido que uma companheira, ela estava.... Tinha perdido o emprego, estava sem, aí foi ficar por um período lá em casa, não é? E, ela tinha uma relação, assim, meio que eventual com o MEP, Movimento de Emancipação do Proletariado. Essa minha prisão caiu exatamente na noite em que houve uma ofensiva contra esse MEP, e todo ele estava lá em Santa Tereza. Então, eles devem, eu imagino isso, realmente, até hoje, não dá para

entender essa terceira prisão, mas que eles acharam que eu deveria ter também algum envolvimento com esse MEP. Bom, eles invadiram o apartamento e começaram a revistar, viraram tudo de cabeça para baixo e ficaram lá esperando essa minha amiga chegar. Quando ela chegou, aconteceu... O apartamento era no segundo andar, ela viu dois policiais na varanda, que tinham, achou estranho e chamou o meu nome lá de baixo. Aí, os policiais disseram: "Olha, vai correndo lá e manda ela subir." Eu, antigamente, quando você abria um ponto e queria dar outro... Fazer com que o outro percebesse alguma coisa, você fazia alguma cara de louco. Eu fiz uma cara de louco, arregalei o olho, fiz uma... E, ela não entendia. Ficaram dois policiais debaixo, assim, escondidos na sacada, apontando o revólver para mim, me dizendo para... "Manda ela subir, manda ela subir". Eu fiquei fazendo a cara, foi um momento horrível, ela não entendia. Eu falei: "Neuza, já era." Quando eu falei: "Já era," eles levantaram, apontaram a arma para ela, aí ela teve uma reação que os surpreendeu, ela nem correu. Ela saiu devagarinho para o carro, que o carro que trouxe ela estava esperando, e o cara: "Para, para..." E, ela conseguiu entrar. Quando ela entrou, os caras atiraram, felizmente não pegou nela, ela conseguiu escapar. Aí, eles me levaram, me espancaram ali no elevador, começaram... Aí, me levaram. Primeiro, me levaram, eles não me puseram... Essa já era a época do capuz, na minha primeira prisão, não tinha capuz. Mas, não me puseram capuz ali, eu não sei porque, eu fui numa Veraneio e percebi que eles me levaram para a base do Galeão. Do Galeão, não, base da aeronáutica, ali no Santos Dumont, do Rio. Mas, nem chegamos a entrar, ficamos na porta, e dali eu fui mandado para o DOPS. Aí, o DOPS já era outra lógica, não era mais aquilo que contei antes. Me puseram em uma cela terrível, chamada ratão, que era um quadrado minúsculo, com um colchãozinho, e aí ficaram querendo que eu dissesse onde essa minha companheira estava, eu disse que não sabia e realmente não sabia. Então, bom, aí me mandaram para a PE de novo, e aí foi um horror o que eu passei, realmente. Eles não chegaram a me espancar, como da outra vez, não me.... Eu não tomei esse choque elétrico de tomada, eles só.... Eles me puseram um capuz, logo que eu estava para sair do camburão me enfiaram um capuz, com o capuz realmente você não vê nada, porque é comprido, tem uma frestinha aqui debaixo. E, por exemplo, logo depois que eles puseram o capuz, eles começaram a me sacanear. Eu senti por duas vezes, eu tive a impressão, essa é uma suposição minha, que eles me tocaram com um bastão que dava choque, mas era um choque bobo. Mas, eu levei um susto. Mas, ficaram, assim, me sacaneando com isso, de abaixa, passa debaixo, vai rastejando... de humilhação. Aí, me puseram numa coisa que é chamada cela de som, eu não sei se.... As pessoas falam cela de som, geladeira. E aí, me puseram com o capuz, aí acontece o seguinte, na segunda prisão, eu fiquei no REI, no Regimento Escola, depois eu fui para o Regimento Floreano, aí depois eu fui mandado de

novo para o REI, foi uma outra fase do REI, do Regimento Escolar, da prisão no REI. Nessa outra fase, o menininho, o César Queiroz Benjamin, foi mandado para lá. O menininho era isolado o tempo todo, ele não tinha contato com ninguém, em todo o período de prisão dele, ele ficou isolado. Ele ficou no Rio, mas ficou numa cela isolada. Mas, ficava em frente a nossa, era a nossa, que era o Maracanã, que a gente chama, tinha um corredor e tinha logo a cela dele. E, ele tinha falado que ele tinha ficado na geladeira, na cela de som e na cela de som dele, a parede dava choque. E, eu fiquei com aquilo na cabeça. Então, quando me puseram na cela de som, nossa, eu tive um surto catatônico, sabe? Eu fiquei, olha, eu calculo que eu tenho ficado na cela de som umas 10 horas. Eu acho que mais da metade desse tempo, eu congelei em uma posição e não saí dela, sabe? Foi uma coisa horrível. Foi uma das experiências mais assustadoras, porque eu tinha um medo, um pânico que as paredes dessem choque. E, como eu estava de capuz, e mesmo se eu não estivesse, a sala de som.... Depois eles me tiraram o capuz e acenderam a luz, eu vi como era, ela era um quadrado um pouco maior que a minha envergadura, quer dizer, deve ter, talvez, uns dois metros, no máximo, de elcatex, furadinho, aquele elcatex, furadinho preto, tudo preto. E, num canto, assim, tem o ar condicionado, porque eles felizmente não ligaram, eu tive a sorte de não ter o frio. Mas, tinha um som que parece uma sirene, sabe? É um som assustador, sabe? É uma coisa.... Não dá para você tapar, não dá.... É um som... E, eu, não sei se por paranoia minha, eu associava o som a frases. Por exemplo, se você chegar e falar: “É o choque...” E repetir essa frase, “é o choque, ” fica... “É o choque, é o choque...” Então, eu ficava ouvindo coisas. Eu não sei se era uma paranoia, ou se era uma coisa que eles faziam de propósito. Eles pegavam uma frase assim, “é o choque”, e repetiam o som, de modo que aquele som acabava... Porque eu ouvia assim: “É o choque... O choque é agora, é agora... É agora...” E a coisa ia crescendo... “É agora...” Nossa, foi... Realmente, assim, eu não sei o que foi pior, porque realmente eu não tomei choque, a parede não dava choque, era uma fantasia que eu fiz por conta dessa história que o menininho falou. Pelo menos, nessa sala de som não dava. Mas, eu fiquei, assim, eu não sei estipular o tempo, mas eu fiquei um enorme tempo catatônico. Catatônico, assim, no aparelho, eu congelei na minha posição e não me... Bom, aí depois que eles desligaram o som, aí me mandaram virar, “vira aí de costas, ” era virar de costas para a porta, aí entrou um cara, abriu a porta, tirou o meu capuz, aí depois fechou de novo a porta, aí alguém ficou... Ele devia ter uma câmera que te via, te observava e o cara ficou por lá me sacaneando, falando abobrinha. Agora, o curioso é que eu não tinha envolvimento nenhum, sabe? Isso.... Essa fase foi, assim, uma sacanagem quase que inexplicável, quer dizer, eu associo isso. Eles, na verdade, o meu apartamento nem era mais um aparelho, era um apartamento normal, em Santa Tereza, e eles encontraram alguns jornais do MEP, que nem eram meus, eu nem sabia que essa

minha amiga tinha esses jornais do MEP, mas foi o máximo que eles encontraram. Ela deveria ser uma simpatizante, deveria ter um contato com algum quadro do MEP, repassava alguns jornais. Mas, ela não tinha também nenhuma atuação. Mas, mesmo isso não justificava me prenderem. Também é isso. A minha vida, eu não consegui mais voltar para o apartamento, foi um.... Aí, essa terceira foi uma semana de prisão.... Foi em, talvez, 78, sei mais ou menos, porque meu filho já tinha nascido.... Foi um trauma bem grande, eu fiquei muito, assim, essa experiência com a sala de som foi horrível também. Essa experiência catatônica... O catatônico, eu não sei se você sabe, é um tipo de esquizofrenia, eu fiquei paralisado”.

6.5.5 As relações familiares

“A minha família, assim, eles ficaram bem abalados. Eles não... Eles... Era de outra época, eles não entendiam. Assim, quando eu comecei a compreender o marxismo, para mim, foi como se acendesse uma luz, parece que, assim, as coisas começam a se encaixar, você começa a entender tudo. Então, eu fui uma figura extremamente empolgada, quer dizer, à época, aquela época que a gente viveu, é também difícil você passar para as novas gerações.... Que era uma época de grande ascensão de massas, era uma época de uma efervescência nas camadas leves da população e na sociedade em geral, como nunca mais se viu, sabe? E, não só, quer dizer, a revolução cubana havia sido vitoriosa e isso teve um impacto muito grande, quer dizer, já dizem os grandes historiadores que a revolução produz órgãos revolucionários que se espalham. Aquilo era uma coisa... Aquilo que aconteceu em Cuba foi impressionante. Hoje, o tempo passou e tal, mas naquela época, poxa, um grupo.... Vocês conhecem a história. E, tinha também a guerra no Vietnã, que também era outra coisa absolutamente impressionante, porque todo dia você abria os jornais e a manchete era sobre a guerra no Vietnã, e era uma coisa extraordinária o que o Vietcong fazia. Então, nós vivemos aquele clima, a gente não poderia.... Então, eu era uma pessoa, como todos naquela época, muito empolgada com a possibilidade da gente criar um mundo novo, de justiça social. E, a minha família, não, era de outra... Era um outro tipo de pessoas, eles nunca conseguiram entender nada disso. Foi.... Eu nem saberia dizer como... O tamanho desse choque, mas eu sei que deve ter sido uma frustração para eles. Eles, com certeza, queriam que o filho deles fosse outra coisa, fosse outro tipo...”.

Em entrevista à Comissão Nacional da Verdade, Leonardo de Azeredo conta que na época que ocorreram as prisões, mantinha um relacionamento com uma mulher, a quem se refere como “Tup”, que também foi presa e torturada pelo regime.

“A Tup foi presa um pouco antes de eu cair, logo depois do sequestro americano. E, assim, ela era uma menina de 18 anos, sabe? Ela tinha 18 anos de idade, imagina. E, ela foi bem torturada. Ela realmente ficou traumatizadíssima com o que fizeram com ela. Tomou choque elétrico, tomou... E, quando ela saiu da cadeia, nessa época, logo depois ela foi solta, ela estava morrendo de medo, não quis mais retomar o contato com a organização, entende? E... Mas, é muito curioso isso, porque ela resolveu, mesmo assim, conviver comigo, sabendo que eu estava clandestino e que isso poderia ter implicações. Inclusive, eu era.... É uma coisa muito curiosa. Eu, no meu processo de tortura, a única hora que eu me senti superior ao torturador, ao Valter Jacarandá, que tomava, que comandava a tortura, foi quando ele disse: “Você vai entregar a tua mulher agora. ” “Seu filha da puta, eu não vou entregar. ” Eu realmente não, eu senti dentro de mim que eu não ia fazer isso. Emocionalmente eu ia me sentir muito.... Eu não sei se eu.... Se continuasse o processo de tortura, eu iria aguentar não falar, mas àquela hora eu não falaria nunca”.

6.5.6 Liberdade

Leonardo relata ainda que, após sua liberdade da segunda prisão, não manteve mais nenhum tipo de envolvimento político e que foi tentar reconstruir sua vida, voltando a estudar e arrumando um emprego e que após sua terceira e última prisão resolveu seguir a carreira de fotógrafo, uma de suas maiores paixões, pela qual se realizou profissionalmente ao longo dos anos.

“Após a prisão a gente cria um vácuo político, sabe? A luta dentro da cadeia era uma luta ideológica, não política, vamos dizer assim, era uma luta para que você não virar um traidor e nem ir para a televisão. A gente perdeu o contato com a luta política, quando a gente saiu, quando eu saí, eu fiquei espantado, alguns companheiros que eu admirava tinham entrado para o partido. Eu disse: “Meu Deus...” E, eu meio que abominava o partido. O partido era reformista, não é? Uma... E, então, a gente, assim, por um lado isso, eu tinha me perdido

politicamente, eu não entendia mais. Além do que, as organizações tinham acabado, não havia mais nada. E, por outro lado, eu me sentia incapaz, assim, é isso o que eu falei, eu não teria mais coragem de assumir, eu não me sentia mais com forças de assumir essas responsabilidades. Naquela época, eu realmente não me sentia.... Realmente, era uma fraqueza minha, mas eu me sinto muito desarticulado, poxa, aquela é muito.... Realmente, aquilo me apavorou mesmo, sabe? É isso o que eu falo, eu, realmente, vejo essas pessoas que passaram períodos enormes, 13 dias, uma semana, eu não entendo como, porque o choque elétrico que eu tomei foi horrível, foi choque elétrico de tomada, se bem que o de tomada é mais forte que o de magneto, não é? Mas, é uma sensação realmente indescritível mesmo, não sabia... E, eu fiquei muito apavorado. E eu, assim, eu tive uma paixão muito grande, que era fotografia, sempre tive, e eu acabei me dedicando a isso, sabe? Levei muito a sério.... Me envolvi seriamente com isso, com fotografia, eu passei... A minha grande paixão na vida virou isso, e eu me dediquei a isso, praticamente a minha vida toda. Só agora, há pouco tempo, que eu me mudei lá para Mauá, que eu parei de fotografar... Depois que eu fui solto, lá na Ilha das Flores, eu voltei para a escola, para o curso de Sociologia. Eu fui trabalhar. Na época, a gente tinha que arrumar qualquer emprego, porque eles tinham uma preocupação em averiguar se você era recuperável, então, você tinha de ter um emprego. Então, o emprego mais imediato era vendedor de livro, eu fui ser vendedor de livro. Vender enciclopédia britânica, vender.... Aí, depois eu fui trabalhar como repórter, na revista Pais e Filhos. Aí, quando eu fui preso de novo, quando eu fui a julgamento e fui condenado a três anos e me mandaram para Ilha Grande, eu estava trabalhando como repórter, freelancer, mas escrevia matérias para a Pais e Filhos. E aí, eu fui preso por sete meses, fiquei sete meses na Ilha Grande, aí fui solto. Aí, quando eu fui solto, que eu.... Aí, eu comecei já a trabalhar como fotógrafo, num concurso, lá na Block. Inclusive, foi uma coisa super curiosa, eu fiz um concurso e passei no concurso e comecei a trabalhar lá, e uma coisa super curiosa é que, assim, no terceiro ou quarto dia que eu entro na Block, está lá o Valter Jacarandá no saguão, um torturador. Eu cheguei: "Meu Deus. " Inclusive, eu não consegui ficar na Block, porque a Block era uma empresa bastante reacionária. Os caras eram.... Não só o reacionarismo político mesmo, mas eu realmente não me adaptei aquilo. Eles eram bem estranhos, assim, tipo falta de respeito, eu acabei saindo de lá em pouco tempo".

6.6 Quem é Darci Toshiko Miyaki

Figura 7 - Ditadura Civil-Militar: Marcas ainda registradas nas memórias de Darci Toshiko Miyaki



Fonte: MEMORIAL DA RESISTENCIA. Disponível em: <http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=entrevistados&idEntrevista=78&idEntrevistado=137&mn=56>. Acesso em: 06 jul. 2018.

Segundo dados do Memorial da resistência, Darci Toshiko Miyaki nasceu no dia 3 de julho de 1945 em Araçatuba, cidade do interior de São Paulo. No ano de 1967, entrou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), onde completou o curso, obtendo o título de advogada. Foi nesse período que se envolveu com questões políticas e sociais, envolvendo-se com um grupo de estudantes que atuavam junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com a

dissidência do Partido, Toshiko se uniu à formação do Agrupamento Comunista, que em seguida, deu origem à Ação Libertadora Nacional (ALN).

Segundo Memorial da Resistência, no ano de 1969, Toshiko realizou treinamento militar em Cuba e foi a primeira brasileira a ir para a Coreia do Norte, onde também realizou treinamento. Porém, tornou-se clandestina e retornou ao Brasil em 1970, vivendo nessa situação como integrante estratégica da ALN. Foi presa no dia 25 de janeiro de 1972, na cidade do Rio de Janeiro, pelo DOI-Codi. Após três dias, foi transferida para o DOI-Codi de São Paulo, permanecendo sequestrada por 7 meses. Após a formalização da prisão, foi para o Presídio Tiradentes e também para o Presídio do Hipódromo, totalizando um ano e meio de prisão.

“Eu era militante da ALN, Ação Libertadora Nacional. Ingressei antes era da Juventude Comunista.... Eu fui presidente da Cruzada Eucarística Infantil, foi de onde comecei, era um trabalho na Favela do Vergueiro, naquele tempo existia uma favela imensa, que era aqui na rua Vergueiro, perto da Lins de Vasconcelos. Era enorme! É até interessante, não é? Porque eu comecei esse trabalho por ajuda e orientação do pai de uma colega minha. Esse pai, esse senhor, na verdade ele participou da Guerra Civil Espanhola, não é? Anarquista. E foi, assim, a pessoa que me inspirava, era muito mais do que inspiração! Ele aguçava minha curiosidade, sabe? Ele não dizia assim: “Não é isso! Não, então...! ”. Por exemplo, de repente ele falava assim...eu era garotinha. – “Você sabe da teoria da evolução? ”. Eu ficava olhando para ele, sabe? “Não! ”. Aí eu ia para a biblioteca. Lia. Na semana seguinte, quando eu encontrava com ele: “Então, é dessa forma? ”. E a outra coisa também. Ele narrando...em primeiro lugar, a situação, o Franquismo, a ditadura do Franco, não é? E depois narrando o sofrimento que foi a Guerra Civil Espanhola. Então isso tudo foi me formando, não é? E o interessante é que ele tinha três filhas, não é? Duas filhas foram ser freiras. Olha que interessante! Mas, não é o que interessa. Então, por orientação dele, eu pedi para a mãe, para a mãe Prefeita, se poderíamos começar um trabalho na...lá na favela. Esse trabalho, o que que seria inicialmente? Dar noções de higiene. Naquele tempo não era bem violência contra a mulher, mas o respeito familiar. E assim, uma série de coisas, a alfabetização também! Só que tinha uma contrapartida...ah, e levávamos mantimentos também! Só que as freiras, elas queriam que, em contrapartida, as pessoas da favela assistissem missa. Então inicialmente a gente aceitou, porque era a única forma, sabe? Mas, gradualmente a gente foi eliminando essa obrigatoriedade. E eu só estou

contando isso porque, depois, tiveram companheiras da ALN que estudaram no Maria Imaculada e foram fazer esse trabalho na favela. Então esse trabalho iniciado na favela serviu quase que como uma politização...Uma coisa assim tão...que poderia parecer que não tinha nexos ou relação, mas teve! Só um preâmbulo. Então era da ALN e tal...e em novembro de 68 já tinha participado do Movimento Estudantil, a tomada da Faculdade do Largo do São Francisco...”.⁸

6.6.1 A ida para Cuba

Em relato dado à Comissão Nacional da Verdade, Darci conta como foi sua ida e experiência em Cuba, uma vez foi obrigada a sair do Brasil na tentativa de não ser presa e também para realizar um treinamento militar.

“Em novembro de 68, em uma das reuniões, o Marighella me disse que eu deveria ir para Cuba. Já estava sendo procurada, não é? Eu estava, na ALN...E deveria ir fazer um treinamento militar. Tudo bem! Aliás, isso foi final de outubro. Aí no início de novembro de 68 já viajei para Cuba. Fiquei...bom, entre...é que no meio tempo eu fui para a Coreia do Norte, mas, no total, vamos dizer assim: uns dois anos. Fizemos esse treinamento militar tal, não é? Aí morreu o Marighella. E quando morre o Marighella, o Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, ele estava indo para a Coreia do Norte, aí eu não me lembro se foi em Roma ou em Paris, eu tenho impressão que foi em Paris, porque ele estava com o Aloysio Nunes, que hoje é senador, eles ficaram sabendo do assassinato do Marighella. O Toledo, ele desvia o caminho, ele não vai para a Coreia e vai para Cuba, onde nós estávamos treinando...o nosso grupo, eu acredito que éramos...é que uma época nós estávamos em 25 pessoas, outra época em 28, outra época em 30, não é? No meu grupo, nós éramos duas mulheres, eu e Maria Amélia Araújo. Aliás, uma companheira assim...de um valor, de uma formação assim... Bom, mas voltando. Então o Toledo acha melhor ir para Cuba, inclusive porque, com esses vários grupos de brasileiros e com o assassinato do Marighella... evidente que, para nós, foi um choque e ficamos extremamente, e ele sabia também que...o nosso grupo, em especial, nós tínhamos a concepção de que a Revolução Brasileira deveria ser feita somente pelos brasileiros, sem a vinda de nenhum estrangeiro, não é? Evidentemente, aceitando a solidariedade, o apoio, de todo e qualquer país que quisesse. Então nós

⁸ Darci Toshiko em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade no dia 13/06/2013.

estávamos nesse conflito, da nossa posição em relação a que somente os brasileiros deveriam participar, porque nós conhecíamos mais ou menos a nossa realidade e não podíamos permitir também que a ditadura usasse a presença de estrangeiros na ALN. Então o Toledo, sabedor disso, ele vai para Cuba. E tivemos encontros com ele, discutindo essa problemática. Discutindo problemas de liderança, não é? Com a morte do Marighella e evidente, que ele deveria ser o dirigente máximo da Organização. Não era unânime! Mas era maioria. Então o Toledo vai para Cuba, tudo bem...depois de algum tempo ele manda um comunicado dizendo que eu deveria ir para a Coreia do Norte, representando a ALN, e daí com uma série de tarefas! Estreitar relações, conseguir o apoio político... E fiz um treinamento militar sim. Fui sozinha! Sozinha”.

6.6.2 A ida para a Coreia do Norte

“Fui muito bem recebida. E até foi interessante, né? Porque nós nos comunicávamos em japonês. Falávamos em Espanhol e Japonês, Voltei da Coreia, voltei para Cuba. De Cuba saí já para voltar para o Brasil. Então passei pela Europa e depois Chile. Estava completamente clandestina para voltar para o Brasil. Já tinham cartazes, assim: “Terrorista, procurada viva ou morta! ”. E a gente ria muito disso, né? Aí nós, digo nós porque, ao sair do Chile em direção ao Brasil, nós fomos direto...nós, eu e mais dois companheiros. É....Ricardo Apgaua.... Aí o outro eu não sei. Eu sei que os codinomes, nome de guerra, eram Fernandes e Garcia. O Fernandes era o Ricardo! E o Garcia...talvez eu lembre o nome dele... Então nós estávamos em Buenos Aires e eles acharam que estávamos sendo seguidos. Eu acho isso um fato muito, muito importante! E os dois acharam, né? Eu achava que não! Então nós fizemos uma reunião, votamos e eu fui voto vencido! E daí eu passei a observar e comecei a achar que eles tinham razão, mas eu não sabia, com toda franqueza, se foi influência ou se realmente sugestionaram, daí resolvemos que tínhamos que sair de Buenos Aires. E não tínhamos esquema para retornar. Eu não me lembro, eu sei que nós fizemos umas loucuras, acabamos em Montevideú. Em Montevideú nós entramos em um partido político, para pedir ajuda. ”.

Após essa declaração, Darci relata, em mesma entrevista, que conseguiu voltar para o Brasil e logo depois foi presa, momento ao qual afirma ter sido sequestrada, em Guanabara, no Rio de Janeiro.

6.6.3 A prisão

“Eu atuava em quadro da ALN, eu atuava em São Paulo e no Rio de Janeiro. E era encarregada do setor de inteligência e informações da ALN. Era um setor que se preocupava o aspecto estratégico, que a nossa visão era de guerrilha rural. E com a visão tática! Em função dessas tarefas, eu saí de São Paulo no dia 24 de janeiro de 1972. E fui. Peguei o trem das 23h! Verdade! O trem das 23h, na Estação da Luz, e fui para o Rio de Janeiro. Aonde eu cheguei às 8 horas da manhã. Meio dia eu ia cobrir o primeiro ponto do Rio de Janeiro. Na rua Rainha Guilhermina...não me lembro do número. Fui a esse ponto, então era meio dia e dois e eu já comecei a sair do ponto. Então eu me vi agarrada! Fui presa nesse ponto! Fui agarrada e eu gritei: “Estou sendo sequestrada! ”. Quando eles me agarram, já tiraram minha bolsa e me revistaram! Eu não estava armada.... No momento em que eles me pegaram, eu estava desarmada. Jogaram-me dentro de um Opala branco. E lá já me puseram capuz, já começaram a me dar pontapés e socos. Não sei para onde me levaram! Quando chegamos nesse local que eu não sabia onde era, porque estava com capuz. Eu tenho a impressão que...é impressão, sabe? Mas eu tenho assim...eu tenho a impressão que eu subi dois degraus. Mas não tenho certeza. E passei por um corredor. Nesse corredor tinha um monte de homens. Aí era soco...era o corredor polonês, né? Soco, pontapé...conforme eu caía, eles me puxavam pelo cabelo, me levantava...pelos cabelos. E davam aqueles telefones, né? Que eram...as mãos em concha no ouvido. Em seguida me levaram para a sala de interrogatórios, me tiraram a roupa toda.... Não. Eu tirei. Mandaram-me tirar: “Tira a roupa! ”... E lá já comecei a levar choques...ouvido.... Na vagina! E...o que para nós mulheres...é...é terrível, não é? Até falei sobre isso no meu julgamento da Comissão da Anistia porque...pelo menos na minha geração, eu acredito que mesmo hoje, o nosso corpo é alguma coisa muito precioso! Sabe? Então de repente eles me tiram, me mandaram tirar a roupa toda, de repente eles te introduzem aquela mão imunda, sabe? E estava suja mesmo! Porque estava suja com o meu sangue...estava suja com minha urina, minhas fezes, com a sujeira deles. Então eles te enfiam aqueles dedos com....para te dar choque com aqueles fios, sabe? Então é uma violência assim...é muito grande, é terrível, sabe? Talvez eles usem isso, até como uma forma de...de nos....de desestruturar as mulheres! ”

6.6.4 A mentira e a lealdade

Darci revela, em entrevista, que sempre se preparou para enfrentar a morte, a prisão, possíveis torturas, e inclusive sempre criou estratégias para ser fiel a si mesmo e a todos seus companheiros.

“Teve um dia que eles queriam saber quem eu era. Eu falava: “Meu nome da carteira profissional. Eu fiquei umas quatro, cinco horas assim, e sendo torturada, sabe? Aí...eles mostraram minha foto: “Quem é? “. “Não sei! “. “Quem é? “. “Não sei! “. Aí...acabei falando meu nome! Falei: “Não, eu sou a Darci! “. E nesse momento...ou esse momento foi muito terrível para mim, intimamente! Porque eu senti o meu limite humano. Aí, o que eles queriam? Inicialmente, meu nome. Queriam pontos! Principalmente um ponto de entrada no aparelho, onde eu ia dormir, que geralmente eu dormia uma noite no Rio, Guanabara. E queriam meu aparelho em São Paulo. Então...é...estava sendo torturada, torturada, torturada, aí eu dei um ponto falso.... Eu já tinha, mais ou menos, preparado na cabeça. A gente estava preparada, você entendeu? Inclusive porque a repressão tinha conhecimento de áreas que nós não frequentávamos. Então eu dei um ponto falso. Fui levada para esse ponto, claro, não apareceu ninguém. Voltei e a tortura foi muito pior. Mas aí eu aprendi uma coisa: que enquanto você era levado e voltava, você respirava. Você não estava sendo torturado, então inventei um monte, vários no Rio de Janeiro! Principalmente...o que eles mais queriam era esse ponto da noite, não é? E...outra coisa...pelas minhas características físicas, eles sabiam que eu não marcaria ponto na Zona Norte do Rio, sempre na...porque eu passava por turista. E o ponto da noite, eu não sabia se eles tinham conhecimento ou não. Mas eu dei na Zona Norte. Só que, evidente, não caiu ninguém”.

“Eu achava que eu estava muito bem preparada para qualquer coisa... eu pensava assim. Eu acho que aí entrava vários fatores. Talvez a minha própria origem. Tá. Você pode dizer: “Isso é besteira! “. Eu não acho besteira. Porque desde criança eu fui criada assim com...é...uma noção assim de...lealdade de...sabe? Eu assistia assim pequenininha. Eu assistia àqueles filmes de samurais, sabe? Em que eles tinham que morrer! ”

“Outra coisa também...realmente pode parecer muita idiotice. Eu fui interna em colégio de freiras... Então, também tem aquele espírito de fé, lealdade e sacrifício. E martírio. Então eu fui para o colégio interno com sete anos. Maravilhoso o colégio, aula de piano, aula de...mas levantava às cinco e meia da manhã! Bom, então...eu tinha certeza que eu estava preparada. Então...tanto que...eles queriam saber meu nome! Eu falava meu nome da

carteira de identidade. Eu usei vários. Usei Marta, usei Cristina...eu usei carteira de identidade com Luciana Sayori Shin, eu usei...passaporte com....sei lá, esqueci o nome”.

6.6.5 A saída da prisão

Darci conta que quando saiu da prisão foi um momento muito difícil, pois não teve o suporte de sua família, e devido a toda sua criação, teve que retomar a vida de forma independente.

“Veja só, meu pai era um burguês! Por um lado, ele era muito racista, uma série de...capitalista. Por outro, ele te respeitava. Só que você tinha que arcar com as consequências! Então eu falava assim: “Pai, eu quero fazer isso! ”. Tá! “Papai é contra. Você quer fazer, você faz! Só que depois você aguenta. Tá bom? ”. “Tá bom! ”. E tinha que aguentar. Tanto que quando meu pai foi me visitar na prisão, eu vi o estado dele. Depois da segunda visita, terceira, não sei...eu falei: “Pai, é muito difícil para o senhor vir aqui? ”. “É! ”. Eu falei: “Tudo bem, pai, não precisa vir! Eu escolhi. O senhor não! ”. O meu pai não foi mais. Quando eu saio da cadeia, eu saio assim sem...eu fui morar numa vaga de...quer dizer a primeira...eu não tinha um tostão! Não tinha roupa..., nunca pedi um tostão para o meu pai. Porque foi uma opção minha! Então eu tinha que ser coerente. E meu pai também era muito rígido. Não, eu não tiro a razão dele! Eu fiquei uma semana na casa de uma companheira que saiu na mesma época, né? E depois, nessa semana, eu fiquei procurando algum trabalho, só que não conseguia nada! Nada, nada, nada! Eles queriam atestado e fisicamente eu estava arrebitada.... Aí eu fui morar em uma vaga de uma pensão. O meu pai foi me visitar nessa vaga, ele me deu um dinheiro. Que eu pude pagar o primeiro mês dessa vaga. Eu usava um tamanco deste tamanho, porque no quarto eram beliches e tinham várias prostitutas e só tinha um banheiro. Eu acho que eram quatro, oito...acho que tinham umas doze mulheres nessa pensão. E tinha mais uma companheira que foi morar aí também, que saiu junto. E para tomar banho, eu estava com a imunidade baixa. Aí eu comprei um tamanco de madeira dessa altura para tomar banho”.

6.6.6 A busca por justiça

Darci conta que buscou por justiça e foi atrás de seus direitos apenas em 2010, quando entrou com a Anistia. Relata que sua prisão foi noticiada no exterior, uma vez que contou com muita solidariedade, tanto de intelectuais na Europa quanto na América Latina. Porém, não sabe afirmar quem havia denunciado sua prisão no exterior.

“Não sei quem denunciou, E....isso eu sei, desses...Pablo Neruda, a tal da Simone de Beauvoir, Sartre e tal. Eu sei porque...o Ustra um dia chegou para mim... E falou assim...“Você... eu sei que vocês têm esquemas de se comunicar, então fala para eles pararem de escrever porque estão me dando no saco! ”. Literalmente. Ou “Estão enchendo-me o saco! ”. Eu até gostaria de achar alguma dessas cartas, sabe? Então eu busquei por justiça, pedindo requerimento na Comissão da Anistia mais ou menos três, quatro anos atrás e eu fui julgada no Dia Internacional das Mulheres de 2012”.

Quando questionada sobre o que o Estado brasileiro pode fazer em relação às violações que ela sofreu durante a ditadura-civil militar, Darci responde:

“Eu acho que todas essas pessoas que eu cito devem ser investigadas. Claro! Como advogada eu sei que há... são três poderes, tá, mas, eu acho que, da mesma forma que a Comissão de Anistia foi uma alavanca, porque realmente foi...eu tinha o maior preconceito em relação à Comissão de Anistia, tá? E comecei a acompanhar caravanas. Comprando passagem de avião, pagando hotel, porque eu criticava! Eu falei: “Já que eu critico eu tenho que ver! ”. O movimento a essas caravanas, o trabalho realizado, sabe? Foi um trabalho de conscientização que eu acho que foi... germinou a Comissão Nacional. Além da Comissão de Anistia, você também tem que dar crédito aos comitês da memória e verdade, sabe? eu sei que eles não podem punir! Eles são do Executivo! Mas eles podem instrumentalizar. Eu acho que eles têm condições de fazer uma mobilização popular, usando televisão... usando... pô! O governo faz... é o maior acionista da Globo, em termos de publicidade! A Globo, de toda a mídia... entendeu? E não tira proveito disso! O Estado brasileiro deve, não importa quanto leve, de preferência o quanto antes, devem punir os torturadores, os analistas da equipe de inteligência e as equipes de busca. Não se deve com.... ah! Além disso, os mandantes, você entendeu? Quer dizer, está comprovado que os presidentes da

ditadura sabiam e determinaram que se fizesse isso tudo, já morreram, mas tem o escalão seguinte. Os que sobraram. Devem, sim, ser punidos! Eu não tenho...como eu sempre disse, o meu sentimento não é de vingança, não. Não é de revanche. Mas eu sou uma prova viva de como os direitos humanos foram pisoteados nesse país, sabe? Sofri crimes terríveis! Eu sofro até hoje! Gente, eu estou com 67 anos. Mês que vem eu estou com 68 anos, sabe? E sofro ainda! E quantos...e quantos não chegam nem perto de nenhuma comissão! ”

7 O QUE ESTÁ POR TRÁS DESSAS MEMÓRIAS

A primeira discussão que apresentarei trata-se da análise de um dos dados que responde a um dos objetivos que pretendia investigar no início do presente estudo, isto é, o de pesquisar se a memória de um passado de intensas agitações políticas, econômicas e sociais influenciou de alguma forma, a vida dos militantes da época, que hoje são idosos. Com as leituras dos depoimentos selecionados, pode-se perceber claramente, em vários momentos, o quanto as prisões, torturas e traumas do período da ditadura civil-militar impactaram a vida pessoal, emocional e refletiram em muitas das escolhas sociais, políticas e pessoais desses indivíduos nos dias de hoje.

A segunda discussão, a qual me proponho a realizar, refere-se à importância do resgate das memórias desses idosos, bem como dar voz a esses indivíduos, que muitas vezes são ignorados e marginalizados pela sociedade.

7.1 O perfil dos idosos selecionados

Como já foi discutido anteriormente, Halbwachs (1990), defende a abordagem de que memória e conhecimentos sociais possuem total importância para a reconstrução do passado. Assim sendo, ao exemplificar sobre a memória do nosso primeiro dia de aula, o autor afirma que sabemos que ele existiu, porém temos conhecimento desse momento pela memória de outra pessoa. Dessa forma, é importante conhecermos o perfil dos idosos aqui citados, já que estamos construindo memórias por diferentes pessoas, uma vez que a análise do perfil de cada uma delas é fundamental para a compreensão dos resultados e até mesmo dos discursos que foram apresentados.

No estudo de Sá et al (2009), foi realizada uma pesquisa sobre a memória de representações sociais do Regime Militar na cidade do Rio de Janeiro, por meio de análise sobre a percepção de duzentos adultos que vivenciaram esse período

quando eram jovens, 202 idosos, que o vivenciaram já adultos, e 432 jovens, que não chegaram a testemunhá-lo. Nessa investigação foi possível perceber que os resultados foram distintos, principalmente devido às diversas orientações políticas e aos diferentes níveis de escolaridade. Entre o grupo de idosos, muitos se lembraram da ditadura como uma época boa, mas isso se explica pela orientação política e também nível de escolaridade. Segundo as autoras: “A “época boa”, que marca uma estranha cisão na memória dos idosos, deve nitidamente sua centralidade apenas aos sujeitos de direita e sem orientação política e aos sujeitos de nível fundamental” (SÁ et al., 2009, p. 170).

Ao contrário do exemplo dado anteriormente, o grupo de idosos selecionados para a presente pesquisa, não possuía, na época e ainda hoje, orientação política de direita, pelo contrário todos, sem exceção, são considerados esquerdistas, por isso foram presos e torturados. Quanto ao nível de escolaridade há uma grande heterogeneidade como veremos a seguir.

Foi possível analisar que muitos idosos como é o caso de Crimeia, Darcy, Eleonora e Leonardo tiveram grandes oportunidades em relação à educação, levando em consideração o nível de escolaridade de cada um deles.

Conforme dados já trazidos anteriormente, Crimeia é enfermeira, graduada na Faculdade Ana Nery, no Rio de Janeiro, Darcy é advogada, formada pela USP, Eleonora graduada em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), e antes de ser presa já tinha dado início ao curso, concluindo posteriormente a sua liberdade, e Leonardo, embora não tenha concluído nenhuma faculdade, iniciou o curso de Filosofia, na década de 70, na UFRJ e, posteriormente, passou também em Sociologia, na Universidade Estadual de Guanabara.

Considerando que o movimento estudantil teve uma participação muito significativa no período ditatorial, muitos dos presos e perseguidos tinham um grau de escolaridade que deve ser destacado em suas entrevistas.

Entretanto, temos que considerar os idosos, como o caso de dona Ilda, que não era estudante e nem fizera faculdade, realizando as funções de mãe e esposa, motivo pelo qual foi presa. Mesmo não estando envolvida nos movimentos que seu marido participava, foi presa e torturada pelo simples fato de ser casada com um homem que fazia parte da militância política de esquerda.

“Eu pra mim minha prisão foi um sequestro, eu não era da militância, eu não era nada, eles só queriam saber do meu marido”. – Ilda Martins

Outra questão importante para ser discutida refere-se à diferença de discursos nos depoimentos entre homens e mulheres, nos quais foi possível perceber que estas trazem em seus relatos discursos que as colocam em uma posição de vítimas; emocionam-se muito mais e relembram, nos mínimos detalhes, das torturas sofridas quando comparado aos relatos dos homens, que por sua vez, colocam-se em uma posição heroica e ao narrarem sobre as torturas são mais sucintos e demonstram menos emoções. Dessa forma, os relatos selecionados para a pesquisa tiveram uma predominância do sexo feminino, pois, além de haver um número maior de depoimentos de mulheres nas fontes pesquisadas, elas apresentam demonstrações mais acentuadas de sofrimentos em relação aos homens, que focam muito mais suas memórias nas lutas.

Podemos analisar e exemplificar essas informações com o início de dois depoimentos, no qual seu Antônio inicia seu discurso exaltando sobre a luta e a militância de forma heroica e Crimeia já pontua direto para as informações sobre sua prisão. Embora discursar também sobre sua militância, traz informações que comovem mais, falando de seus sobrinhos de cinco de idade e de imediato das agressões que sofreu.

“A nossa militância, a nossa luta se deu no chão de fábrica, onde a gente viveu, trabalhou e brigou e lutou por melhores condições de vida, por melhores condições de salários. E contra a ditadura e a repressão e a opressão que se tinha em cima dos trabalhadores.”- Antônio Vieira de Barros em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade.

“No dia 28 de dezembro de 1972, minha irmã, meu cunhado e um dirigente do partido, Carlos Nicolau Danielli, foram presos pela operação DOI-CODI ou Bandeirantes. No dia seguinte, eu fui presa com meus dois sobrinhos de quase cinco anos. Nesse momento eu me identifiquei com um nome falso que eu usava, que era Alice Pereira, e como empregada, como babá de meus dois sobrinhos. E como tal não fui torturada, eu fiquei num alojamento que tinha lá no OBAN que era um alojamento de soldados. E nesse meio tempo eles interrogavam minha irmã e meu cunhado para saber onde estava a Criméia. E, quando descobriram a minha identidade verdadeira, aí começou a tortura”– Criméia em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade.

Ambos os sexos, portanto, relatam sobre suas lutas e torturas, entretanto, foi possível perceber que as mulheres apresentam um discurso muito mais sensível, detalhado e comovente, enquanto os homens, falam sobre as torturas de forma mais direta, necessitando de uma escuta e um olhar muito mais sensível de quem ouve e lê suas histórias e memórias.

7.2 A influência da experiência da Ditadura Militar na construção social dos indivíduos

7.2.1 Influências políticas e sociais

Os depoimentos evidenciam que existe uma forte relação de continuidade com o passado, visto que a maioria dos participantes justifica em suas falas que muitas das escolhas e filosofias de vida que seguem até hoje são consequências de suas lutas do passado. A formação política, de opiniões e participações de alguns movimentos sociais é uma das influências que os participantes tiveram a partir de experiências que vivenciaram no período da ditadura civil-militar.

7.2.2 O período ditatorial e o feminismo

Nos depoimentos de Eleonora, por exemplo, ela deixa claro que se hoje é vinculada ao movimento feminista, foi pelo fato de ter passado por todo o processo de torturas ao ser presa no período ditatorial. Tal constatação se faz presente nas seguintes afirmações:

“Ao longo da cadeia eu tive muitas reflexões com as minhas companheiras de cadeia uma delas é a Dilma Roussef, e hoje outras que são do PSDB, mas todas feministas, se tornaram feministas dentro da cadeia, porque nós começamos com um grupo de reflexão lá dentro...”.

“... Eu não quis imediatamente me integrar a nenhum grupo de esquerda que tinha como eu não quis até agora... Mas me interessou o grupo de mulheres, aí começa a minha trajetória feminista”.

O vínculo com o movimento feminista foi tão intenso na vida de Eleonora que, em um de seus relatos, revela que isso influenciou até mesmo as linhas de pesquisa que escolheu investigar ao longo de sua carreira acadêmica.

“E toda a minha produção, tanto acadêmica como o meu pé na militância, no ativismo feminista, ele se dá via duas grandes linhas de pesquisa que é Feminismo, e Saúde e Relações de Gênero. Dentro da Saúde e Relações de Gênero tudo o que diz respeito a Direitos Reprodutivos e Sexuais, Saúde e Trabalho e Violência. Hoje eu faço parte da coordenação de um dos serviços de violência que atende mulheres vítimas de violência sexual, que é o da UNIFESP, o da Casa de Saúde, atendemos mulheres que foram vítimas de violência sexual e fazemos o aborto nesses casos, além de fazer parte das Jornadas Brasileiras pela Legalização do Aborto, no grupo de coordenadoras. Essa é minha militância atual”.

Essas informações é que me instigaram a investigar e conhecer um pouco mais sobre a Eleonora. Além de seu depoimento utilizado para a presente pesquisa, fui em busca então de sua tese de Doutorado, cujo título é “A reapropriação do corpo feminino: da recusa ao confinamento doméstico à invenção de novos espaços de cidadania”, finalizada no ano de 1990. Ao dar início à leitura da pesquisa, logo na

introdução, Eleonora apresenta o quanto sua experiência no regime ditatorial interferiu não apenas em se tornar uma feminista, mas também em sua própria identidade.

“Este trabalho passou, assim, pela minha própria interrogação, enquanto militante de esquerda que também sofri uma transformação radical de comportamento a partir da reconstrução de minha própria identidade. Ele é a expressão dos desafios que me coloquei e que trafegam pela minha postura, tanto como pesquisadora no interior da academia quanto no meu trabalho de pesquisadora militante da área dos Direitos da Reprodução Humana. É, antes de tudo, um trafegar feminista no meu cotidiano de mulher”.

Ao ler esse trecho da dissertação de Eleonora, refleti muito sobre o momento em que ela fala sobre “a reconstrução de minha própria identidade”. Assim sendo, observei que apenas com essa fala esclareço e respondo, de forma simples e completa, a uma das perguntas do meu trabalho, ou seja, no caso de Eleonora, sua experiência de militante, vivenciada no período da ditadura civil-militar no Brasil, influenciou significativamente em sua história de vida, e muito mais do que isso, auxiliou-a na formação de sua identidade.

“Pra mim, uma questão que eu acho que é importante, é dizer que hoje eu tenho 60 anos e sou avó. E eu digo que a questão feminista é tão dentro de mim, e a questão dos Direitos Reprodutivos também, que eu sou avó de uma criança que foi gerada por inseminação artificial na mãe lésbica. Então eu digo que sou avó da inseminação artificial... E eu diria... eu fiz dois abortos, e também digo que sou avó do aborto, também porque por mim já passou. Também já passou nesse sentido. E diria que eu sou uma mulher muito feliz e muito realizada, e eu pauto em duas questões: na minha militância política e no feminismo, que é a minha história de vida eu acredito que os sujeitos são construídos a partir de sua própria história”.

Quando Eleonora traz suas memórias relacionadas ao feminismo, em muitos momentos, apoia-se a grupos de mulheres com as quais compartilhou suas primeiras reflexões, como Dilma Rousseff, por exemplo. Dessa forma, confirma o que defende Halbwachs (1990), ao falar que ela apoia suas memórias autobiográficas em memórias sociais.

Halbwachs (1990) defende em seu livro “Memória Coletiva” que a memória individual não existe sem um apoio nas lembranças que o sujeito compartilhou com um grupo, ou seja, quando um indivíduo, como no caso de Eleonora, relaciona-se com um grupo, conseqüentemente, adquire uma série de valores sociais, que por sua vez interferem significativamente na formação da identidade individual. Afirmação que podemos constatar na tese de doutorado de Eleonora.

Por isto, quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado por ninguém, sem dúvida durante algum tempo ‘ele andou só’, na linguagem corrente – mas ele esteve sozinho apenas em aparência, pois, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam por sua natureza de ser social e porque ele não deixou sequer por um instante de estar encerrado em alguma sociedade. (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Dessa forma, podemos perceber a importância de considerar a relação entre as memórias estudadas na presente pesquisa com o conceito de identidade, já que cada lembrança, cada história apresentada aqui pertence não apenas às histórias de vida de cada um dos idosos; não se tratam apenas das memórias e da formação da identidade de Eleonora, mas também da formação da identidade política, econômica e social do nosso país. Essas memórias constituem-se em narrativas que fazem parte não somente da história dos idosos que deram seus depoimentos, mas também do Brasil. Trata-se de memórias muitas vezes negadas, mas que devem ser ouvidas para que não caiam no esquecimento. São memórias individuais, que segundo Halbwachs (1990, p. 54), contam o nosso passado:

Consideramos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio.

São lembranças que fazem parte das minhas, e suas, caro leitor, memórias coletivas, por isso precisamos muito mais do que ouvir essas histórias, precisamos

de um olhar sensível, aquele mesmo olhar que disse na introdução de meu olhar que utilizamos dentro da Terapia Ocupacional, e como disse Halbwachs (1990), requer confiança.

Não é verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo. A memória coletiva o é também: mas esses limites não são os mesmos. Eles podem ser mais restritos, bem mais remotos também. Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que eu fazia parte foi o teatro de um certo número de acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que não conheci a não ser pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Eles ocupam um lugar na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. Quando os evoco, sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros... (1990, p 54).

7.2.3 A busca por justiça, a resistência pelo silêncio e o direito pela verdade: a luta ainda continua

Os depoimentos de Criméia e Ilda também nos permitem afirmar que assim como Eleonora, ambas continuaram se envolvendo com atividades, que foram escolhidas por influências das prisões e torturas que sofreram no passado. Criméia, por exemplo, relata que, no ano de 2014, participava como militante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e da União de Mulheres do município de São Paulo. Em outra entrevista, em 2008, Criméia revela:

“Considero que o povo brasileiro tem direito de conhecer a sua história, por isso acho importante a campanha “Pelo direito à Memória e à Justiça”. E, juntamente com minha irmã, meu cunhado, meus sobrinhos e meu filho, entrei na Justiça com uma ação declaratória, que implica no reconhecimento e na declaração de que, com base no nosso caso, o coronel Brillhante Ustra foi torturador. Esta ação não implica em prisão ou qualquer tipo de indenização. O objetivo é levar a público o reconhecimento de que houve tortura no Brasil, e que os torturadores têm nome. Em outros países da América Latina os torturadores sentaram-se no banco dos réus. A tortura é um crime reconhecido internacionalmente como imprescritível. No Brasil, porém, parece que as coisas andam muito devagar, não há

vontade política para tanto. Quem já luta há mais de 30 anos sem esmorece, não vai desistir agora. A gente insiste”.

Ilda, por sua vez, também milita e luta pela mesma causa que Criméia, porém com um foco maior em apoio às famílias dos mortos desaparecidos pelo período ditatorial, uma vez que teve durante anos a angústia do desaparecimento de seu marido, Virgílio Gomes da Silva. Por isso, até o ano do depoimento dado ao Memorial da Ditadura, continuou lutando por todas as famílias que sofrem e compartilham dessa mesma dor.

Uma das perguntas feitas em todos os depoimentos foi sobre a questão da busca pela justiça. Quando estudamos o período da ditadura civil- militar, nos anos escolares, aprendemos que a lei da anistia veio para reparar todos os direitos humanos violados durante esse período da história a qual nos é apresentada como uma solução simples e prática para esses reparos, ou seja, é como se nos dissessem: “Então depois de todas as perseguições e violências que ocorreram na ditadura, foi aprovada a Lei da Anistia, que reparou todos os danos causados, e assim temos a democracia de hoje”.

Entretanto, com as leituras dos depoimentos é possível perceber que essa lei não é tão simples assim. Demanda tempo, já que, na maioria dos casos, o processo demorou anos para ser finalizado e requer muita coragem dos indivíduos para que consigam procurar os seus direitos, uma vez que muitos, abalados fisicamente e psicologicamente, preferiram tentar esquecer o passado devido à dificuldade de retomar e relembrar cada história, histórias estas cheias de traumas e pesos dos anos de chumbo.

“...eu entrei com um processo de Anistia. Foi criado o fórum dos presos políticos aqui em São Paulo, aí eu me aproximei lá também, inclusive fui diretor deles também. Eu entrei com um processo de Anistia. O processo meu durou 10 anos. Um ano e pouco atrás eles me anistiararam e me pagaram um salário de R\$ 2.700,00. Eram dois processos que a gente podia fazer. Eu fiz o do estado aqui, que foi R\$ 20.000,00 que eles pagaram pra gente. E fiz o do Nacional que foi eles que me deu anistia, quando teve uma caravana de julgamento lá em

Bauru e eu fui envolvido nesse processo lá e eu fui julgado e me deram essa anistia". (Antônio Vieira de Barros)

"A ferida não tá fechada não, porque nunca fecha. Recebemos R\$ 100 mil de indenização, mas nem R\$ 100 bilhões seriam melhores do que tê-lo em casa, vivo". (afirmou Neide, uma das entrevistadas pela Comissão Nacional da verdade, em seu depoimento dado sobre o pai, o desaparecido Pedro Fazendeiro).

"Eu acho que todas essas pessoas que eu cito devem ser investigadas. Claro! Como advogada eu sei que há...são três poderes, tá, mas, eu acho que, da mesma forma que a Comissão de Anistia foi uma alavanca, porque realmente foi...eu tinha o maior preconceito em relação à Comissão de Anistia, tá? Além da Comissão de Anistia, você também tem que dar crédito aos comitês da memória e verdade, sabe? eu sei que eles não podem punir! Eles são do Executivo! Mas eles podem instrumentalizar...O Estado brasileiro deve, não importa quanto leve, de preferência o quanto antes, devem punir os torturadores, os analistas da equipe de inteligência e as equipes de busca... como eu sempre disse, o meu sentimento não é de vingança, não. Não é de revanche. Mas eu sou uma prova viva de como os direitos humanos foram pisoteados nesse país, sabe? Crimes terríveis! Eu sofro até hoje! Gente, eu estou com 67 anos. Mês que vem eu estou com 68 anos, sabe? E sofro ainda! E quantos...e quantos não chegam nem perto de nenhuma comissão! "

"A Anistia foi outra fraude. Não a merecemos, pois não cometemos crimes. Quem se beneficiou da anistia foram os militares criminosos que torturaram, mataram e enterraram vítimas em locais incertos do território brasileiro". (Capitão de Mar e Guerra Ferro Costa, primeiro a depor na parte da tarde da sessão).

Ao ler esses depoimentos pode-se perceber que o processo da anistia foi longo, como no caso de seu Antônio. Foi uma tentativa que o Estado encontrou para reparar os danos causados, mas como no caso de Darci:

"Gente, eu estou com 67 anos. Mês que vem eu estou com 68 anos, sabe? E sofro ainda! E quantos...e quantos não chegam nem perto de nenhuma comissão! "

Está evidente em suas declarações o quanto sofre até hoje por tudo o que passou, ou seja, por mais justiça que se busque nada poderá reparar as marcas

deixadas nas memórias de cada um desses idosos. E essas informações deveriam ser passadas e compartilhadas nas escolas, uma vez que existem vários grupos e pesquisas que defendem o esquecimento dessas memórias por meio de uma revisão da Lei da Anistia, uma vez que esquecer é muito mais simples do que reparar todos os danos causados pela ditadura civil- militar ou apagar as memórias de quem a vivenciou e sofreu suas consequências dolorosas e desumanas.

Inegavelmente, o período da ditadura tem sido debatido, particularmente nos cursos de ciências humanas das universidades públicas brasileiras. Mas não é menos evidente que tais discussões têm sido parciais, fragmentadas, soluçantes. Isto é bom para o país, para o futuro do país, para o futuro da democracia? Há controvérsias. Em recente polêmica, concernente à revisão da Lei da Anistia, expressivas lideranças políticas manifestaram-se em sentido contrário. Para elas, o esquecimento e o silêncio continuariam sendo as melhores receitas. Tocar no assunto seria mexer em casa de maribondos. (REIS, 2010 p. 177).

Em seu livro “A memória, a história e o esquecimento”, Ricœur (2007) apresenta, em um de seus subtítulos, “O esquecimento comandado: a anistia”, a ideia de que há uma proximidade muito grande entre o esquecimento e a anistia, uma vez que a mesma é uma forma de colocar um ponto final em desordens políticas que afetam uma sociedade, ou seja, é um meio de reparar tais desordens, e ao mesmo tempo deixá-la no passado, impedindo recordações e trazendo o esquecimento.

A anistia tem um alcance completamente diferente. Primeiro ela põe um fim a graves desordens políticas que afetam a paz civil- guerras civis, episódios revolucionários, mudanças violentas de regimes políticos –violência que a anistia, presumidamente, interrompe[...] Considerada quanto ao seu conteúdo, ela visa a uma categoria de delitos e crimes cometidos por ambas as partes durante o período de sedição. Nesse sentido, ela opera como um tipo de prescrição seletiva e pontual que deixa fora de seu campo certas categorias de delinquentes. Mas a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político, e através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido. A proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória[...] na verdade a afasta do perdão após proposto sua simulação (RICCEUR, 2007, p. 460).

7.3 Influências Biopsicossociais

7.3.1 As dores da maternidade

Nos depoimentos de Ilda e Criméia evidencia-se que ser mãe ou ser gestante eram condições desconsideradas nas prisões. Ao contrário, esses aspectos serviam como estratégias para aumentar os efeitos das torturas, principalmente, as psicológicas, já que em suas falas mostram as constantes ameaças à vida de seus filhos.

“... Punham as minhas mãos para assim, pegavam as palmatórias e falavam: “Essas mãos aqui nunca mais vai pegar seus filhos”. Isso daí pra mim era a morte, ver que não podia ver eles, não podia abraçar eles, não podia beijar eles” (Ilda Martins).

“Meus filhos iam todo domingo me visitar, mas não deixavam eles entrarem. Até que um dia, depois de quatro meses, embora eu ainda estivesse incomunicável, deixaram a Isa entrar no presídio. Ela era bebê, tinha uns oito meses, ainda não andava. Eu fiquei louca com a minha filha.... Passeava com ela, mostrava para uma, para outra. Até que caí na escada. Havia uma escada da torre para outras celas e torci o pé e caí. Chamaram a polícia, que veio, me algemou, me colocou numa maca e levou para o hospital. Na saída, entreguei a Isa para a minha irmã que estava lá esperando. Meus filhos estavam lá também, mas acho que eles não me viram deitada na maca.” (Depoimento de Ilda dado ao material “Infância roubada”).

Ilda também lamenta sobre todo o sofrimento que as torturas e violências causaram para ela, mas principalmente para os filhos.

“Sei que eles sofreram. E eu sofri ainda mais, porque não sabia nada e aquela situação era dura para mim, sozinha na Operação Bandeirante, sem ter notícias de ninguém e perder o que era mais querido para mim, os meus filhos. Fiquei incomunicável por quatro meses no presídio. Todo mundo tinha visita, mas eu não”.

“Meu filho nasceu na prisão, eu fiquei muito tempo em trabalho de parto, porque o obstetra, militar, não quis fazer o parto na hora. Então eu falei: “mas meu filho vai morrer, ele não vai aguentar” e então ele disse “Não tem importância, um comunista a menos”. Vários militares ameaçaram adotá-lo se ele fosse homem, branco e saudável, refletindo bem o preconceito desses homens, desses torturadores, meu filho nasceu homem, e além de branco com olhos azuis, o que me deixou angustiada e saudável toda mãe quer que seja né, depois fiquei um período no hospital, onde eles faziam isso, não deixavam eu amamentar, diziam que tinham mandado pra, naquela época chamava FEBEM, o juizado de menores, depois devolviam, quando devolviam meu filho estava com diarreia, vômito, até que eles entregaram meu filho para a minha família”.

Além das memórias maternas, o filho de Criméia também registrou marcas em suas memórias desse período tão cruel, que lhe deixaram sequelas até os dias de hoje.

“Meu filho tinha soluços na minha barriga, meu filho tem soluços até hoje, com 37 anos, qualquer tensão, ela se manifesta com soluços”. (Afirma Criméia, em um de seus depoimentos dados a novela “Amor e Revolução”).

Por meio desses relatos é possível verificar a forte interferência que o rompimento do laço materno trouxe para essas mulheres ao longo de suas vidas. Tiraram os filhos de Ilda de seus braços e Criméia não teve a oportunidade de amamentar seu filho recém-nascido, momento único e imprescindível tanto para a criança quanto para a mãe. Dessa forma, é possível verificar as marcas intensas nas memórias afetivas dessas mulheres que tiveram a maternidade rompida e violada pela ditadura.

7.3.2 As dores que ainda machucam e marcaram a vida de cada um desses idosos

Foi possível verificar, por meio da análise dos depoimentos, que as torturas sofridas nos anos de chumbo trouxeram para todos os envolvidos, muitas dores,

tanto psicológicas quanto físicas. Marcas e traumas que sempre estiveram presentes ao longo de todos esses anos que nos separam desse triste período, cujas vítimas foram obrigadas a lidar com cada uma delas, de forma isolada e solitária, na maioria das vezes.

Na entrevista à Comissão Nacional da Verdade, Darci retoma os detalhes das torturas que sofreu por várias vezes, lembrando-se de cada detalhe e de todas as dores, traumas e lembranças que esses momentos trouxeram para sua vida. Relata que sofreu torturas como: telefone⁹, corredor polonês¹⁰, geladeira¹¹ e cadeira de dragão¹².

“Quando eles me colocavam na cadeira de dragão, eles, aqui nessa parte, eles ‘punham’ uns trapos no tornozelo, molhados, mas, independente disso...bom, a cadeira também estava molhada! Então o choque era no corpo todo... Nossa, era terrível, gente! Discutindo um dia com meu companheiro Leonel, falei: “Leonel, por que eles ‘punham’ aquele pano na gente?” O Leonel foi preso sete vezes! Ele falou: “Sabe por quê? A cadeira estava quebrada! ”. A cadeira de dragão estava quebrada, então eles tiveram que improvisar e colocar uma trava aqui para amarrar. E essa trava marcava. As marcas eram muito visíveis. Eu falei: “Lê, mas tanto fazia aparecer ou não as marcas! ”. “Na cabeça deles...”. Quer dizer, essa foi a opinião do Leonel. Não sei se.... Sei lá! Bom, durante o pau de arara, eles batiam na gente também com pau. Davam pancadas, davam socos. E eu passei a ter muita hemorragia. Era sangue pela boca e pela vagina. Durante as torturas, aparecia um cidadão lá que me examinava com estetoscópio e tal, aí ele dizia: “Não, pode continuar!”. Eu não sei quando...não sei quanto tempo eu já estava aí. Eu já estava sendo menos torturada. Já tinha ido até para a cela! ... Então, dentro de mim eu queria morrer. E quando eles me mandavam correr para atirarem, eu não corria. Então o que é isso? Você percebe o que é a condição humana? É terrível! É terrível! Essa...e isso tudo você traz para o resto da tua vida. Isso tudo te afasta. Sei lá, te afasta de tudo! ”

⁹ Com as duas mãos em forma de concha, o torturador dava tapas nos ouvidos do preso, a pancada era tão grande que em muitos casos causava surdez na vítima.

¹⁰ Torturadores criavam uma espécie de corredor, para humilhar as vítimas.

¹¹ Os presos ficavam pelados numa cela baixa e pequena, os torturadores alternavam um sistema de refrigeração frio e um sistema de aquecimento que produzia calor insuportável, enquanto alto-falantes emitiam sons muito altos, que causavam incômodos.

¹² Era o nome dado a famosa cadeira de choques elétricos.

“Eu era torturada sozinha! ... Sempre só por homens! Não tinha nenhuma mulher. Da sala de torturas eu era levada para um lugar que eu estou chamando de cubículo, tá? Era um lugar baixo. De teto baixo. Eu ficava nua, continuava nua nesse local. Fazia um frio terrível! E tinha uma luz assim...muito forte! E uns sons muito fortes. Sabe? Então, ou eu estava aí ou eu estava torturada fisicamente e psicologicamente.... Aí era físico e psicológico, tá? Veja, eu estou falando de janeiro. Janeiro é um mês quente! E era muito frio, fazia muito...bom, depois eu soube que é a tal da geladeira, que é uma forma de tortura. É um lugar refrigerado artificialmente. E essa luz também, não é essa luzinha aqui, é uma luz terrível. E aqueles sons também. E....a verdade é que, durante toda a minha militância, eu sabia que...ou eu poderia ser assassinada, morrer. Ou poderia ser presa. Eu achava que eu estava muito bem preparada para qualquer coisa”. (Darci em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade)

Devido a essas torturas, Darci relata que ficou estéril e que durante muito tempo carregou consigo grandes traumas, que, inclusive, interferiram em seus relacionamentos.

“É um tipo de tortura que eles te fazem e que você carrega para o resto da tua vida. Fisicamente, por exemplo, eu sou estéril. Tenho onze hérnias de disco. Tenho o bendito do meu joelho aí que não funciona, pelo menos não está doendo. Dói de vez em quando. Mas a parte psicológica, o mal que eles te fazem...até coisa de três anos, ninguém do meu relacionamento sabia que eu tinha sido torturada”.

Antônio Vieira de Barros também deu seu Depoimento à Comissão Nacional da Verdade, dizendo:

“Então, eu fui muito espancado na delegacia. É que ele queria, realmente, que eu descobrisse onde estava o Barreto porque era companheiro da gente. Era no grupo nosso. E a gente não sabia. Então, até me queimar com o cigarro. Eu tenho marca de algema nas mãos, porque eles me amarraram na grade assim. Me amarraram os pés. Colocaram o cigarro no pênis assim e deixaram queimar. Eu fiquei muito tempo com essa cicatriz e tenho ela até hoje. Mas ela me atrapalhou a vida inteira”.

Ilda é uma das idosas que mais se emociona em seus depoimentos, o que evidencia claramente o quanto sua prisão e torturas sofridas interferem ainda em seu estado emocional.

“São coisas que vão marcando, a gente vai lembrando aos poucos e aí cada coisa é uma mais dura que a outra, mais triste, e cada coisa que a gente vai lembrando é como se desse uma punhalada. Eu peço desculpas. A gente chora é porque é duro mesmo, quem passou por isso sabe que é difícil a gente lembrar do passado sem chorar”- Depoimento de Ilda dado ao material “Infância roubada”.

Além dos depoimentos dos idosos selecionados para a entrevista, encontrei alguns trechos de outros idosos, em relatos dados à Comissão Nacional da Verdade que ilustram a discussão desse tópico sobre os traumas físicos e psicológicos que ainda sofrem até hoje:

“Já sofri muito, apanhei muito, tá? Eu hoje uso dois negócios desse, um inferior e outro superior. Mas não foi nenhum dentista que arrancou dente da minha boca, quem arrancou foi os pés de soldados do Exército brasileiro, não foi soldado do Exército Alemão ou do Exército Francês, do Exército Chileno. Foi os pés de soldados do Exército brasileiro, chutando a minha cara, aí fiquei sem dentes e ainda tem aqui uma fratura num desses ossos que eu não sei o nome, tá? Aí já concertaram isso aí”. (Gentil Pereira da Costa- Depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade- 2014).

“Choques no ouvido. Eu não durmo de noite até hoje. A patroa tem dia que fala: “Mas você não dorme?” Mas como é que dorme sonhando com o Fleury, com os caras me torturando? Faço tratamento até hoje com o doutor Shin, no Hospital das Clínicas. Davam choque no ânus, eles enfiavam um canudo e soltavam um rato dentro do canudo. Até Deus duvida do que esses caras faziam com a gente. Eram umas bestas humanas, não eram gente”. (Gentil Pereira da Costa- Depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade- 2014).

7.4 A importância do ato de ouvir

Dar voz ao idoso, seja ele quem for e onde estiver, é algo que muitas vezes não acontece em nossa sociedade. Recebo em meu consultório muitos idosos acometidos por um Acidente Vascular Encefálico (AVC), pelo Parkinson, artrose, e tantas outras patologias que necessitam do auxílio da Terapia Ocupacional, principalmente, para reabilitação física e cognitiva. Porém, as demandas trazidas por esses idosos vão muito mais além do que suas limitações físicas ou cognitivas, muitas vezes chegam e apenas falam: “Doutora, hoje não quero fazer exercícios não, podemos conversar? ”. E dessa forma, no período de 30 minutos que temos de atendimento, eu simplesmente os escuto, ou muitas vezes, em meio aos exercícios e atividades propostas, ouço histórias do passado, ou os problemas e preocupações de famílias e de forma imperceptível aquele velho que entrou em minha sala em silêncio, sai aliviado por ter feito sua terapia e por poder contar com alguém para ouvi-lo.

Os depoimentos lidos para a presente pesquisa mostraram claramente a importância que os idosos deram aos entrevistadores (documentários, Comissão Nacional da Verdade, jornalistas e Memorial da Resistência de São Paulo) por ouvirem suas histórias, por darem voz e relevância ao passado de cada um deles, pois sentem medo dessas memórias caírem no esquecimento, como podemos ver em alguns relatos a seguir.

“Olha, ao passado de violações eu acho, que bom, é fundamental primeiro a reconstrução como vocês estão fazendo da história, porque a história ou ela é deturpada, ou às vezes enfim, as pessoas não conhecem direito, nem conhecem direito. Às vezes assim, me lembro um companheiro que foi 20 anos depois que meu irmão não tinha morrido no Chile. Então às vezes e é importante, estou dando um exemplo, mas de coisas que aconteceram e que ainda estão guardadas. Então a importância de se fazer, refazer”. (Ana Maria Gomes - Comissão Nacional da Verdade).

“Só nós que vimos sangue ser derramado, vidas serem perdidas, e que tivemos as nossas vidas e nossos corpos manchados pela ditadura, sabemos o que foi... Naquela época, eu preferia ter morrido tamanha é a dor da tortura física e psíquica, mas tenho alegria enorme de ter sobrevivido para contar essa história, e por isso eu tenho coragem e estou aqui como ministra de Estado, mas antes de tudo como mulher, como mãe que era na época e ainda sou, e avó

que hoje sou, para dizer o que digo sempre aos meus netos: a vovó foi presa, o vovô foi preso, fomos barbaramente torturados, é por isso que a vovó operou do coração, é por isso que a vovó teve que colocar dois dentes postiços, é por isso que a vovó tem dificuldade na coluna, mas é por isso que a vovó é uma senhorinha jovem que lutará até o fim da vida para que vocês possam contar essa história”. (Eleonora Menicucci).

Nesse relato, lançado no portal “Memórias da ditadura”, a afirmação de Eleonora:

“E por isso eu tenho coragem e estou aqui... para dizer o que digo sempre aos meus netos: a vovó foi presa, o vovô foi preso, fomos barbaramente torturados, é por isso que a vovó operou do coração, é por isso que a vovó teve que colocar dois dentes postiços, é por isso que a vovó tem dificuldade na coluna, mas é por isso que a vovó é uma senhorinha jovem que lutará até o fim da vida para que vocês possam contar essa história”.

Permite-nos refletir claramente sobre a importância de se ouvir esses relatos. Trata-se de uma senhora, que hoje tem 73 anos, e na época desse relato, 69. Uma mulher que apresenta em sua fala a coragem, a vontade e a necessidade de transmitir a seus netos a sua história e luta no período cruel da ditadura civil- militar, tornando seu relato uma demonstração clara da importância de se ouvir as marcas ainda registradas na memória daqueles que foram vítimas e torturados nesse período. Uma exemplificação e constatação da necessidade e importância de suas histórias não serem esquecidas e nem apagadas das memórias de suas famílias e nem das do povo brasileiro. Memórias que possam ser ouvidas enquanto ainda existirem pessoas como Eleonora, que viveram o período da ditadura civil- militar, das quais muitas, assim como ela, construíram suas vidas voltadas para os direitos humanos, para a política e economia do Brasil, a partir das tristes experiências que viveram nos anos de chumbo de nossa história.

Em entrevista à Comissão Nacional da verdade, o selecionado, Leonardo de Azeredo, demonstra sua aflição e incômodo por viver hoje com a falta de reconhecimento e compreensão das pessoas acerca de toda sua luta e história de vida nesse contexto do regime militar. Ele também reforça sobre a importância do resgate dessas memórias, bem como ampliar as discussões e reflexões com a

população sobre esse período da história tão impactante na vida de milhares de brasileiros que lutaram para a implantação do regime democrático no qual vivemos hoje. E quando questionado sobre o que o Estado brasileiro poderia fazer em relação às violações que sofreu durante as três situações de prisão respondeu:

“Eu acho que o mais importante é avivar junto a sociedade civil esse debate, com vistas a essa experiência não ser perdida, ser incorporada, a sociedade brasileira tem um ganho com isso, com essa experiência, porque senão elas se repetem. Senão essas coisas vão voltar... deveria ter uma espécie de assessoria de imprensa ou uma outra forma qualquer de estimular essa discussão sobre esses temas sobre direitos humanos e tortura, sabe? Com vistas a fazer com que essa experiência não se perca, seja incorporada, a sociedade se aperfeiçoe com isso que a gente passou. Porque, às vezes, eu acho que a memória do que a gente teve, realmente atende, é muito pouca, se produziu muito pouca memória. Eu mesmo me lembro, o tempo passa e você vai se esquecendo de muita coisa, o período da vila militar, eu sei que foi muito mais rico, tem muita coisa que a gente... A gente vai esquecendo, vai... E, é uma coisa muito curiosa, é muito.... Quem viveu essas coisas, é muito difícil você comunicar isso a quem não viveu, eu vejo assim. A minha mulher nunca atuou, esse universo, esse meu universo para ela é super. estranho...”.

Além disso, Leonardo demonstra ainda um grande receio e trauma em relação à polícia, mesmo vivendo em uma época onde já não existe mais a ditadura militar.

“Lá onde eu estou, em Visconde de Mauá, é município de Resende, em Resende tem a Academia das Agulhas Negras. Outro dia.... Outro dia, assim, tem uns meses atrás, eu estava num posto de gasolina, colocando gasolina no meu carro, nossa, de repente, o posto estava cheio de policial lá, parece que houve um cerco lá para prender alguém, mas o cara.... Eu ouvi cantar o pneu. Primeiro, cantar o pneu e o cara conseguiu escapar, ele caiu na Dutra e fugiu. Nossa, mas eu tive, assim, a sensação que eram aqueles caras do DOI-CODI, de repente, estava tudo coalhado, de repente, aquilo surgiu do nada, o cara com pistola. Então, às vezes, eu tenho um certo medo, eu estou ali na... Ali é bem onde tem a academia militar, eu até gosto de Resende, porque a cidade é pequena e você resolve tudo, assim, a distância, você anda dois ou três quarteirões. Então, eu acho.... Adoro isso. Mas, às vezes eu estou na rua, e lá tem muito militar. Nossa, e, como eu fiquei esse período todo na vila militar, imagina você ficar esse tempo todo e você ouve ordem reunida todo santo

dia. Ordem unida é um processo de despersonalização, sabe? Eu me convenci disso. É uma maneira de você despersonalizar o cara, isso é facilitar o oficial dar ordem para o cara e o cara cumprir, sabe? Cumprir sem pensar.... Eu vivo bastante isolado lá socialmente, porque, é aquilo, no começo, eu tentei mobilizar algumas pessoas com essa história e tal, mas todas são.... Não estão nem aí. O pessoal lá é bem.... Eu não sei nem classificar se é apolítico, se é reacionário. Mas, para eles não tem significado nenhum”.

Outro depoimento encontrado entre os relatos da Comissão Nacional da Verdade foi o de Benedito Joaquim dos Santos, com 84 anos na época do relato, em 2014, que apresenta em seu discurso a importância dessas memórias serem ouvidas para não caírem no esquecimento:

“Faço votos de que essa desgraça da ditadura militar nunca mais aconteça e, por isso, o trabalho da Comissão da Verdade é tão importante. Esse passado não pode ser esquecido e ir para a lata do lixo”.

No depoimento de Tânia Marins Roque, fornecido a essa mesma comissão, observa-se que ela dialoga com o mesmo discurso sobre a necessidade do reconhecimento dessas histórias:

“... eu acho que as coisas que o Estado poderia fazer, eu acho que era em relação a essas, vamos dizer assim, a esses depoimentos, a essa história que não tá conseguindo ser contada pelos arquivos deixados pela repressão, porque eles cuidaram de acabar com esses arquivos, entendeu? Nós, por outro lado, que ainda estamos vivos, isso tem que ser muito rápido, entendeu? Que nós sejamos ouvidos, mas com a devida, vamos dizer assim, vontade de ser ouvido, que eu não considero isso que aconteceu aqui, uma vontade mesmo de ser ouvida, eu não considero, eu considero uma maneira, vamos dizer assim, ainda, restrita, entendeu? Reduzir, por exemplo, tudo que eu teria pra dizer, entendeu? Porque eu tenho uma história de vida, eu, por exemplo, não tô só falando de mim, eu tô falando de milhões de outros companheiros, milhares, sei lá, quantos já morreram e tal, mas que tem uma história de vida voltada pra isso, entendeu? ”.

No depoimento de Pedro Penteado de Prado, dado à Comissão Nacional da Verdade, no ano de 2014, quando tinha 65 anos, ele compartilha uma preocupação

que tem surgido muito em meio de tantos problemas políticos, econômicos e sociais que o Brasil tem enfrentado. Pedro refere-se à questão sobre uma parte da população brasileira demonstrar o desejo da volta da ditadura civil-militar, fato preocupante para pessoas como ele e como todos os idosos e seus familiares que sofreram com esse período. Pedro relata em entrevista que fez um pequeno livro sobre a ditadura por meio de seus próprios conhecimentos e vivências e também por pesquisas, declarando sua vontade de divulgar esse material para que as pessoas pudessem refletir mais sobre a realidade da ditadura e suas cruéis consequências para a democracia.

“O que eu gostaria que fosse é ser difundido em forma de conhecimento isso daqui por se tratar de uma verdade. Esta romanceado, é bem verdade, se não o pessoal não vai ler, porque a história se resumiria em 150 páginas, a história em si. Se o pessoal pudesse ler acho que poderia mudar muito a posição do povo brasileiro. Que tem muitos que falam “tem que voltar a ditadura e tal” Meu Deus, dá vontade de chorar, porque não se tem ideia do que que pode ser feito em nome do uniforme. E daí dizer que tem que voltar a ditadura. Meu Deus! E tem muita gente que pensa assim”.

Devemos considerar, ainda, que todos os depoimentos coletados pela Comissão Nacional da Verdade, documentários, entrevistas dadas a jornais e Memorial da ditadura, foram fornecidos de forma espontânea, ou seja, cada idoso concordou em relatar suas memórias. Todavia, devemos lembrar que muitos não conseguem, até hoje, falar sobre o assunto, pois para eles relembrar essas histórias constitui-se em uma tarefa difícil e dolorosa. Dessa forma, existem aqueles que forneceram seus relatos aqui apresentados e, infelizmente, os que não conseguem sequer tocar nessas memórias, preferindo esquecê-las, como forma de superar todos os traumas que os anos de chumbo deixaram em suas vidas.

Para ilustrar essa afirmação analisemos rapidamente o caso de um dos primos que Islon Francisco de Toledo Júnior cita em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade, no qual relata um pouco sobre sua amizade com esse primo e com um homem ao qual se refere como Didi e também sobre a prisão e violências que os três sofreram no período da ditadura:

“Meu primo nunca quis comentar isso, nós comentamos agora depois de velhos, que nós já estamos senhorzão já. E o meu primo naquela época...e o Didi muito menos, ele falou nunca mais. Tanto é que a nossa amizade dali para frente teve outro rumo. Nós éramos os três patetas, os três mosqueteiros, os três inseparáveis. Dali para frente o Didi se isolou, não quis mais, pelo menos a minha amizade. Que na cabeça do Didi, talvez ele tenha até morrido com isso, eu era o culpado de isso tudo ter acontecido... E o meu primo nunca quis falar disso, agora, recentemente, a gente se encontrando aqui em uma conversa ou outra eu falei: “Olha, o pessoal da Comissão me contatou, queria que você estivesse lá. Vou marcar com eles lá no Aeroclube, eles sabem, eles conhecem aqui, vai lá”. “Não, não quero saber disso, está encerrado”. É uma opção deles. Mas eu resolvi ao contrário, o que eu puder ajudar, eu vou”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo minha pesquisa com o sentimento de dever cumprido. Além de entender que consegui alcançar os principais objetivos propostos, apresento, então, à comunidade acadêmica a reflexão sobre a relevância de investigações como essas não só para a área e o campo de conhecimento, mas também para toda a população, sobretudo para um grupo específico: os jovens, os quais, em sua grande maioria, deveriam demonstrar maior grau de tolerância, sensibilidade e tempo para oferecerem momentos de escuta aos idosos. Contudo, observo que a maioria desses jovens não é culpada por essa ausência de atenção para com nossos idosos, pois fazem parte de uma sociedade, de uma cultura na qual não se tem a percepção de que os velhos são verdadeiros livros vivos, e, por isso, são tratados como seres humanos improdutivos.

Ao dar início a minha pesquisa, pensava saber tudo sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil. Tinha o sentimento de que não ficaria impressionada com as histórias de torturas que eu analisaria, mas concluo esse trabalho afirmando que fui surpreendida pela minha própria pesquisa, uma vez que as descobertas por mim realizadas permitiram-me um novo olhar sobre esse período de nossa história.

Dessa forma, considero fundamental ressaltar a relevância social e acadêmica do desenvolvimento de trabalhos e estudos que tratam esse tema, sobretudo, na área de gerontologia, uma vez que todos os trabalhos e fontes que li e analisei para minha investigação estavam ligados a outras áreas de conhecimento: das Ciências Sociais, História e Psicologia, os quais levam em consideração apenas as histórias e memórias contadas pelos sujeitos, mas sem ressaltar a sensibilidade em analisar essas identidades, porém, ainda assim, conseguem realizar o que grande parte da sociedade não faz: ouvir essas pessoas, suas histórias e suas memórias.

No decorrer de minha pesquisa, deparei-me com um momento atípico em ano de eleições presidenciais, uma vez que vivemos em um período político muito conflituoso, no qual surgem discussões e debates que contribuíram muito para as minhas análises de pesquisa. Refiro-me às contribuições por observar que muitos colegas e conhecidos da minha idade, ou seja, jovens como eu, cogitam sobre a necessidade de uma intervenção militar como solução para muitos dos problemas econômicos, políticos e sociais que temos enfrentado, e outros se posicionam totalmente contra, surgindo assim um grande debate, sobretudo nas redes sociais pelas quais ainda tive a oportunidade de conhecer alguns idosos que também participaram e vivenciaram esse período e esses contatos ajudaram-me a consolidar ainda mais a minha convicção sobre a importância de não se permitir que essas memórias sejam esquecidas em nossa História.

A partir dos acontecimentos acima elencados coloco-me na posição de pesquisadora em Gerontologia, mas também como jovem que sou por meio das seguintes indagações: Por que além de ler os livros de Histórias do Brasil, não ouvimos também as memórias daquele conteúdo em tempo real? Por que não dar a voz para aqueles que viveram de fato momentos decisivos para que um dia chegássemos à sociedade democrática na qual vivemos hoje? Por que não olhar para o velho como um indivíduo que apesar dos cabelos brancos, das rugas e talvez algumas limitações físicas, adquiridas pela idade, ainda faz parte da sociedade e merece ser ouvido e respeitado? Por que não pensar que amanhã também seremos velhos e, provavelmente, desejaremos ser ouvidos ao contarmos como foi emocionante ou indiferente comemorarmos o pentacampeonato do Brasil em 2002? Ou em como foi a preparação para a Copa sediada em nosso país? Onde estávamos e como nos posicionamos quando ocorreu o impeachment da primeira presidente mulher do Brasil? Como nos posicionamos ou votamos nas eleições presidenciais de 2018, após tantas prisões de políticos por atos de corrupção? Como foi o primeiro casamento real entre um membro da realeza britânica e uma mulher de raça negra? Enfim são essas as memórias e lembranças que, com certeza, constituirão as lembranças e memórias da minha velhice e as dos jovens de hoje e eu, sem nenhuma dúvida, desejo ser ouvida nos momentos em que quiser compartilhá-las.

Uma das descobertas que me surpreendeu, ao término dessa pesquisa, foi perceber que estava equivocada quando pensava ter aprendido tudo sobre ditadura civil-militar no Brasil, nos anos escolares, por meio das aulas dadas pelos professores os quais usavam alguns documentários incompletos, porque muitas vezes não traziam memórias como fonte de análise como pude observar nessa pesquisa. E assim como ocorreu comigo tenho certeza de que muitos outros jovens, sobretudo, os que defendem a volta da ditadura civil-militar no Brasil, inserida no senso comum e sem uma análise mais profunda e reflexiva, também acreditam saber tudo acerca desse período da História. Muitos, provavelmente, assim como analisado no decorrer desse trabalho, acreditam que a lei da Anistia resolveu todas as violações sofridas nesse período e ainda desconhecem a existência de milhares de depoimentos como os que apresentei aqui.

Sendo assim, considero importante ressaltar mais uma vez sobre a necessidade e a relevância da realização de mais trabalhos como esses, nos quais se evidencie a compreensão de que devemos dar vozes a esses idosos, que permanecem vivos e que não querem que suas memórias morram. O ato de ouvi-los é imprescindível não somente para o registro de nossa história, mas também para as escolhas que faremos em processos eleitorais, nas manifestações, nos debates políticos e o mais importante: a relevância de suas memórias para a construção política, social, econômica e cultural de nossa nação.

Minha pesquisa, conforme já relatei no início deste trabalho, foi instigada por meio de um vídeo que assisti, no qual uma senhora de 83 anos, Francine Christophe, relatava uma de suas histórias de vida que começou com um pedaço de chocolate no campo de concentração de Bergen-Belsen, em 1944, quando Hitler tomou o poder. Os anos se passaram e essa senhora mostrou sua vontade em compartilhar suas experiências e lembranças com toda a sociedade, mas, principalmente, com as gerações mais jovens. E foi a história de Francine que despertou em mim o interesse em pesquisar sobre as memórias de velhos que lutaram contra a ditadura civil-militar no meu país. Quando me perguntavam, ao longo do Mestrado, sobre o meu tema, percebia, em alguns, a surpresa quanto a

minha escolha, em outros, a curiosidade em saber o resultado final, e, na maioria, a não compreensão da relação do tema escolhido com o envelhecimento.

Sendo assim, após a conclusão desse trabalho, espero ter respondido o meu problema de pesquisa, bem como a todos os que não haviam compreendido o meu propósito. Quero deixar aqui registradas as marcas de algumas das milhares de memórias do período da ditadura civil-militar no Brasil, e mais do que isso, quero registrar que não podemos deixar memórias como essas caírem no esquecimento. Precisamos dar voz não apenas a esses velhos, mas a todos os outros, pois o ato de ouvir é muito mais forte do que parece, uma vez que por meio dele somos capazes de mudar uma cultura que silencia e exclui o idoso e ainda aprender sobre uma palavra muito utilizada nos últimos anos: a empatia.

Dessa forma, com minha pesquisa finalizada, proponho que, após a leitura deste trabalho, a primeira palavra de meu título, "Ditadura Civil- Militar", sirva como reflexão inicial para que se possa substituí-lo por qualquer outro assunto, pois o que vale é estar preparado para ouvir marcas ainda registradas na memória dos velhos sejam elas de ordem política, econômica, social, familiar ou simples relatos de outrora. E para isso basta escutar, refletir e sentir, pois é por meio da sensibilidade que aparecem as palavras certas para os momentos que necessitam de um acolhimento ou do silêncio para os momentos que não precisam de mais nada além da escuta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luciano da Silva. **Relação entre estilo cognitivo verbal-visual, recordação e expressão narrativa de eventos autobiográficos.** [Dissertação de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

ALMEIDA, Ana Beatriz. **E você, qual velho quer ser?**. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/e-voce-qual-velho-quer-ser/> Acesso em: 10 Out. 2017.

ARISTÓTELES. **Da memória e da reminiscência.** On the soul – parva naturalia – on breath. Harvard University Press: Cambridge Mass, 1986

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais.** Projeto A. São Paulo, 1985.

ARRUDA, Ivan Eduardo. Universidade da Terceira Idade: análise de um programa pioneiro. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 7, n. 1, 2011.

BEZERRA, Daniele Borges Bezerra Borges; LEBEDEFF, Tatiana Bolivar. Velhice, Identidade e Memória: Diálogos entre Saúde e Cultura a favor da Manutenção de Identidade. **Cadernos do Tempo Presente**, n. 13, 2014.

_____. **Lugares de afeto nada empoeirados:** uma discussão sobre memória e identidade do idoso asilado, o registro como promoção de saúde mental. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** Lembranças de Velhos. 3. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CABRAL, Patricia; AMARAL, Rita; BRANDÃO, Vera. Oficinas de memória autobiográfica. Conversando com idosos: o registro das memórias vivas. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 12, n. 1, 2009.

CARTA CAPITAL. **Minha mãe estava presa quando eu nasci': uma história da Comissão da Verdade.** Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/minha-mae-estava-presa-quando-eu-nasci-uma-historia-da-comissao-da-verdade-101.html> Acesso em: 06 jul. 2018.

CAVALCANTI, Alessandra et al. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, n. 3. São Paulo, 2015, p. 8 – 15.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicologia em estudo**, v. 6, n. 2, p. 11-19, 2001.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=334975>. Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. **Primeira sessão da Comissão da Verdade de Niterói é marcada por depoimentos emocionados.** Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/292-primeira-sessao-da-comissao-da-verdade-de-niteroi-e-marcada-por-depoimentos-emocionados>. Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. **Fotografias.** Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html> Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. **Tomada de Testemunho - Pedro Penteadado Prado.** Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimascivis/PedroPenteadodoPrado.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. **Tomada de Testemunho - Antonio Vieira de Barros.** Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimascivis/AntonioVieiradeBarros-01.07.2014-ctrp.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. **Tomada de Testemunho - Francisco Ferreira de Oliveira.** Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Francisco_Ferreira_de_Oliveira_-_17.06.2014_-_rp.pdf. Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. **Tomada de Testemunho - Tania Marins Roque.** Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Tania_Marins_Roque_09.05.2014_-_ct_rp.pdf Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. **Tomada de Testemunho - Leonardo de Azeredo Carneiro.** Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Leonardo_de_Azeredo_Carneiro_-_RDK.pdf Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. **Tomada de Testemunho - Gentil Pereira da Costa.** Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Gentil_Pereira_da_Costa_06.02.2014.pdf Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. **Tomada de Testemunho - Darci Toshiko.** Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Darci_Toshiko_Miyaki_16.06.2013.pdf Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. **Tomada de Testemunho - Criméia Schmidt de Almeida.** Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/crimeiaeutross.pdf Acesso em: 06 jul. 2018.

COMPARATO, Bruno Konder. Memória e silêncio: a espoliação das lembranças. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 2014.

CORREA, Mariele Rodrigues; JUSTO, José Sterza. Oficinas de Psicologia: memória e experiência narrativa com idosos. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 249-256, 2010.

CREFITO. Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Terapia Ocupacional e Gerontologia**, 2015.

DOMINGUES, Adriana Rodrigues. O envelhecimento, a experiência narrativa e a história oral: um encontro e algumas experiências. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 551-568, dez. 2014 .

DOS REIS, Luciana Araújo et al. Reconstruindo o passado: Memórias e Identidades de Idosos longevos. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 21, n. 2.2016

DUVIGNAUD, J. Prefácio. In: HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

EL PAÍS. **Por 34 anos eu não soube se meu marido estava vivo ou morto**. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/14/politica/1418512276_473792.html Acesso em: 06 jul. 2018.

FREITAS, Silvane Aparecida de; COSTA, Maria Jacira da. A identidade social do idoso: memória e cultura popular. **Revista Conexão UEPG**, v. 7, n. 2, p. 202-211, 2011.

GAUER, Gustavo; GOMES, William Barbosa. Recordação de eventos pessoais: memória autobiográfica, consciência e julgamento. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 24, n. 4, p. 507-514, dez. 2008.

GOULART, Barbara. Lembrando o Passado Autoritário: Memórias sobre a Ditadura Militar no Brasil. **40º Encontro Anual da ANPOCS SPG20: Os Estudos da Memória na Justiça de Transição no Brasil**, Caxambú: 2016.

_____. A experiência de recordar em estudos da memória autobiográfica: aspectos fenomenais e cognitivos. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 11, p. 102-112, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 4, n. 60, 2008.

GRIEVE, June. **Neuropsicologia em terapia ocupacional: exame da percepção e cognição**. São Paulo: Editora Santos, 2006.

IBGE. **Relações entre as Alterações Históricas na Dinâmica Demográfica Brasileira e os Impactos Decorrentes do Processo de Envelhecimento da População**, 2017.

ILC. **Envelhecimento ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade**. Rio de Janeiro: Editora Centro Internacional de Longevidade Brasil, 2015.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. **Estud. av.**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112, ago. 1989.

KOERNER, Andrei; ASSUMPCAO, San Romanelli. A Lei de Anistia e o Estado democrático de direito no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 194-197, fev. 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

_____. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEMOS, Caroline Araújo; HAZIN, Izabel; FALCAO, Jorge Tarcísio da Rocha. Investigação da memória autobiográfica em idosos com Demência de Alzheimer nas fases leve e moderada". **Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 1, 2012.

LIMA, Indiara da Silva. **A construção de uma memória do regime militar: uma análise do filme " O que é isso companheiro?".** [Tese de Doutorado], 2012.

LOPES, Teresa Silveira; AFONSO, Rosa; RIBEIRO, Óscar. **Memória Autobiográfica e Doença de Alzheimer.** Revisão da literatura, 2013.

MARTINS, João Roberto Filho. **A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares.** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2003.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Disponível em:

<http://memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja>. Acesso em: 06 jul. 2018.

MERCADANTE, Elisabeth Frohlich. **A construção da identidade e da subjetividade do idoso.** São Paulo: Pontifca Universidade Católica de São Paulo, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JUNIOR, Carlos E. A. **Antropologia, saúde e envelhecimento.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica.** Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

MOURAO JUNIOR, Carlos Alberto; FARIA, Nicole Costa. Memória. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 780-788, dez. 2015.

OLIVEIRA, Cecília Souza et al. Oficina de Memória para idosos: espaço para conhecimento, socialização e ludicidade. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 9, n. 2, 2012.

OLIVEIRA, Érika Arantes de; PASIAN, Sonia Regina; JACQUEMIN, André. A vivência afetiva em idosos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 68-83, mar. 2001.

OMS. Organização Mundial da Saúde. “Mundo terá 2 bilhões de idosos em 2050; OMS diz que ‘envelhecer bem deve ser prioridade global’”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mundo-tera-2-bilhoes-de-idosos-em-2050-oms-diz-que-envelhecer-bem-deve-ser-prioridade-global/7/11/2014>. Acesso em: 06 jul. 2018.

PAIVA, Wanderleia da Consolação. **Os Sentidos do Envelhecer: Memórias e Identidades de Idosos.** 2011. Tese de Doutorado. Tese de Mestrado, Psicologia, Universidade Federal de São João del Rei, Minas Gerais.

PERRACINI, Monica Rodrigues; RAMOS, Luiz Roberto. Fatores associados a quedas em uma coorte de idosos residentes na comunidade. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 6, p. 709-716, Dec. 2002. PIAI, A.; PACCINI, M. J.; Viajando pelo Folclore de norte a sul, Cortez, 2004

POLLAK M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTAL MEMORIAL DA DITADURA. Disponível em:

<http://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/index.html>. Acesso em: 06 jul. 2018.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, ago. 2010. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2914/1835>>. Acesso em: 09 Jul. 2018.

REIS, Luciana Araújo dos. Et al. RECONSTRUINDO O PASSADO: MEMÓRIAS E IDENTIDADES DE IDOSOS LONGEVOS. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 21, n. 2 .2016.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Fábio Daniel. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2014.

ROSSETTO, Tania Cristina Fascina Segá. **Interface entre a musicoterapia e a terapia Ocupacional na estimulação da memória em um grupo de idosos**. [Monografia em Musicoterapia]. Ribeirão Preto: Universidade de Ribeirão Preto, 2008.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). **Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013.

SANTOS C. S. S Gerontologia e os pressupostos de Edgar Morin: **Envelhecimento**, v. 6, n. 2, Rio de Janeiro, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

SOCIEDDE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. **O que é geriatria e gerontologia**. Disponível em: <http://sbgg.org.br/espaco-cuidador/o-que-e-geriatria-e-gerontologia/19/04/2016>. Acesso em: 06 jul 2018.

SOUZA, Juliana Nery de; CHAVES, Eliane Corrêa. O efeito do exercício de estimulação da memória em idosos saudáveis. **Rev. esc. enferm. USP**. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-19, mar. 2005.

VALENÇA, T.D.C., & REIS, L.A. Memória e história de vida: dando voz às pessoas idosas. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 18, n. 2, 2015.

YOUTUBE. **Criméia Almeida: Projeto Ford**.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i2YvPAW6mFQ>. Acesso em: 06 jul. 2018

YOUTUBE. **Série especial: morto pela ditadura, Virgílio Gomes da Silva lutou pela classe operária**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=b_nz_swsNVA. Acesso em: 06 jul. 2018.

YOUTUBE. **SBT- Amor e Revolução: Criméia Almeida- Depoimento 6**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ARCsBEGX-n8>. Acesso em: 06 jul. 2018

YOUTUBE. **SBT- Amor e Revolução: Ilda Martins - Depoimento**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FV2nvHhZi_8. Acesso em: 06 jul. 2018.

ANEXOS

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS MARCADAS PELA DITADURA

ANEXO A - Figura 8 - Criméia Almeida em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade



Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em:
<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>-. Acesso em: 06 jul. 2018.

ANEXO B - Figura 9 - José Carlos Tórtima frente a frente com seu torturador Major Jacarandá¹³



Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em:
<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>-. Acesso em: 06 jul. 2018.

13

José Carlos Tórtima frente a frente com seu torturador Major Jacarandá: “Nunca é tarde, major, para o senhor se conciliar com essa sociedade ultrajada por essas barbaridades que pessoas como o senhor cometeram”. Foto: Thiago Vilela / ASCOM – CNV.

ANEXO C - Figura 10 - Darci Toshiko em seu depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade



Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em:
<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>. Acesso em: 06 jul. 2018.

ANEXO D - Figura 11 - Amélia Teles e Eleonora em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade¹⁴



Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em:
<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>-. Acesso em: 06 jul. 2018.

¹⁴ Amélia Teles, em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade, se emociona ao falar sobre as torturas sexuais que sofreu em sua prisão no período da ditadura. Ao lado é amparada por Eleonora "Falar da violência sexual é muito difícil. A mulher fica estigmatizada".

ANEXO E - Figura 12 - Elizabeth Teixeira, 88 anos, viúva de um dos líderes do movimento contra a ditadura¹⁵



Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>. Acesso em: 06 jul. 2018.

¹⁵ Elizabeth Teixeira, 88 anos, viúva de um dos líderes do movimento contra a ditadura, João Pedro Teixeira, assassinado em 02 de abril de 1962, foi. Ela passou 8 meses presa após a ditadura. Um dos filhos, Pedro Teixeira Filho, também foi assassinado e uma filha suicidou-se devido a tantos traumas.

ANEXO F - Figura 13 - Danilo Carneiro, sobrevivente da Guerrilha do Araguaia¹⁶

Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em:
<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>-. Acesso em: 06 jul. 2018.

¹⁶ Danilo Carneiro foi preso e torturado, sofrendo lesões em diversos órgãos e afirma ter passado por mais de 30 cirurgias para minimizar os impactos das violências que sofreu. Foto: Thiago Vilela / ASCOM - CNV

ANEXO G - Figura 14 - Luiz Bruno em depoimento dado à Comissão Nacional da Verdade¹⁷



Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em:
<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>-. Acesso em: 06 jul. 2018.

¹⁷ Luiz Bruno em depoimento dado à CNV diz que os mais novos não conhecem a história da repressão do regime militar, e que se sente orgulhoso em resgatar essa história do país.